



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

NAYARA GONÇALVES ROSAS FERNANDES

**A REVITALIZAÇÃO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA (JOÃO PESSOA -
PB): USOS, FORMAS E SIGNIFICADOS**

Campina Grande – PB

Agosto, 2018

Nayara Gonçalves Rosas Fernandes

**A REVITALIZAÇÃO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA (JOÃO PESSOA- PB):
USOS, FORMAS E SIGNIFICADOS**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional da
Universidade Estadual da Paraíba,
dentro da linha de pesquisa Estado,
Políticas Públicas e Movimentos
Sociais.

Orientadora

Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho

Campina Grande – PB

Agosto, 2018.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F363r Fernandes, Nayara Gonçalves Rosas.
A Revitalização do Parque Sólon de Lucena (João Pessoa - PB) [manuscrito] : usos, formas e significados / Nayara Gonçalves Rosas Fernandes. - 2018.
165 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho, Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."
1. Espaço público. 2. Paisagem urbana. 3. Revitalização. I.
Título
21. ed. CDD 712.5

NAYARA GONÇALVES ROSAS FERNANDES

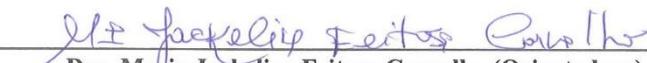
**A REVITALIZAÇÃO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA (JOÃO PESSOA- PB):
USOS, FORMAS E SIGNIFICADOS**

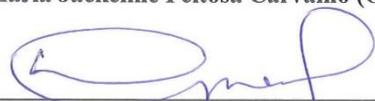
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Regional**.

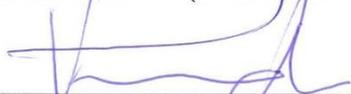
Defesa realizada no dia 23 de agosto de 2018.

CONCEITO: APROVADA

BANCA EXAMINADORA


Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho (Orientadora)


Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (Examinador interno – PPGDR/UEPB)


Dr. Vanderlan Francisco da Silva (PPGS/UFCG)

AGRADECIMENTOS

Olhar para trás, em direção ao período que compreende o início do nosso mestrado até o final do nosso processo de escrita, nos coloca diante de uma infinidade de sentimentos e emoções. O primeiro sentimento que por nós perpassa, sem sombra de dúvidas, está relacionado ao quão desafiador foi cursar um mestrado acadêmico sem possuir uma vivência acadêmica que viesse a facilitar os muitos momentos que compuseram o nosso curso, das disciplinas ao processo de pesquisa. Razão pela qual tenho a plena convicção de que sozinha, não teria ido longe. E quão numerosos foram os que, direta ou indiretamente, tiveram participação nas linhas que compõem esta dissertação. Assim, são muitos a quem agradeço, dos quais destaco:

A minha orientadora, Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho, pela parceria incansável na nossa pesquisa. Por ter me ajudado, de modo singular, a carregar o olhar de uma sensibilidade sem a qual muito dificilmente a concretização do presente trabalho seria possível. E foi esta sensibilidade que tornou possível a compreensão da rica multiplicidade que compõe os espaços urbanos e, sobretudo, nos ajudou a ir além do discurso oficial por trás de cada intervenção pública. Por isso, a você professora, meu muito obrigada. Como costume dizer, essa dissertação é nossa.

Aos quinze anos, assisti a um dos filmes mais inspiradores, a meu ver, já criados, “A Sociedade dos Poetas Mortos”. Nele, o ator Robin Williams interpreta um professor fascinante, que, longe de simplesmente transmitir o conhecimento, provoca nos seus alunos a autorreflexão, e o faz de modo tão formidável que não há como não sentir-se tocado pela narrativa do filme. Nunca achei muito provável que houvesse, na realidade, uma figura tão apaixonante em forma de professor, muito menos que eu teria a honra de tê-lo como mestre. Mas eis que logo no primeiro semestre do mestrado, conheço o Professor Lemuel Guerra. Que ser iluminado! Que aulas instigantes, provocativas! Posso dizer, sem receio de cometer qualquer espécie de exagero, que a partir desse mestrado passei a encarar as questões sociais, a vida, as pessoas, com um olhar muito mais sensível, e o Professor Lemuel é um dos grandes responsáveis por isso.

Ao Professor Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza, um dos membros da nossa banca de qualificação, juntamente à Prof.^a Maria Jackeline e ao Professor Lemuel Guerra. Pela cuidadosa leitura do nosso trabalho, demonstrada através das inúmeras anotações e grifos ao longo do nosso texto de qualificação e, sobretudo, pelas valiosas orientações que ajudaram de modo singular a nortear a conclusão dessa dissertação.

Aos entrevistados no decorrer da presente pesquisa, em especial aos usuários do Parque Sólon de Lucena ouvidos, os quais, diante da riqueza dos seus relatos, possibilitaram a construção da nossa dissertação.

E se houve períodos de angústias ou incertezas ao longo dessa caminhada, houve também o compartilhamento de momentos de intensa alegria e descontração, momentos estes que se fizeram possíveis graças aos queridos colegas de turma, em especial Ana Carla, Laíse e Max. Ah, meus queridos amigos, será que vocês fazem ideia do quão mais leves se tornaram as muitas dificuldades que se apresentaram no decorrer do caminho, simplesmente por saber que vocês estariam ao meu lado? Por isso, muito obrigada meus amigos, vocês sempre estarão no meu coração.

A minha família, meu grande alicerce em todas as fases da minha vida, em todos os desafios a que me propus enfrentar, sempre celebrando junto comigo nossas vitórias e me dando todo o suporte e amor nos momentos em que os planos não saíram como o esperado. Em especial, a minha mãe, Maria Aparecida, meu maior exemplo de força e determinação, minha maior incentivadora, meu grande amor.

E, por fim, não poderia deixar de agradecer ao meu melhor amigo, meu grande parceiro, meu esposo Ítalo, sem o qual essa dissertação não seria possível, por todo o cuidado e suporte que teve comigo durante a pesquisa de campo, estando ao meu lado em cada passeio noturno à Lagoa, me auxiliando nos registros fotográficos, me dando todo carinho e suporte durante o processo de escrita. Por isso, meu amor, e, sobretudo, por ser meu grande companheiro de vida, meu mais sincero agradecimento.

“No cangaço, no espaço,
Nas cidades, nos mocambos,
Onde quer que eu esteja, em qualquer lugar
Eu sambo
Pode brincar, pode se fantasiar
É de graça
Desce a ladeira, pode ser na praça”

“Eu sambo”, Cabruêra

RESUMO

No presente estudo, temos por objetivo geral analisar os usos, formas e significados colocados pelos usuários do Parque Sólon de Lucena a partir da Revitalização empreendida no espaço pela Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Para alcançar essa finalidade principal, analisamos a concepção, os princípios e os atores envolvidos no Projeto denominado "Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena (Lagoa)". Identificamos a concepção das estruturas físicas e os usos desse espaço após a Revitalização empreendida e o significado desse processo para seus usuários. Ainda, buscamos entender os usos desse espaço, as mudanças propostas na área, a concepção da sua centralidade enquanto palco das mais variadas atividades urbanas, a forma de desenvolvimento que se pretende para a cidade de João Pessoa ao se implementar o referido projeto e, ainda, os conflitos envolvendo Gestão Pública Municipal e usuários – ambulantes, moradores de rua, prostitutas... Como resultados, identificamos que a Revitalização da Lagoa possibilitou a retomada de uma série de usos do espaço há décadas enfraquecidos, como os usos relacionados ao lazer e às práticas esportivas. De igual modo, influenciou na mudança dos seus usuários característicos. Antes dessa intervenção, de uma diversidade latente: ambulantes, pedintes, moradores de rua, boêmios, prostitutas, passantes. Após esse processo, constatamos que o público característico da Lagoa passou a ser composto notadamente por famílias. A presente pesquisa parte de uma compreensão crítica sobre os processos de revitalização, quase sempre impostos aos espaços públicos por características que tendem a tensionar, dada a forma como passam a ser concebidos, no geral, por novos usos que conflituam com a singularidade histórica do lugar e de seus antigos usuários. A pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa dos dados. Dentre os instrumentos metodológicos utilizados, merece destaque a observação direta, enquanto possibilidade de perceber materialmente as mudanças realizadas no lugar, assim como a técnica de entrevistas semiestruturadas realizadas com frequentadores do Parque Sólon de Lucena, comerciantes e moradores do seu entorno; técnicos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) relacionados a Revitalização desse Parque. Recorremos, também, ao uso da fotografia como recurso de análise, na perspectiva de compreender em que medida tal processo redefine os usos, formas e significados da Lagoa para os cidadãos que com esta se relacionam.

Palavras-chave: Revitalização. Usos. Formas. Espaço Público.

ABSTRACT

In the present study, we have as general objective to analyze the uses, forms and meanings placed by the users of the Sólón de Lucena Park from the Revitalization undertaken in the space by the Municipality of João Pessoa-PB. In order to achieve this main objective, we analyze the conception, principles and actors involved in the project called "Revitalization and Modernization of the Sólón de Lucena Park (Lagoa)." We identified the design of the physical structures and the uses of this space after the Revitalization undertaken and the meaning of this process to their users. In addition, we seek to understand the uses of this space, the proposed changes in the area, the conception of its centrality as a stage of the most varied urban activities, the form of development that is intended for the city of implement the said project and also the conflicts involving Municipal Public Management and users - street vendors, street dwellers, prostitutes ... As a result, we have identified that the Revitalization of the Lagoa has allowed the resumption of a series of uses of space for decades, such as uses related to leisure and sports practices. Likewise, it has influenced the change of its characteristic users. Before this intervention, of a latent diversity: street vendors, beggars, street dwellers, bohemians, prostitutes, passers-by. After this process, we find that the characteristic public of the Lagoa began to be composed mainly by families. The present research starts from a critical understanding about the processes of revitalization, almost always imposed to the public spaces by characteristics that tend to stress, given the way in which they are usually conceived by new uses that conflict with the historical singularity of the place and its former users. The research is characterized by the qualitative approach of the data. Among the methodological instruments used, it is worth noting the direct observation, as a possibility to perceive materially the changes carried out in the place, as well as the technique of semi-structured interviews carried out with visitors from the Sólón de Lucena Park, merchants and residents; technicians of the Municipality of João Pessoa (PMJP) related to the Revitalization of this Park. We also use the use of photography as an analysis resource, with the perspective of understanding the extent to which this process redefines the uses, forms and meanings of the Lagoa for the city dwellers that relate to it.

Keywords: Revitalization. Uses. Forms. Public space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem de meados do século XVII registra espelho d'água que posteriormente viria a ser denominado “Lagoa dos Irerês”	22
Figura 2: A Lagoa (dos Irerês) antes da urbanização e de se tornar Parque Sólon de Lucena.	23
Figura 3: Parque Sólon de Lucena – 1928	24
Figura 4: Parkway e Lagoa vista do terraço do Instituto de Educação.	25
Figura 5: Fontes luminosas instaladas no Parque Sólon de Lucena.	26
Figura 6: Instituto de Educação.	26
Figura 7: Cassino de Verão.	26
Figura 8: Parque Sólon de Lucena – 1957.	27
Figura 9: Vista aérea do Parque Sólon de Lucena na década de 1960.	27
Figura 10: A centralidade inicial conferida à Lagoa estimula a expansão de moradias nas suas proximidades.	29
Figura 11: Monumento “A Pedra do Reino”.	31
Figura 12: Os alagamentos eram frequentes na Lagoa.	32
Figura 13: Lixo e esgoto depositados na Lagoa.	33
Figura 14: Calçada deteriorada.	34
Figura 15: O trânsito nos arredores da Lagoa é caracterizado pelo elevado fluxo de veículos	35
Figura 16: Alteração nas estruturas físicas do Parque da Lagoa é evidenciada pela variedade de equipamentos públicos instalados	43
Figura 17: Projeto da pista de <i>cooper</i> e caminhada do Parque Sólon de Lucena.	48
Figura 18: Parque do Ibirapuera.	48
Figura 19: Brinquedos infláveis instalados no Parque da Lagoa têm acesso pago	55
Figura 20: Trenzinho motorizado exige pagamento para a utilização	55
Figura 21: Triciclos pagos são utilizados por crianças e adultos	56
Figura 22: Fases da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis – ICES	65
Figura 23: Capa do Plano de Ação de João Pessoa.	67
Figura 24: Previsão da Revitalização no Portal da Transparência de João Pessoa	70
Figura 25: Entrega do Parque Sólon de Lucena em 12 de junho de 2016	72

Figura 26: O “novo” Parque da Lagoa é entregue no dia dos namorados do ano de 2016	72
Figura 27: A <i>União</i> noticia a Operação Irerês	74
Figura 28: Circulação de ônibus no anel interno dificulta o uso do Parque pelo público	77
Figura 29: Vegetação de baixo e médio porte quase inexistente	78
Figura 30: Anel interno transformado em passeio público	78
Figura 31: Ampliação dos gramados no Parque da Lagoa	79
Figura 32: Lista de Equipamentos Públicos concebidos para a Lagoa	80
Figura 33: Pista de Cooper e Ciclovía	81
Figura 34: Playground	81
Figura 35: Bicicletário	82
Figura 36: Pista de Skate	82
Figura 37: Mesas e bancos para jogos	83
Figura 38: Áreas gramadas para atividades ao ar livre	83
Figura 39: Posto da Guarda Municipal	84
Figura 40: Postos da Polícia Militar e da Guarda Municipal	84
Figura 41: Aparelhos de Ginástica	85
Figura 42: Banheiros Públicos	85
Figura 43: Mapa do Parque	87
Figura 44: Praça da Criança	87
Figura 45: Projeto para a Praça das Crianças	88
Figura 46: Quiosques da Lagoa em 2015	89
Figura 47: Projeto dos novos quiosques da Lagoa	89
Figura 48: Nova estrutura dos quiosques da Lagoa	90
Figura 49: Jornal da Paraíba veicula a desocupação dos quiosques da Lagoa..	94
Figura 50: Correio da Paraíba traz imagem da demolição dos quiosques	95
Figura 51: Secretário fala sobre os destinos dos comerciantes	96
Figura 52: Nova pista de Skate do Parque da Lagoa	99
Figura 53: Pista de skate antiga do Parque Sólon de Lucena	100
Figura 54: Um dos diversos espaços de convivência criados a partir da Revitalização do Parque Sólon de Lucena	104
Figura 55: A presença da Guarda Municipal se faz de modo ostensivo, através das suas viaturas, em motocicletas e por meio de rondas a pé	105
Figura 56: Porção Sul do Parque da Lagoa	106

Figura 57: Vista de Satélite do Parque Sólon de Lucena	106
Figura 58: Diversidade de sujeitos na parte Sul do Parque	108
Figura 59: Morador de Rua no Parque da Lagoa	108
Figura 60: Paradas de ônibus da parte norte do Parque	110
Figura 61: Os táxis se concentram na parte norte do entorno do Parque	110
Figura 62: O movimento na Lagoa é reduzido nas primeiras horas da manhã	111
Figura 63: Ambulantes começam a se instalar na parte sul do Parque	112
Figura 64: A circulação de pessoas e veículos no entorno da Lagoa se intensifica, mas nela prevalece uma tranquilidade peculiar	112
Figura 65: O fluxo de pessoas se intensifica a partir da abertura dos estabelecimentos comerciais do entorno da Lagoa	113
Figura 66: Pessoas de passagem no Parque da Lagoa	113
Figura 67: Variedade de produtos comercializados pelos ambulantes	114
Figura 68: Centro Comercial de Passagem	115
Figura 69: Usuários do Parque no período noturno	115
Figura 70: A via receptora (anel externo do Parque Sólon de Lucena) dos veículos que anteriormente faziam uso do anel interno da Lagoa	116
Figura 71: Anel interno da Lagoa transformado em passeio público	118
Figura 72: O Parque da Lagoa é utilizado durante todo o sábado	119
Figura 73 Variedade de produtos comercializados pelos ambulantes do entorno do Parque da Lagoa	120
Figura 74: Alterações nas dinâmicas do Parque no sábado a partir do fechamento do comércio no seu entorno	121
Figura 75: Equipamento infantil no Parque da Lagoa	122
Figura 76: A Lagoa contava com poucos equipamentos para o público usuário	122
Figura 77: O Parque é amplamente utilizado durante o período noturno	129
Figura 78: Parque Sólon de Lucena no ano de 2012	130
Figura 79: Parque Sólon de Lucena em 2016	131
Figura 80: Praticantes de atividades físicas caracterizam a manhã do Parque da Lagoa	132
Figura 81: Estudantes de passagem no Parque da Lagoa	132
Figura 82: Notícia de 21 de setembro de 2017 aborda confronto entre Ambulantes e Gestão Municipal	134

Figura 83: O conflito ocorrido em 21 de setembro de 2017 parou o trânsito nos arredores do Parque Sólton de Lucena	134
Figura 84: Lixeiras queimadas no conflito de 21 de setembro de 2017	135
Figura 85: Em 13 de dezembro de 2017 os ambulantes da Lagoa voltam a protestar	135
Figura 86: Último conflito envolvendo os ambulantes da Lagoa ocorreu em 10 de janeiro de 2018	136
Figura 87: Notícia de acordo entre Gestão Municipal e ambulantes	137
Figura 88: Mercado Central	142
Figura 89: Ambulantes se instalam em frente ao comércio formal do entorno do Parque	142
Figura 90: Avenida Padre Meira vista do Parque da Lagoa	143
Figura 91: Confronto entre ambulantes da Lagoa e SEDURB.....	148
Figura 92: Nota da Sedurb – 21/09/2017	149
Figura 93: Espaço para jogos de Tabuleiro	151
Figura 94: O gramado no entorno da Lagoa é um dos lugares mais atrativos do Parque	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A PESQUISA	17
CAPÍTULO II: UM PERCURSO HISTÓRICO PELO PARQUE SÓLON DE LUCENA	21
2.1 DE ÁREA DE LAZER A CENTRO COMERCIAL PULSANTE	28
2.2 AS MULTIFACES DO CARTÃO POSTAL DA CIDADE	31
CAPÍTULO III: (RE)PENSANDO O DESENVOLVIMENTO URBANO A PARTIR DA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA	37
CAPÍTULO IV: ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO DAS REVITALIZAÇÕES URBANAS	45
4.1 OS NOVOS USOS PRETENDIDOS PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	49
4.2 A CONCEPÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA LAGOA	65
4.3 OPERAÇÃO IRERÊS	73
CAPÍTULO V: DO DISCURSO À PRÁTICA: A EXECUÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA LAGOA	76
CAPÍTULO VI: MULTIPLICIDADE SOCIOESPACIAL DO PARQUE DA LAGOA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS	102
6.1 UM NOVO OLHAR SOBRE A LAGOA	103
6.2 DO ABANDONO À REVITALIZAÇÃO: A QUEM SE DESTINA O PARQUE	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICES.....	164
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS USUÁRIOS DO PARQUE DA LAGOA	164
APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM A GESTÃO PÚBLICA	165

INTRODUÇÃO

O Parque Sólon de Lucena, popularmente conhecido como Lagoa¹, está localizado em João Pessoa, capital da Paraíba. Espaço verde localizado no centro da cidade, é considerado um símbolo da capital paraibana, consiste em área de relevância ímpar para suas múltiplas dinâmicas urbanas, fator enriquecedor do seu contexto local. Está situado na cidade "onde o sol nasce primeiro nas Américas", assim conhecida devido ao fato de no município estar localizada a Ponta do Seixas, o ponto mais oriental das Américas.

A relevância do Parque Sólon de Lucena é evidenciada pelo seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP), em 26 de agosto de 1980, por meio do decreto nº 8.653. É classificada como Área de Preservação Especial pelo Plano Diretor da cidade de João Pessoa (Decreto nº 6.499/2009). Em concurso realizado por emissora de televisão local, em razão do aniversário de 422 anos da capital paraibana, a Lagoa logrou-se vencedora, sendo considerada cartão postal oficial da cidade².

Como espaço turístico, cartão-postal da cidade, com vários tipos de usos e contornos na atualidade e através do tempo, o Parque Sólon de Lucena é uma referência para a cidade pelo seu valor histórico e cultural. Funcionava inicialmente, a partir da sua efetiva urbanização no ano de 1926, como espaço de lazer, práticas esportivas, se transfigurando e consolidando no decorrer dos anos como área caracterizada pelo intenso comércio, fluxo de pessoas e veículos, com uma intensa interação entre as distintas formas de uso do espaço.

Mesmo diante da importância histórica e sociocultural desse espaço para a cidade de João Pessoa, a partir dos anos de 1970, o lugar passou por um processo de degradação que se prolongaria por décadas seguidas, com problemas de infraestrutura agravados com o passar dos anos sem ações efetivas para saná-los. Ações esporádicas e de caráter superficial tenderam a marcar a atuação da gestão pública nos problemas de infraestrutura, dentre os quais os constantes transbordamentos das águas da lagoa – localizada no centro do Parque Sólon de Lucena – em períodos chuvosos. Outro problema que passou a identificar esse

¹ Nessa Dissertação, foi utilizado tanto o termo Lagoa como Parque Sólon de Lucena, para designar o mesmo espaço urbano, uma vez que as duas expressões são usadas pela população, sendo a denominação Lagoa, a que prepondera. A designação Parque Sólon de Lucena é oficializada em 1924, através do Decreto Lei nº 110, de 27 de setembro desse mesmo ano, em homenagem ao então Presidente do Estado, Sólon de Lucena.

² A Lagoa venceu a disputa com o Farol do Cabo Branco, o Hotel Tambaú, a Orla do Cabo Branco e a Igreja de São Francisco, em concurso realizado no ano de 2007, por emissora de TV local, quando do aniversário de 422 anos da cidade de João Pessoa, oportunidade na qual foi escolhida pela população como sendo o cartão postal oficial da cidade.

espaço, diz respeito às águas poluídas do seu espelho d'água, em decorrência, notadamente, do despejo de esgotos no local.

A partir de 2014, um amplo projeto de Revitalização do Parque Sólon de Lucena passa a ser desenvolvido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP. Em sua concepção, esse Projeto envolve desde a recuperação da questão sanitária, à disponibilização, como veremos mais à frente, de uma variedade de equipamentos públicos. De tal modo, o Parque revitalizado foi entregue à população em 12 de junho de 2016. Daí porque entender o processo de Revitalização desse espaço, patrimônio histórico e cultural do estado da Paraíba, é relevante, dada a forma como espaços públicos com tais características passam a ser concebidos, quase sempre, por novos usos que conflituam com a singularidade histórica do lugar e dos seus antigos usuários.

Importante mencionar que, nos diferentes documentos que tratam acerca da intervenção no Parque Sólon de Lucena, objeto do presente estudo, esse processo é tratado indistintamente como “requalificação”, “reabilitação”, “revitalização”. É o caso do memorial de autoria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, do Plano de Metas de João Pessoa/ 2013 –2016 e do Plano de Ação João Pessoa Sustentável – 2014. Esta constatação evidencia a dificuldade de diferenciar as intervenções nos espaços públicos que objetivam dar aos mesmos, novos usos e sentidos.

Nessa Dissertação, utilizamos o termo “revitalização”, por estarmos de acordo com a definição que Colvero (2010) traz a esse. Para este autor, a revitalização está relacionada à dinamização cultural, turística e de consumo, com investimentos em projetos de reforma e embelezamento de espaços públicos, com segurança pública e lazer, com a finalidade de retomar o efeito simbólico da memória histórica do lugar no cotidiano das pessoas que o utilizam e ocupam. Importante mencionar que esta perspectiva vai além de uma memória, tendo por finalidade novos usos estabelecidos ao consumo do lugar.

Estudar as dinâmicas relacionadas aos usos da Lagoa e aos atores que dão sentido a esse espaço, significa analisar um processo que envolve desde a sua percepção enquanto área de importância ímpar para o desenvolvimento socioeconômico de João Pessoa, passando pela sua perda de prestígio em relação às áreas próximas ao mar, sua consolidação enquanto área comercial, até seu abandono e atual processo de Revitalização.

Outra razão que nos instigou a estudar o processo de Revitalização do Parque Sólon de Lucena, e sua relação com os sujeitos que dele fazem uso, está relacionada à memória afetiva dessa autora com o espaço em questão. O Parque Sólon de Lucena, Lagoa, como

normalmente o referencio, esteve presente, de formas diversas, nas diferentes fases da minha vida. Da infância, passando pela adolescência, alcançando, enfim, a vida adulta. Quando criança, muitos foram os anos nos quais esperei ansiosamente ir comemorar o aniversário da cidade de João Pessoa na Lagoa, onde costumava ser celebrada a tradicional “Festa das Neves”³. Os Parques de diversões instalados no lugar, os inúmeros brinquedos e doces à venda, simplesmente me encantavam. Durante a adolescência, o meu contato com a Lagoa era quase que diário. O fato de estudar nas proximidades favorecia que meus colegas e eu, a elegêssemos enquanto trajeto até a escola, assim como espaço de lazer, nos momentos após as aulas. Na vida adulta, de maneira semelhante ao que ocorre com boa parte das pessoas entrevistadas durante a presente pesquisa, os inúmeros fatores que ocasionaram a degradação do Parque – conforme iremos situar mais à frente – influenciam o meu distanciamento do lugar. De modo que, o meu contato com o Parque passou a se resumir na sua utilização enquanto percurso rumo a alguns dos estabelecimentos comerciais e de serviços nas suas imediações.

Desse modo, somado à referida importância de se entender como se configura a Revitalização de um espaço de acentuada riqueza histórica e sociocultural para a cidade de João Pessoa, está o desejo, enquanto cidadã pessoense, de compreender o significado desse processo para os usuários desse lugar, que guarda tantos momentos significativos na minha história pessoal.

A partir de então, nos indagamos: Como a Revitalização do Parque Sólon de Lucena (Lagoa) é idealizada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, ente público responsável pela execução desse amplo Projeto? Como se dão as configurações físicas e simbólicas desse espaço público a partir da Revitalização empreendida? A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar os usos, formas e significados colocados pelos usuários do Parque Sólon de Lucena (Lagoa), a partir da sua Revitalização. Para alcançar essa finalidade principal, analisamos a concepção, os princípios e os atores envolvidos no projeto denominado "Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena (Lagoa)". Identificamos a concepção das estruturas físicas e os usos desse espaço após a Revitalização empreendida e o significado desse processo para seus usuários. Temos, ainda, por objetivo específico, entender os usos desse espaço pela população, as mudanças no trânsito da área, a

³ A Festa das Neves, ocasião na qual é comemorado o dia de Nossa Senhora das Neves – santa padroeira do Estado da Paraíba e de sua capital – juntamente ao aniversário da cidade de João Pessoa, na década de 90 costumava ser realizada no Parque Sólon de Lucena. Atualmente essa festa acontece no Centro Histórico da capital paraibana.

concepção da sua centralidade enquanto palco das mais variadas atividades urbanas, a forma de desenvolvimento que se pretende para a cidade de João Pessoa ao se implementar o referido projeto e, ainda, os conflitos que envolvem, notadamente a Gestão Pública Municipal e usuários – a exemplo de ambulantes, moradores de rua, prostitutas.

A presente Dissertação está dividida em seis capítulos. No primeiro, buscamos demonstrar o percurso da nossa pesquisa, caracterizar os atores sociais por nós trabalhados, assim como traçar os instrumentos metodológicos utilizados como subsídios para chegarmos aos resultados do nosso estudo. No segundo capítulo, realizamos um breve percurso histórico pelo processo de urbanização do Parque Sólon de Lucena, analisando a construção desse espaço enquanto símbolo da capital paraibana, passando pela degradação que passa a caracterizá-lo nas últimas décadas. No terceiro capítulo, discutimos as teorias sobre Desenvolvimento e sua relação com a pesquisa realizada. O quarto capítulo, por seu turno, versa sobre o conceito de Revitalização, sobre como em geral se dá a execução dessa modalidade de intervenção nas cidades. Ainda neste capítulo é discutida a origem, os princípios e os atores sociais envolvidos no projeto de Revitalização do Parque Sólon de Lucena. No quinto capítulo, intitulado “Do Discurso à Prática: A Execução do Projeto de Revitalização da Lagoa”, realizamos uma análise das disposições previstas no Projeto de Revitalização do Parque Sólon de Lucena, assim como sua execução.

O sexto e último capítulo, por sua vez, trabalha as mudanças nas estruturas físicas do Parque, assim como das percepções dos múltiplos atores que integram a realidade atual e pretérita desse espaço, de importância singular para a cidade de João Pessoa. Desse modo, os resultados da nossa pesquisa estão subsidiados pela diversidade de atores sociais ouvidos: comerciantes formais e informais, moradores do entorno do Parque, skatistas, um morador de rua, um pedinte, uma prostituta, passantes, usuários diversos. Ainda foram ouvidos, Agentes de Segurança Pública (Polícia Militar e Guarda Municipal), lideranças dos órgãos representativos dos ambulantes da Paraíba – Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Feirantes de João Pessoa (SindAmbulante) e Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba (AMEG) – e representantes da Gestão Pública Municipal: o Gestor de Zeladoria do Parque da Lagoa, o Coordenador de Esportes Radicais da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER) da Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Arquiteto membro da Equipe Técnica responsável pela Revitalização do Parque Sólon de Lucena.

CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A PESQUISA

Adotamos neste trabalho a pesquisa de abordagem qualitativa, por sua capacidade de revelar aspectos interessantes da vida social concernentemente à cultura e à experiência vivida. A pesquisa qualitativa nos permitiu “reconhecer a distância entre o que dizem as representações institucionais e as elaborações produzidas pelos atores, do dispositivo a propósito dos beneficiários” (CHOPART, 1992, p. 11).

Desse modo, com vistas a identificar na prática como se estabelece a referida distância entre o que colocam as representações institucionais e as elaborações produzidas pelos atores sociais, até chegarmos aos resultados do presente estudo, utilizamos como instrumentos metodológicos a observação direta e a realização de entrevistas semiestruturadas. Ambas foram realizadas no período compreendido entre abril de 2017 e maio de 2018, no Parque Sólon de Lucena, lócus social da pesquisa, localizado no Centro da cidade de João Pessoa, assim como no Mercado Central⁴, nas calçadas em frente ao comércio logo após os limites desse Parque e na Avenida Padre Meira⁵.

Como mencionamos acima, a trajetória percorrida no decorrer da nossa pesquisa é iniciada em abril de 2017. Nesse primeiro momento, nos concentramos em realizar tão somente a observação direta do Parque Sólon de Lucena sem, até então, interagir com os seus usuários. Foram três visitas ao local com essa finalidade, realizadas entre abril e junho de 2017, nos diferentes períodos do dia – manhã, tarde e noite – de modo a identificar como se estabelecem as diferentes dinâmicas do Parque a depender do período considerado.

As dinâmicas analisadas relacionam-se à utilização desse espaço enquanto área de lazer, lugar de passagem, opção para a prática de exercícios físicos, local com forte apelo comercial (formal e informal). Também foi observado como motoristas e pedestres encaram as mudanças do trânsito nos arredores do Parque. Lançamos o nosso olhar, ainda, em direção aos usuários do lugar, de modo a identificar em que medida ocorre a sua modificação, levando-se em conta os frequentadores do Parque antes da Revitalização empreendida. Assim, a observação direta foi empregada enquanto possibilidade de perceber

⁴ Mercado Público tradicional de João Pessoa onde é comercializada uma gama de produtos tais quais frutas, legumes, farinhas, grãos, doces, bebidas, etc. Este Mercado está situado nas proximidades do Parque Sólon de Lucena.

⁵ Uma das principais avenidas do Centro da cidade de João Pessoa, localizada no entorno do Parque Sólon de Lucena.

materialmente as mudanças estruturais realizadas no lugar e as transformações nos usos, formas e significados desse espaço com o advento da intervenção ora estudada.

Após essa primeira etapa, onde foi realizada a observação das dinâmicas do Parque da Lagoa, sem interação alguma com seus usuários, passamos para o segundo momento da nossa pesquisa, a partir do qual utilizamos as entrevistas como subsídios à nossa análise. As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre julho de 2017 e maio de 2018. Foram vinte e cinco (25) no total, sendo os entrevistados: um (01) policial militar, uma (01) agente da Guarda Municipal, três (03) comerciantes formais, quatro (04) comerciantes informais, três (03) usuários diversos, dois (02) moradores do entorno do Parque, uma (01) passante, uma (01) pedinte, um (01) morador de rua, uma (01) prostituta, um (01) skatista e um (01) aposentado. Entrevistamos, ainda, o Presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Feirantes de João Pessoa (SindAmbulante), a Presidente da Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba (AMEG), o Gestor de Zeladoria do Parque da Lagoa, o Coordenador de Esportes Radicais da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER) da Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Arquiteto membro da Equipe Técnica responsável pela Revitalização do Parque Sólon de Lucena.

A faixa etária dos entrevistados está entre 23 e 69 anos, sendo treze (13) homens e sete (07) mulheres. No que se refere ao nível de escolaridade, são seis (06) entrevistados com nível fundamental, oito (08) com nível médio e seis (06) com nível superior. Dentre os usuários diversos, está um (01) profissional autônomo, um (01) auxiliar administrativo e um (01) médico, moradores do Roger (bairro popular localizado próximo ao centro da cidade), do Bairro das Indústrias (localizado distante do centro), e do Bairro de Manaíra (uma das localidades mais nobres da cidade).

Conforme aduzimos anteriormente, a observação direta e as entrevistas foram realizadas no Parque Sólon de Lucena, assim como no Mercado Central, nas calçadas em frente ao comércio logo após os limites desse Parque e na Avenida Padre Meira. No Parque foram ouvidos o policial militar, a agente da Guarda Municipal, os comerciantes formais, os usuários diversos, a passante o skatista, o aposentado e o Presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Feirantes de João Pessoa (SindAmbulante). No Mercado Central e nas calçadas em frente aos estabelecimentos comerciais do entorno do Parque foram ouvidos os comerciantes informais. O diálogo com a prostituta entrevistada, por seu turno, ocorreu na Avenida Padre Meira. O Coordenador de Esportes Radicais da

Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER) e o Arquiteto membro da Equipe Técnica responsável pela Revitalização do Parque Sólon de Lucena foram entrevistados na Prefeitura Municipal de João Pessoa. Já a entrevista com o Gestor do Parque aconteceu no Anexo Administrativo do local, situado no seu entorno.

Sobre a importância da entrevista enquanto instrumento de pesquisa, Palmer (1928) defende que a possibilidade de interrogar os atores e utilizá-los enquanto recurso para a compreensão das realidades sociais constitui uma das mais instigantes possibilidades das ciências sociais sobre as ciências da natureza. Bourdieu (1968, p. 56), por seu turno, situa uma ponderação, necessária aos aspectos inerentes à pesquisa nas ciências sociais. De acordo com tal autor, “é, talvez, a maldição das ciências do homem, a de ter relação com um objeto que fala, pois, então, o risco é grande de ver a ciência confundir as interpretações que os atores dão da realidade, com a realidade tal e qual”. A diversidade de interpretações não retira, todavia, o importante papel da entrevista, um dos instrumentos de pesquisa mais frequentemente utilizados nas ciências sociais. Ao pesquisador cabe a busca pelo caminho do meio, recolhendo os benefícios desse instrumento e ao mesmo tempo reconhecendo suas limitações e riscos.

Desse modo, em nosso estudo a pesquisa qualitativa nos possibilitou analisar a perspectiva da Gestão Pública Municipal e a dos atores sociais sobre os quais se impuseram as mudanças decorrentes da Revitalização do Parque Sólon de Lucena, de modo a compreender de que forma se coloca a referida distância. Assim, realizamos entrevista com o Gestor do Parque da Lagoa, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Entrevistamos também o Arquiteto da Equipe Técnica responsável pela Revitalização do Parque. De outro lado, trabalhamos com os usuários que mantinham relação com o espaço, antes e após a referida intervenção. Dentre eles estão famílias, passantes, comerciantes formais e informais, pedintes, moradores de rua e prostitutas. Ao confrontar essas diferentes perspectivas, percebemos que o que é colocado pela municipalidade enquanto mudança lida pela Gestão como positiva para a cidade de João Pessoa, nem sempre é assim percebido pelos seus cidadãos.

A pesquisa qualitativa nos instigou, assim, a nos libertarmos do reducionismo das categorizações da realidade, na medida em que as relações sociais são demasiadas complexas, impossibilitando a apreensão da sua totalidade.

Recorremos, ainda, à pesquisa documental em acervos de imagens históricas e atuais desse espaço; documentos oriundos de fontes midiáticas, (Jornais impressos, televisão e, notadamente, dos portais de notícias da Internet) relacionados à Lagoa – e bibliográficas em artigos de revistas, livros, teses e dissertações sobre o objeto estudado, assim como sobre temáticas correlatas. Os documentos analisados de modo a fundamentar o presente estudo foram os seguintes: O Plano de Metas da cidade de João Pessoa (2013-2016); O Plano de Ação João Pessoa Sustentável (2014); O Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena (2015).

O Plano de Metas, de autoria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, é o primeiro documento a dispor sobre o Projeto de Revitalização da Lagoa. Discorre, ainda, acerca da relevância histórico-cultural do lugar, trazendo um diagnóstico de sua situação atual, objetivo geral, objetivos específicos e metas a serem atingidas para a recuperação do espaço, estabelecendo como prazo para a conclusão dessa intervenção o período compreendido entre o ano de 2013 e 2016. O Plano de Ação de João Pessoa, por seu turno, é editado em seguida, no ano de 2014. Nele é selado um convênio entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o desenvolvimento e execução de uma série de ações (como a Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e a implantação das faixas exclusivas para os ônibus) com foco no crescimento socioeconômico da cidade. Dentre tais ações, se encontrava a Revitalização do Parque Sólon de Lucena.

Dentre os demais documentos estudados, o Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque é o que traz o maior detalhamento sobre a intervenção realizada na Lagoa. Nele encontramos disposições sobre: A história do Parque Sólon de Lucena; uma exposição dos problemas característicos do lugar antes da intervenção realizada; os objetivos do projeto; os projetos de referência (Parque do Ibirapuera – São Paulo e Lagoa Rodrigues de Freitas – Rio de Janeiro); a Proposta Urbanística e Paisagística; as áreas de vivência e praças criadas; os Jardins e as Esculturas; os elementos Arquitetônicos (quiosques, banheiros, Pista de Skate e o deck de Madeira do Cassino da Lagoa).

Ainda no concernente a pesquisa documental utilizada, as imagens históricas e atuais da Lagoa foram de importância fundamental para entender o percurso histórico traçado por esse lugar, a metamorfose das suas dinâmicas e interações sociais no decorrer do tempo. A utilização de tais documentos nos possibilitou vislumbrar a situação em que se encontrava a Lagoa nos anos anteriores à sua Revitalização, assim como nos anos posteriores à mesma, de modo a identificar em que medida houve a execução do que foi proposto pela Gestão

Pública Municipal. Considerando o objetivo principal da nossa pesquisa, as imagens utilizadas nos permitiram, ainda, analisar os usos, formas e significados colocados pelos usuários do Parque Sólon de Lucena a partir da Revitalização realizada. Na medida em que, considerável parte dos registros desse Parque possibilitou a demonstração das apropriações atuais desse espaço a partir das novas estruturas físicas disponibilizadas, evidenciando os significados dessa intervenção para os usuários do lugar.

As fontes midiáticas, notadamente oriundas dos portais de notícias, também foram utilizadas e cumpriram o importante papel de trazer uma gama de matérias relacionadas ao nosso objeto de estudo. Estas matérias, em sua maioria, discorrem sobre os conflitos entre os ambulantes que exerciam suas atividades na Lagoa antes da sua Revitalização e os agentes de seguridade urbana da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Tais conflitos se intensificaram em razão da proibição, por parte da PMJP, da atuação dos referidos profissionais na Lagoa, após a intervenção realizada. Tais fontes também nos possibilitaram obter informações sobre as fases da intervenção realizada no Parque e os gastos dela decorrentes, assim como informações a respeito das investigações sobre suspeitas de irregularidades nesse processo.

Em relação à pesquisa bibliográfica, recorreremos às diferentes reflexões de contribuições relacionadas ao Parque Sólon de Lucena, assim como aos processos de revitalização das cidades, tais quais livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos.

CAPÍTULO II: UM PERCURSO HISTÓRICO PELO PARQUE SÓLON DE LUCENA

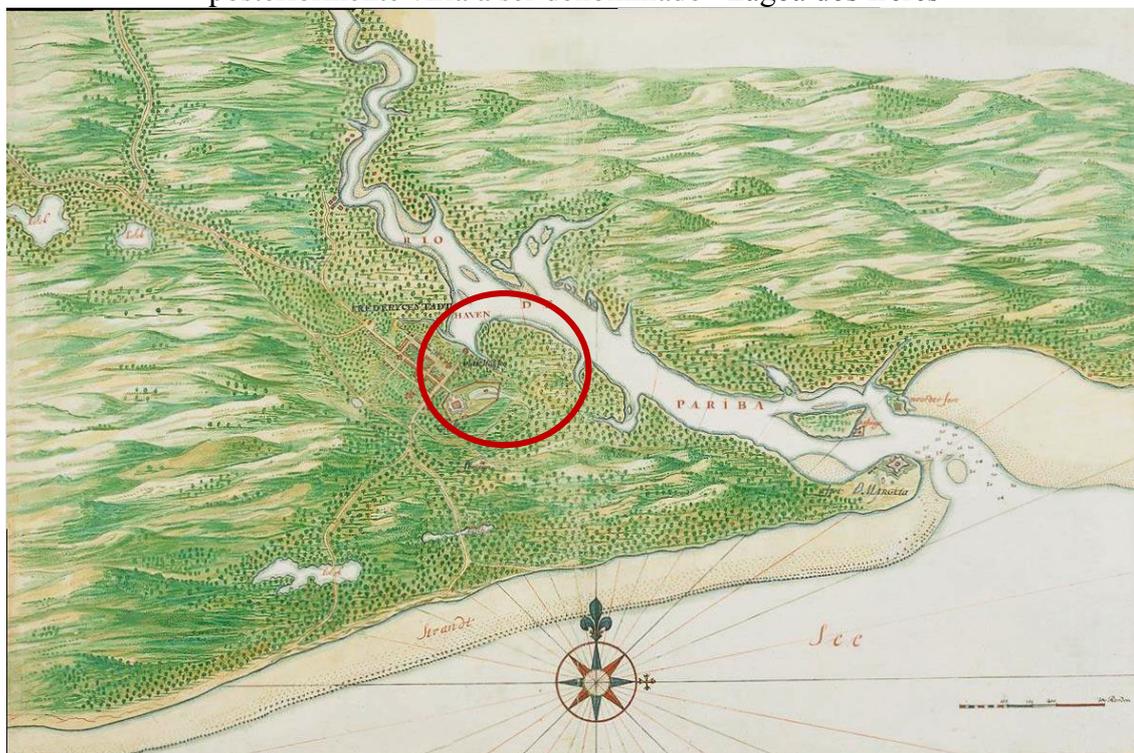
Inicialmente, nesse Capítulo, procuraremos demonstrar a importância histórico-cultural do Parque Sólon de Lucena para a cidade de João Pessoa/PB. Esse resgate inicial é feito sob o pretexto de abordar a construção do protagonismo desse espaço ao longo da formação da capital paraibana, de modo a evidenciar a relevância dos significados, para seus usuários, do recente processo de Revitalização empreendido no lugar.

A Lagoa representa o lugar mais central do Bairro do Centro de João Pessoa, tem uma área total de 150 mil e 490 metros quadrados, sendo 120 mil metros correspondentes à área alagada. Durante todo o processo histórico de construção da urbanização em João Pessoa, percebemos o crescente protagonismo desse espaço, um protagonismo, todavia, que não é estático, ao contrário, carregado de sentidos, formas e significados múltiplos, que se metamorfoseiam com o passar do tempo. Assim, para analisar o significado da Lagoa para a

população de João Pessoa e, mesmo para a Paraíba como um todo, é necessário situá-la em um período histórico específico. Para Sousa (2016), há um encanto nas múltiplas maneiras de um mesmo lugar se mostrar tantos outros, seja ao mesmo instante, em momentos diversos do dia ou no decorrer de muitos anos. Na percepção de Rezende (2006, p. 37), “espaços são vidas. Espaços, sendo história, são efêmeros, mutáveis, instáveis, sempre ambíguos na sua significação e no seu esvaziamento, na sua existência e na sua condição de sonho.”.

Desde sua fundação, que remonta ao ano de 1585, João Pessoa, então cidade de Nossa Senhora das Neves, apresenta em seus registros e mapas a existência de uma lagoa que é aos poucos incorporada ao tecido urbano da capitania. O livro de Barleus (1647) e o Atlas de J. Vingboons (1660 e 1665), ao escrever sobre a cartografia do século XVII referente à capital paraibana, trazem imagens que mostram ao longe uma lagoa ligada à cidade por meio de caminhos (ALMEIDA, 2006). Na Figura 1, de meados do século XVII, é possível visualizar o espelho d’água que posteriormente viria a ser designado “Lagoa dos Irerês”, denominação que prevalece até o início do século XX.

FIGURA 1: Imagem de meados do século XVII registra espelho d’água que posteriormente viria a ser denominado “Lagoa dos Irerês”



Fonte: Atlas de J. Vingboons (1660 e 1665)

A Lagoa tem localização privilegiada, no Centro da capital paraibana, teve sua urbanização iniciada em 1920 e desde então passou por inúmeras transformações tanto no

que se refere aos seus usos quanto aos seus frequentadores (AGUIAR, 1985). A Figura 2 mostra a Lagoa antes da aludida intervenção urbanística da década de 20. Até sua efetiva urbanização, o local era conhecido como Lagoa dos Irerês, uma espécie de ave que habitava o lugar⁶ ou apenas, a Lagoa (AGUIAR & OCTÁVIO, 1985). Era uma área formada por um conjunto de pântano, vegetação e lagoa acumulada das águas das chuvas e, em suas imediações, e nas áreas a ela circunvizinhas, existiam inúmeros sítios e chácaras (MAIA, 2000).

FIGURA 2: A Lagoa (dos Irerês) antes da urbanização e de se tornar Parque Sólton de Lucena



Fonte: Walfredo Rodriguez (s. d.)

A efetiva alteração visual e simbólica desse quadro, de Lagoa dos Irerês à Parque Sólton de Lucena começa a ganhar corpo a partir da execução de projeto de autoria do engenheiro Saturnino de Brito, um processo iniciado em 1922 e concluído em 1926, conforme descreve Almeida (2006, p. 165):

Apenas em 27 de dezembro de 1922, na administração estadual de Sólton Barbosa de Lucena, é iniciada a execução do plano elaborado por Saturnino de Brito em 1913. As obras são concluídas em 24 de abril de 1926, no governo de João Suassuna, representando o fechamento do primeiro ciclo de reformas urbanas dessa capital. Imbuída de preocupações sanitaristas e de embelezamento, vinculando o verde dos espaços públicos à vitalidade urbana, é a essa administração que se deve a urbanização da Lagoa dos Irerês, transformando-a no parque urbano saneado e embelezado

⁶ Os irerês (*Dendrocygna viduata*) são aves migratórias e estão presentes em todo o Brasil, e também na África. Os adultos, de aproximadamente 44 cm, possuem uma máscara branca, asas negras, bicos e pés escuros. São mais ativos ao entardecer, quando sobrevoam assobiando, principalmente durante as chuvas. Durante o dia, descansam em bandos pequenos, permanecendo de pé à beira dos lagos, onde se alimentam. (Lido em <http://www.terra.com.br/avesmigratorias/>, em 09/09/2016).

proposto por Brito e que, em homenagem ao governador do Estado, passa a se chamar Parque Sólon de Lucena.

De acordo com Paulino (2010), o projeto Saturnino previa traçados viários radiais e arborização de parques e praças, entre eles a Lagoa que considerava *um dos principais pontos focais da cidade*. A primeira intervenção urbanística no local, iniciada na década de 20, é realizada pelo prefeito Walfredo Guedes Pereira. As imagens da época, contudo, não mostram a presença de calçadas ou calçamento em seu entorno, conforme podemos visualizar na Figura 3. No governo seguinte, do prefeito João Maurício de Medeiros, e do Presidente do Estado João Suassuna, plantaram-se as *Palmeiras Imperiais* e outras espécies de plantas trazidas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, foi, ainda, realizada a construção do meio fio.

FIGURA 3: Parque Sólon de Lucena – 1928



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega

Embora com características antes saneadoras que propriamente urbanísticas, esta primeira intervenção na Lagoa é de relevância considerável, pois possibilita a alteração do significado deste lugar para a comunidade local. Conforme podemos inferir da análise dos relatos históricos – assim como dos estudos sobre a urbanização da Lagoa abordados ao longo da presente pesquisa – antes um problema, causador de repulsa, esse espaço passa paulatinamente a agregar valor simbólico, identificador da cidade de João Pessoa. Essa nossa percepção é corroborada por Almeida (2006, p. 167), que discorre:

A Lagoa é saneada, porém, mais importante que os melhoramentos estéticos, que como resultado final são pouco atraentes, o saneamento do parque reúne grandes significados, invertendo a relação entre esse espaço e a cidade, que deixa de repudiá-lo, não o relacionando mais a ‘males urbanos’, mas vinculando-o à salubridade, como peça central do sistema de saneamento da capital. Essa etapa constitui parte fundamental para a viabilização da inserção do parque na dinâmica urbana, que se consolida a partir de ações direcionadas à expansão e à modernização da aparência da cidade nos anos trinta.

Com o saneamento da Lagoa, o sentimento de repúdio da população em relação à mesma se inverte e passa a se tornar o de identificação com esse espaço. A efetiva urbanização da Lagoa, sua transformação em Parque, destinado ao lazer, passeio público, ocorre durante o governo de Argemiro de Figueiredo, entre 1935 e 1940. Esse segundo momento de intervenção urbanística foi executado conforme plano elaborado pelo arquiteto Nestor Figueiredo, no qual foi prevista a construção de uma *Parkway*, que pode ser vista na Figura 4.

Nesse mesmo período, ocorreu também a instalação de fontes luminosas e as construções do Instituto de Educação (atual Lyceu Paraibano) e do Cassino de Verão, conforme ilustram as Figuras 5, 6 e 7. Estes últimos existem até hoje e constituem alguns dos elementos mais significativos caracterizadores do espaço ora estudado.

FIGURA 4: Parkway e Lagoa vista do terraço do Instituto de Educação (s.d.)



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

FIGURA 5: Fontes luminosas (s.d.)



Fonte: Acervo Gilberto Stuckert.

FIGURA 6: Instituto de Educação (s.d.)



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

FIGURA 7: Cassino de Verão (s.d.)



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

A inauguração oficial do Parque Sólon de Lucena como parque urbanizado se deu em 1939. No ano seguinte, o paisagista Roberto Burle Marx foi contratado para projetar os jardins que viriam a embelezar o local. Importante ressaltar que esse processo está inserido numa tendência de disciplinamento urbano e embelezamento que começava a tomar conta do Brasil e ganha força em João Pessoa, notadamente a partir da segunda década do século XX, conforme delineamos acima. Nesse sentido, discorre Koury (1986, p. 34):

Os jardins da Lagoa foram projetados pelo paisagista Burle Marx e o projeto fez parte de um conjunto de modificações que visaram o disciplinamento, o embelezamento e o saneamento das vias urbanas, na nova racionalidade sobre as cidades que começa a ser implementada no Brasil, e na cidade de João Pessoa em particular, desde os finais do século XIX e, principalmente, a partir dos anos vinte do século XX.

As seguidas intervenções saneadoras e urbanísticas realizadas no Parque Sólon de Lucena, possibilitaram a sua consolidação enquanto espaço símbolo da cidade de João Pessoa, detentor de considerável carga significativa e desencadeador de sentimento de pertencimento nos moradores dessa urbe. Na Figura 8 podemos observar a considerável mudança visual desse espaço após as inúmeras reformas empreendidas, intervenções as quais possibilitaram sua integração às dinâmicas sociais da cidade de João Pessoa. A Figura 9, por sua vez, registra imagem aérea do Parque Sólon de Lucena, apresentando a área entre o rio Sanhauá e o Parque, cujo processo de ocupação se consolidada apenas nos anos 30.

FIGURA 8: Parque Sólon de Lucena – 1957.



Fonte: Tibor Jablonsky. Biblioteca Digital IBGE

FIGURA 9: Vista aérea do Parque Sólon de Lucena na década de 1960



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

A Lagoa passa, assim, de “área rejeitada a motivo de orgulho tanto por parte da administração como da população, reflexo da sua conversão em parque urbano saneado e moderno, um dos mais aprazíveis logradouros da cidade”. (IGNÁCIO, 1987, p. 9). Inicialmente planejado como área de lazer, turística, destinada à contemplação da natureza e práticas esportivas, foi ao longo dos anos se constituindo como espaço de referência para a população pessoense, ajudando a aflorar nesta, sua identificação e sentimento de pertencimento em relação a esse espaço. Contudo, essa pluralidade de dinâmicas é afetada substancialmente em decorrência, sobretudo, da expansão da cidade em direção ao mar, razão principal da perda do prestígio das áreas centrais da cidade, dentre as quais, as que delimitam o Parque Sólon de Lucena.

A perda de prestígio desse Parque pode ser identificada pela falta de investimentos a ele direcionados por décadas seguidas, desencadeando um processo de abandono da área, que teve como característica principal a considerável diminuição da sua percepção de espaço público apto ao exercício das sociabilidades urbanas. Após as intervenções urbanísticas na Lagoa no período compreendido entre os anos de 1935 e 1940, as ações públicas a ela direcionadas caracterizaram-se notadamente por ações pontuais, de modo que a intervenção de maior vulto nesse espaço desde então, se refere ao atual processo de revitalização empreendido.

Desse modo, somado à consolidação do centro comercial da cidade nos seus arredores, assim como à sua posição estratégica como importante rota do sistema viário

municipal e, mesmo tendo reconhecida sua relevância histórico cultural, a Lagoa passa a ser identificada enquanto espaço de passagem, não de permanência. Visando à alteração desse quadro, a recente Revitalização empreendida busca a retomada das dinâmicas originariamente atribuídas ao Parque Sólon de Lucena, notadamente relacionadas ao lazer e à contemplação da natureza que o circunda. Essas e as demais dinâmicas, assim como os resultados dessa intervenção são discutidos no capítulo seguinte.

2.1 DE ÁREA DE LAZER A CENTRO COMERCIAL PULSANTE

Da análise de registros históricos pertinentes ao início de sua urbanização, vislumbramos a intenção de consolidar a Lagoa enquanto área de lazer. É a constatação que temos ao examinar matéria publicada em 29 de março de 1940, no jornal *A União* quando da contratação do paisagista Roberto Burle Marx naquele mesmo ano. Essa matéria veicula entrevista em que esse paisagista demonstra seu entusiasmo em relação à iniciativa da instalação da Fonte Luminosa e do Cassino na Lagoa, e confirma seu interesse em completar o conjunto existente, pois para ele, em decorrência de sua posição privilegiada, o Parque Sólon de Lucena iria “se constituir o ponto de maior atração da cidade”. Nesse sentido Paulino (2010, p. 8) delinea:

De fato, como previu Burle Marx, o Parque Sólon de Lucena se tornou o ponto de maior atração, mas não só para lazer, como se esperava de um Parque, se tornou atração também para o comércio. Assim entendemos seu estranhamento ao retornar a João Pessoa, 40 anos depois, quando observou a modificação de seu projeto original. Burle Marx não previu a dinâmica da cidade que seguiu outro caminho, o aumento do tráfego de veículos a partir de 1970 fez com que a Lagoa viesse a se tornar uma rota de tráfego, e isso suscitou as modificações ocorridas.

Contudo, o poder que detêm as pessoas de mudar das finalidades oficialmente conferidas a um espaço público, como a Lagoa, foge ao controle dos governantes e dos variados profissionais envolvidos na sua idealização. De fato, como previu Burle Marx, o Parque Sólon de Lucena se constituiu no maior ponto de atração da capital paraibana, mas seus usos trilham caminhos diversos dos originalmente imaginados pelo renomado paisagista. Os investimentos realizados pelo Poder Público conferiram à Lagoa uma centralidade temporária, estimulando a construção de residências nas suas proximidades, assim como de edifícios então ditos modernos, conforme ilustra a Figura 10.

FIGURA 10: A centralidade inicial conferida à Lagoa estimula a expansão de moradias nas suas proximidades



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

Com o advento da expansão viária na década de 1970, estimulada pelo papel estratégico conferido à Lagoa, ocorre a expansão do crescimento da cidade em direção às áreas praieiras e a consequente mudança de centralidade. Seus arredores perdem público para as áreas próximas ao mar. São então formados os bairros litorâneos e à consolidação do “nosso deslumbrante litoral como local preferencial para o lazer, atraindo uma população que ocorre em massa a seu espaço, somou-se em anos mais recentes os shoppings centers que têm constituído outro forte pólo de atração”. (TRAJANO FILHO, 2002, p. 5). A transformação das características e atividades planejadas à Lagoa é evidenciada pela sua consolidação enquanto ponto principal do sistema viário da cidade, funcionando como ponto de convergência do transporte público de João Pessoa, que até hoje tem, em sua maioria, essa rota como obrigatória.

No que diz respeito aos sujeitos relacionados às dinâmicas diárias da Lagoa, podemos afirmar que há uma variedade nas características que os definem, conferindo notável dinamicidade a esse espaço. Sobre essa multiplicidade de atores sociais inseridos no cotidiano da Lagoa. Koury (2004, p. 38) nos traz um recorte sobre as formas de ocupação desse espaço:

A Lagoa é uma área de múltiplas formas de ocupação e presença. Ocupações e presenças que vão desde o fluxo contínuo de transeuntes, a pé ou em carro e transportes coletivos, até como um espaço de lazer para várias categorias de moradores, para namoro de colegas e comerciários e, à noite, local de prostituição – tanto masculina quanto feminina – e de

boêmios que vivem a madrugada, assim como local de dormida para moradores de rua.

A multiplicidade de significados do Parque Sólton de Lucena, que denota sua riqueza simbólica para a história da capital paraibana, passa a apresentar novos contornos – conforme veremos a seguir – com o advento da expansão do tecido urbano, expansão esta que “faz com que a cidade abra mão das funções de muitos de seus espaços públicos os quais não resistem ao tempo nem às mudanças estruturais, tanto urbanas como sociais, consolidadas no novo estilo de vida aos poucos incorporado ao cotidiano da capital” (ALMEIDA, 2006, p. 176).

Tais mudanças urbanas e sociais contribuíram para a alteração da percepção da Lagoa enquanto Parque público destinado ao lazer e atividades correlatas. Sua posição no lugar que viria a se consolidar como o centro comercial da cidade de João Pessoa, influencia na sua transformação em um espaço de passagem, em vez de um lugar percebido enquanto destino final da maior parte das pessoas que viria a interagir com esse Parque.

2.2 AS MULTIFACES DO CARTÃO POSTAL DA CIDADE

A posição estratégica da Lagoa, no lugar mais central do Bairro do Centro da cidade de João Pessoa, ajuda na sua concepção enquanto importante ponto de convergência de muitas ruas, promovendo grande circulação de pessoas e veículos atraídos pelo comércio de seu entorno (PAULINO, 2010). Todavia, os problemas de infraestrutura e conservação inadequada desse espaço, que se arrastaram no decorrer dos anos e gestões sem o devido enfrentamento por parte das autoridades públicas, acabaram por afetar sobremaneira os usos e sentidos inicialmente reservados para a Lagoa.

O fato é que, após os dois grandes ciclos de intervenções nas décadas de 1920 e 1930, só a partir de 1993 a Lagoa passou por mais uma reurbanização. De acordo com Paulino (2010), nesse processo, foi realizada a padronização das barracas dos ambulantes, assim como a construção de ilhas de quiosques para acomodar lanchonetes. Foi, ainda, realizado o cercamento dos canteiros de jardins. No ano de 1997, realizaram-se serviços de reparos da calçada principal, limpeza e dragagem dos esgotos, com o objetivo de tentar evitar os frequentes transbordamentos em períodos chuvosos. Em 2009 foi efetivada a

elevação do nível da calçada e construída uma obra artística em homenagem ao escritor paraibano Ariano Suassuna, denominada “A Pedra do Reino”, ilustrada na Figura 11.

FIGURA 11: Monumento “A Pedra do Reino”



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Assim, em que pese a importância sociocultural da Lagoa para a cidade de João Pessoa, percebemos que, no decorrer dos anos – notadamente da década de 1990 até o período anterior à atual revitalização empreendida (2016) – esse espaço passou a ter uma conotação eminentemente negativa, o que nos remete ao período histórico anterior a sua urbanização. Dentre as questões que contribuíram para a construção dessa concepção em relação à Lagoa, estão os problemas de manutenção inadequada que, dentre calçadas esburacadas, equipamentos públicos quebrados, inclui – o de maior clamor popular e constantemente alvo da mídia – os transbordamentos das suas águas em períodos chuvosos. Tais transbordamentos, já considerados comuns na ocorrência de chuvas fortes, chegavam a atingir a calçada dos pontos de paradas de ônibus e gerar intensos congestionamentos de veículos no anel interno da Lagoa, conforme Figura 12, do ano de 2010.

FIGURA 12: Alagamentos frequentes



Fonte: <http://www.pmapb.blogspot.com.br>

Sobre tais problemas, Paulino (2010, p. 9) descreve as ações realizadas – que acabaram por mostrarem-se insuficientes – e os governantes responsáveis por cada uma delas:

A partir de 1975, com o tráfego intenso, começaram a surgir problemas de infra-estrutura e o prefeito Hermano Almeida contratou o escritório de Senas Caldas e Polito para iniciar um projeto de re-urbanização. (...) Animados de início com a reurbanização, a população passou a ficar descontente com os transtornos e a demora da inauguração. O prefeito Damásio Franca, que assumiu em 1979 não inaugurou as obras de imediato, aumentando o descontentamento (...). Durante os primeiros anos da década de 1980, no governo do prefeito Oswaldo Trigueiro do Valle, a vida na Lagoa transcorreu sem intervenções urbanísticas, assim como no governo posterior de Antonio Carneiro Arnaud. Só a partir de 1993, no governo do prefeito Francisco Xavier Monteiro da Franca, a Lagoa passou por mais uma re-urbanização para atender as reivindicações da população (...). Nessa re-urbanização foi realizada a padronização das barracas dos ambulantes, que foram ordenadas e distribuídas na calçada dos pontos de parada dos ônibus. Também foram construídas Ilhas de Quiosques para acomodar lanchonetes e realizado o cercamento dos canteiros de jardins. Na gestão do prefeito Cícero Lucena, a partir de 1997, realizou-se serviços de reparos na calçada principal, limpeza e dragagem dos esgotos (...). No atual [sic, à época] governo do prefeito Ricardo Coutinho, foi realizada a elevação do nível da calçada e construída uma obra artística o “Monumento a Pedra do Reino” em homenagem ao escritor paraibano Ariano Suassuna (...).

Dentre os problemas, podemos destacar, além das inundações frequentes em períodos chuvosos mencionadas acima, o despejo de esgotos no local; o forte e constante

mau cheiro exalado das suas águas poluídas; os seus calçadões deteriorados, com buracos em toda sua extensão, conforme ilustram as Figuras 13 e 14.

FIGURA 13: Lixo e esgoto depositados na Lagoa



Fonte: <http://www.brejo.com>

FIGURA 14: Calçada deteriorada



Fonte: Conceição Paulino (2009).

O problema registrado na Figura 13 foi mencionado pelo entrevistado 03, como sendo o mais incômodo, em virtude, notadamente, da atividade comercial desempenhada. Esse entrevistado é proprietário de um quiosque do Parque Sólon de Lucena, onde são vendidos lanches, bebidas, etc.. Sua indignação é registrada no trecho a seguir:

(...) Em relação à infraestrutura melhorou muito aqui, a segurança, iluminação, as calçadas eram tudo quebrada (...) e o pior de tudo era essa lagoa sempre fedendo, quando chovia, aí era que não tinha quem aguentasse, quem é que vai preferir consumir o lanche num lugar desse? (...) estou muito satisfeito (...). A parte ruim é que antes vinham pessoas lanchar e beber, hoje só vem pra lanchar porque a gente não pode mais vender bebida alcoólica, então nosso faturamento diminuiu.”. (ENTREVISTADO 03, 56 anos, comerciante)

Interessante observar que, mesmo diante do descontentamento em razão da proibição da venda de bebidas alcoólicas pela gestão municipal atual, responsável pela intervenção realizada na Lagoa, que ocasionou a diminuição do seu faturamento, o entrevistado 03 não deixa de mostrar-se satisfeito diante dos melhoramentos realizados.

Os problemas registrados nas figuras acima eram consideravelmente majorados em decorrência do elevado fluxo de pessoas e veículos que circulam diariamente por este local, conforme pode ser visualizado na Figura 15, registrada no ano de 2016.

FIGURA 15: O trânsito nos arredores da Lagoa é caracterizado pelo elevado fluxo de veículos



Fonte: <http://www.onibusdaparaiba.com>.

Sobre os supracitados problemas, nosso entrevistado 05 os aponta como sendo algumas das principais razões que o faziam evitar frequentar a Lagoa:

Antes aqui era muito ruim, quando chovia muito dava enchente aqui, não passava ônibus, não passava ninguém, agora tá muito bom, aumentou a quantidade de pessoas que vem pra cá. (...) antes as pessoas não frequentavam aqui, só passavam, passear que nem agora, ninguém passeava não, ninguém gostava daqui não. Eu mesmo não gostava, não vinha aqui não, a lagoa cheia de lixo (...). (ENTREVISTADO 05, 62 anos, autônomo).

A percepção sobre a Lagoa, observada no discurso do entrevistado 05, é evidenciada ao colocá-la em contraposição a realidade atual do espaço. Percebemos no seu discurso, quão mal quisto era o lugar para ele. Ao comentar sobre o que achou da revitalização realizada, contudo, vemos que essa relação de repúdio se metamorfoseia em uma relação em que se vê presente a admiração pelo Parque: “Isso aqui ficou bom demais, agora eu venho quase todos os dias” (ENTREVISTADO 05).

Da análise do processo histórico de formação da capital paraibana, percebemos uma conexão da percepção da Lagoa como um problema – notadamente na última década – gerando sentimento de desprezo, com o sentimento de repulsa que dominou a população da

capital paraibana, assim como seus administradores até sua efetiva urbanização, iniciada na segunda década do século XX.

Antes da sua primeira intervenção urbanística, realizada na década de 1920, a Lagoa é percebida enquanto problema, conforme constatamos a partir da análise de registros datados do século XIX, como a Chorografia da Província da Parahyba do Norte. Nesse documento, o governador da província em 1857, tenente-coronel Henrique Beaurepaire Rohan, registra o que segue sobre a então denominada Lagoa dos Irerês: "em todo tempo que estive na Parahyba do Norte, observei que os médicos a encaravam com desgosto atribuindo aos miasmas que se formavam uma ingerência perniciosa na saúde dos moradores ambientes e quiçá de grande parte da cidade." (ROHAN, 1911, p. 189).

Nesse sentido, Almeida (2006) afirma que a considerável parte dos documentos de época que descreve a capital paraibana compartilha a opinião acerca dos malefícios causados pela Lagoa dos Irerês, como indicava a comissão médica nomeada em 1869 pelo então Presidente da Província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, que atribuía, em parte à lagoa existente nas proximidades do centro urbano, a responsabilidade pelo mau estado de salubridade da capital. "A Lagoa era um charco envolto numa mata fechada até 1910, e nos dizeres da sociedade da época, servia de refúgio para criminosos." (PAULINO, 2009, p. 04). Para Campos (2014) até 1910 a lagoa do Parque Sólon de Lucena era um grande pântano.

Esse quadro passa a sofrer alteração, ocorrendo a gradativa substituição desses sentimentos de desprezo e repulsa, pelos de orgulho e identificação, a partir do saneamento da Lagoa, durante o governo de Sólon Barbosa de Lucena, a quem se deve o nome "Parque Sólon de Lucena", oficializado por meio do Decreto Lei nº 110, de 27 de setembro de 1924. Como discutimos na seção antecedente, a consolidação da Lagoa enquanto parque público, no entanto, se dá após os resultados do seu segundo ciclo de reformas, durante o governo de Argemiro de Figueiredo (1935 - 1940).

A partir de então a conotação negativa dedicada a esse espaço quando do início da urbanização da cidade de João Pessoa é aos poucos alterada pela percepção desse espaço enquanto identificador da riqueza histórica e cultural local. Notadamente a partir da década de 1970, contudo, a consolidação do centro dessa cidade enquanto espaço de atividades notoriamente comerciais, somada aos aludidos problemas de infraestrutura, seriam umas das principais razões da sua escassa utilização como área de lazer, muito embora a permanência da percepção desse espaço como cartão postal da cidade.

A partir de 2013, começa a ser concebido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, um amplo projeto visando modificar substancialmente o Parque Sólon de Lucena assim com tais usos, distantes do esperado para um Parque público, culminando na entrega do “novo Parque da Lagoa” em 12 de junho de 2016.

Em relação a esse processo, entendemos que “a recriação dos espaços revitalizados pode desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura.” (BARRETO, 2000, p. 44). Contudo, não se deve perder de vista o aspecto mercadológico e higienizador inerente a muitos processos de revitalização implementados mundo afora, ainda que tenham como foco praças e parques públicos. A priorização dessas características nas revitalizações de espaços públicos, ao transformar a cidade em produto, pode desencadear o surgimento de uma barreira que, ainda que meramente simbólica, afasta parcela da população sem poder de consumo.

De outro lado, ao ampliar as áreas para o lazer e as manifestações culturais, a revitalização dos espaços públicos pode ser uma alternativa para o desenvolvimento da cidade e para reforçar a identificação dos seus moradores. Uma vez que os processos de intervenção urbana, ao modificar o espaço, tendem a afetar a memória dos moradores, os processos de identificação com o lugar e as formas de uso por parte dos diferentes grupos de usuários.

CAPÍTULO III: (RE)PENSANDO O DESENVOLVIMENTO URBANO A PARTIR DA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA

De onde vêm as coisas novas? Por que as coisas não são como sempre foram? Com esses questionamentos Jane Jacobs (2011) – notável em seus posicionamentos teóricos críticos às formas de gestão do espaço público que subvalorizam o fator humano na construção e transformação dos lugares – inicia importante discussão sobre como pode ser entendido o desenvolvimento.

Tais perguntas nos provocam a reflexão acerca da definição do conceito de “desenvolvimento”, sobre as várias teorias que tentam defini-lo e, sobretudo, nos incitam a questionar sobre como as diferentes percepções acerca do conceito, se materializam através da execução do projeto de Revitalização do Parque Sólon de Lucena. Questionamos assim, a respeito da forma de desenvolvimento que se pretende para a cidade de João Pessoa ao se

implementar o referido Projeto. O que a Gestão Pública espera? Quais são as expectativas dos cidadãos pessoenses após essa intervenção?

Ao analisar a concepção do desenvolvimento ao longo do processo histórico, vemos que a expansão da indústria, e o conseqüente fortalecimento do sistema capitalista nos séculos posteriores à Revolução Industrial, estimularam a elaboração de vasta teoria concebendo o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Essa visão simplista apregoa a possibilidade de medir o desenvolvimento por meio de meros indicadores de cunho estritamente monetário, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto *per capita*.

Embora reducionista, foi essa visão a que perdurou de forma quase unânime na teoria econômica moderna, passando a ser efetivamente contestada tão somente no final do século XX, quando o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao evitar o uso exclusivo da opulência econômica como critério de aferição, começou a se afirmar mundialmente como um indicador mais razoável de desenvolvimento.

A modificação na forma de compreender o desenvolvimento, entretanto, ocorre a partir da obra *Desenvolvimento como liberdade*⁷. Divulgada em 1999, nela vislumbramos um notável equilíbrio entre o reducionismo que nivela crescimento econômico e desenvolvimento; e as proposições que o consideram mera utopia. Sen (1999) evidencia a importância de se compreender a função das diferentes formas de liberdade na luta contra as severas privações, opressões, violações de direitos básicos, em um mundo cada vez mais marcado pela forte desigualdade no acesso aos questionáveis benefícios advindos do processo de acumulação capitalista.

O crescimento econômico, assim como os avanços tecnológicos podem contribuir substancialmente para a expansão das liberdades humanas, mas a ampliação de tais liberdades depende de elementos significativos outros, como: o amplo acesso à educação, ao mercado de trabalho, ao saneamento básico, à moradia digna, à alimentação satisfatória, aos serviços de saúde adequados, ao lazer, ao pleno exercício dos direitos civis, bem como à garantia de participação na vida social, política e econômica da comunidade.

O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. (...) A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento,

⁷ Obra de autoria do economista indiano Amartya Sen.

é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos. (SEN, 2000, p.10).

Sachs (2004) enfatiza que o desenvolvimento deve, por intermédio do ajuste entre o trabalho e o tempo dispendido em atividades sem cunho econômico, possibilitar o alcance da felicidade e da autorrealização do indivíduo nos variados aspectos que compõem e dão significado à sua vida.

Desse modo, dispor de recursos para realizar investimentos não deve ser tido como condição suficiente para disponibilizar um futuro melhor para o conjunto da população, uma vez que o desenvolvimento se caracterizaria pelo seu projeto social subjacente. Nesse sentido, discorre Furtado (2004, p. 484):

(...) o *crescimento econômico* tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”

Olhar para o desenvolvimento nos espaços urbanos sob uma perspectiva tão restrita quanto a puramente econômica, gera amplas margens para o erro, uma vez que, conforme aduz Carvalho (2011), a cidade é uma força social presente no imaginário dos seus habitantes, capaz de gerar sentimento de identificação e solidariedade, algo que vai além da questão monetária. Vislumbramos, assim, a aproximação da concepção de desenvolvimento enquanto sinônimo de bem-estar social e não do crescimento econômico isoladamente considerado.

Compreender se o desenvolvimento priorizado na Revitalização do Parque Sólón de Lucena, busca fundamentalmente o bem-estar social dos cidadãos pessoenses, tem sua importância majorada em razão da sua relevância histórico-cultural para a cidade de João Pessoa.

Conforme mencionamos anteriormente, esse Parque foi tombado na década de 80 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP). Tal amparo legal denota sua importância singular, na medida em que o patrimônio cultural, constituído através dos valores históricos e artísticos deixados pelas gerações anteriores, sintetiza a história da sociedade na qual está inserido e demonstra sua identidade cultural. Nesse sentido, Velloso (2006, p. 446) afirma que “o patrimônio cultural tem uma densidade

simbólica diferenciada que deriva sua singularidade do resultado de atividades coletivas e públicas”.

Além do referido tombamento, que evidencia a dimensão legal da sua importância, percebemos que – em que pesem os problemas discutidos em linhas anteriores – parte das pessoas que se relacionam com o Parque Sólon de Lucena, também o consideram patrimônio cultural e histórico de João Pessoa. A relação entre a sua revitalização e o desenvolvimento pode ser vista na fala da entrevistada 17, moradora do Edifício Caricé, um dos poucos edifícios residenciais localizados no entorno do Parque.

Foi uma coisa muito boa, não tem como negar. A gente sabe que hoje em dia o centro da cidade não é mais um lugar que as pessoas procuram pra morar (...). Você até percebe a diferença, antes falar que morava aqui no Caricé, era uma coisa, hoje é outra (...), sempre tem alguém que comenta como a Lagoa mudou, ficou bonita, porque sabem que fica pertinho daqui (...). E faz parte da história da cidade né? Lógico que precisava dessa mudança. (...) Sim, acho que influencia no desenvolvimento da cidade porque valorizou a área, agora atrai o interesse, né? (...). (ENTREVISTADA 17, 47 anos, advogada)

No discurso da entrevistada 17, vemos a sua compreensão sobre a relevância histórica da Lagoa o que, a seu ver, justifica a necessidade da intervenção realizada no espaço. Ao ser questionada sobre como, na sua concepção, se daria a relação entre o desenvolvimento socioeconômico da área e a revitalização feita, a entrevistada 17 considera que há uma conexão entre os processos, na medida em que após a revitalização, a área teria sido valorizada. Aqui, apreendemos do seu discurso, o entendimento de que o desenvolvimento estaria atrelado ao incremento econômico advindo com essa intervenção pública.

Compreender com se perfaz tal relação é de importância considerável, na medida em que a experiência tem demonstrado que os projetos de revitalização direcionados a essas espécies de patrimônio implementados Brasil afora⁸, embora envoltos por um discurso projetado pela edilidade pública de melhoria da qualidade de vida da população como um todo, ao concretizados não conseguem disfarçar seu viés fundamentalmente mercadológico e higienizador. “Nessas condições, os ideias de identidade urbana, cidadania e pertença, de uma política urbana coerente, já ameaçados pelo mal-estar da ética neoliberal individualista, tornam-se muito mais difíceis de manter.” (HARVEY, 2014, p. 49). Nesta esteira, o mercado é tido como o único caminho para o desenvolvimento e ordenamento social

⁸ Como exemplo dessas intervenções, podemos mencionar o processo de *gentrification* que reinventou o Bairro do Recife, deslocando para a esfera do consumo os sentidos tradicionais da sua história. LEITE (p. 191, 2007).

norteador das ações humanas, onde tudo o que pode ser fabricado também pode ser vendido, conforme Berthoud *apud* Sachs (2000).

Ao propor uma intervenção pública – tal qual a revitalização – em ambientes constituídos como patrimônio histórico e cultural, no geral percebemos a disseminação, por parte da Gestão Pública responsável, de um discurso que propaga o desenvolvimento da área e mesmo da cidade como um todo. É um discurso recheado de menções acerca do incremento do turismo, sobre a valorização da área. De modo que, analisar esse discurso com acuidade, nos faz perceber o intuito, ainda que velado, de transformação do bem cultural em produto a ser vendido. Aqui é dada maior importância ao objeto a ser comercializado e acabamos, assim, diante do fenômeno da espetacularização dos bens culturais.

E a depender da dimensão da intervenção pública realizada, ocorre a incorporação de tais discursos por parte dos cidadãos, notadamente daqueles que têm uma relação especial com o objeto sobre o qual recaem as interferências urbanísticas de iniciativa pública. É o caso da revitalização do Parque Sólon de Lucena. Ao refletirem acerca da relação entre esse processo e o desenvolvimento da cidade de João Pessoa, a maior parte dos entrevistados faz menção ao incremento do turismo, à presença crescente no Parque, de turistas das mais diversas partes do país e mesmo estrangeiros, em contraposição à realidade pretérita à revitalização. A esse respeito, a entrevistada 17 discorre:

Sim, acho que influencia no desenvolvimento da cidade porque valorizou a área, agora atraí o interesse, né? (...). Hoje você vê na Lagoa, turistas de todo canto (...). Antes a gente não via pessoas visitando não (...), as pessoas que você podia encontrar lá, é porque tinham que passar por lá, pra pegar um ônibus, porque estavam indo pra escola ou trabalho (...). Tinham muitos camelôs (...), sempre dava pra ver gente pedindo também. (ENTREVISTADA 17, 47 anos, advogada)

Ao realizar essa contraposição entre os atuais usuários (turistas) e os anteriores (camelôs, pedintes), identificamos no discurso da entrevistada 17, a percepção de que se teria alcançado o desenvolvimento da área revitalizada, a partir da atração daqueles usuários em detrimento da presença destes últimos. Nossa entrevistada 15, também faz menção à presença de turistas como algo significativo decorrente da revitalização da Lagoa:

(...) Hoje não tem nem comparação (...). Você vem na Lagoa hoje, dá até gosto (...), ver os turistas tirando fotos, admirando. (...) Antes você só via falar na Lagoa por causa das enchentes aqui⁹, a podridão que ninguém aguentava (...). Agora sim a gente pode dizer que é um verdadeiro símbolo da cidade. (ENTREVISTADA 15, 35 anos, lojista)

⁹ Referência aos transbordamentos da Lagoa em períodos chuvosos.

É nesse cenário que ocorre a apropriação do espaço urbano pela gentrificação, um processo caracterizado pela mercantilização de bens culturais e pelo enobrecimento dos lugares. Assim, a intervenção em espaços públicos urbanos podem ser facilmente capitalizadas, podem, inclusive, ser projetadas justamente com essa finalidade. No caso da Lagoa, é importante dizer que esse processo ganha contornos diferenciados, visto que não podemos afirmar que há uma completa substituição dos seus usuários, há uma tentativa de substituí-los, contudo, eles resistem e continuam a utilizar esse espaço ainda que de forma menos contínua e sob vigilância constante. É o caso dos ambulantes e moradores de rua.

Nas intervenções públicas voltadas para a requalificação dos espaços com foco na atratividade para o turismo, por exemplo, “o patrimônio cultural urbano passa a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado.” (BERENSTEIN JACQUES, 2008, p. 34). Ocorre que, a partir do momento em que a urbanização passa a ser alvo da prática capitalista de mercantilização e comercialização de tudo, temos por vezes como consequência a produção de espaços urbanos eivados de características excludentes.

Percebemos, assim, que embora marcado por um discurso em prol do-da melhoria da qualidade de vida do conjunto da população pessoense, conforme discorre adiante o arquiteto membro da equipe responsável pela Revitalização da Lagoa, não podemos deixar de vislumbrar o movimento complexo em que está situado o processo de Revitalização do Parque Sólon de Lucena. Este processo segue a lógica do planejamento urbano no Brasil das últimas décadas, o qual, segundo Scocuglia (2004), passou a focar as potencialidades econômicas e oportunidades de desenvolvimento dos municípios, voltando-se para a recuperação das áreas já consolidadas. O que explica a crescente importância dos núcleos históricos das cidades e das ações de revitalização urbanas.

Como Arquiteto vejo que a elaboração/criação de um parque urbano de qualidade para a cidade de João Pessoa em um ponto que sempre fora consolidado como um dos nossos principais pontos turísticos, beneficiou não só os visitantes como também todo o entorno imediato que tinha nos finais de semana uma área insegura e com pouca vida no coração de Joao Pessoa. Hoje a realidade é totalmente diferente, seu uso não está restrito apenas aos fins de semana, mas sim a toda a faixa do dia e com circulação de pessoas até uma boa parte da noite com toda a segurança para um bom passeio, esporte e diversão das mais variadas formas. Em resumo ganhamos todos nós. (Arquiteto da PMJP)

Em que pese o aumento, nas últimas décadas, do volume das intervenções públicas voltadas para áreas já consolidadas, em virtude do retorno econômico que delas se pode extrair, conforme discorre Scocuglia (2004), Rolnik (2004) chama atenção para a

importância da conservação e manutenção das praças, dos parques públicos, dos centros culturais, e outros espaços públicos, algo que vai além da questão financeira.

Estes lugares podem proporcionar um retorno dos sujeitos à vida pública, já que é no espaço público que se cria, recria e potencializa a cultura, em que o contato com o outro é facilitado, possibilitando inúmeras trocas e experiências. Numa retomada do clássico estudo sobre a morte e a vida nas metrópoles, Jacobs (2011) pontua que a vida nas cidades só estará garantida com a reapropriação dos espaços públicos pelos moradores, sendo a diversidade na cidade garantida com a diversidade de usos.

Tal diversidade de usos e, notadamente, de usuários, é algo que sempre pôde ser observado na Lagoa, antes e após a Revitalização de 2016. Ocorre que as configurações que caracterizam essa diversidade é que ganharam novos contornos. Antes o acesso a esse espaço não sofria um controle e vigilância intensa como tem sido observado. De modo que os corpos que por ele circulavam eram de uma variedade latente. Praticantes de atividades físicas, passantes, turistas, ambulantes, pedintes, moradores de rua, profissionais do sexo.

As alterações das estruturas físicas do Parque também são significativas, conforme demonstra a Figura 16. Se anteriormente seus equipamentos públicos resumiam-se, fundamentalmente, ao anel interno do seu espelho d'água, aos quiosques dos seus arredores e a pista de skate deteriorada, na atualidade, aqueles foram significativamente ampliados. Hoje a Lagoa conta com bicicletário; muro de escalada; pista de skate reformada e ampliada; ciclovias; pista de caminhada; banheiros públicos; equipamentos para exercícios físicos; parques com balanços e gangorras; quiosques amplos; postos destinados à Guarda Municipal e Polícia Militar; duas pistas exclusivas para ônibus com bancos e cobertura.

FIGURA 16: Alteração nas estruturas físicas do Parque da Lagoa é evidenciada pela variedade de equipamentos públicos instalados



Fonte: aldoalemao.blogspot.com.br

No que diz respeito aos usuários do Parque, embora hoje seja comum constatar a presença de pessoas nesse espaço nos mais diversos períodos do dia, conforme identificamos durante nossa pesquisa de campo, os usuários que o utilizam, parecem ter sido modificadas. Nesse sentido, nosso entrevistado 05 aduz:

Antes as pessoas não frequentavam aqui, só passavam, passear que nem agora, ninguém passeava não, ninguém gostava daqui não. Eu mesmo não gostava, não vinha aqui não (...), à noite era perigoso, assalto direto (...). Tinha um banheiro ali que, com licença da palavra, era um enxame de ‘viado’, de gay e de rapariga, era assim toda noite (...). Hoje a gente não vê mais isso não (...). Não vende mais bebida, aí não tem mais a bagunça que os ‘bebos¹⁰’ faziam. Isso aqui ficou bom demais, agora eu venho quase todos os dias, trago os meninos (...) tá muito seguro, polícia e guarda por todo canto (...).” (ENTREVISTADO 05, 62 anos, autônomo).

Vemos que o entrevistado 05 faz referência à ausência de determinados indivíduos – denominados por ele “gay, rapariga e bebos” – assim como à presença da Guarda Municipal e da Polícia Militar, para justificar a mudança do Parque a seu ver para melhor. Estas seriam algumas das razões pelas quais ele teria passado a sentir-se confortável em trazer seus filhos ao Parque.

A designação *familiar* atribuída ao lugar pela maior parte dos entrevistados, juntamente ao controle do acesso pelos órgãos de Segurança Pública sempre presentes, são alguns dos aspectos relacionados à mudança dos seus frequentadores. Do mesmo modo, nosso entrevistado 06 descreve o fato de não mais haver pessoas frequentando o Parque da Lagoa com a finalidade de consumir bebidas alcoólicas, como sendo uma das causas da sua transformação no que ele chama de “lugar de família”:

Aqui agora a gente pode vir tranquilo, não tem mais aquela bagunça de antes (...). Final de semana além de esquisito, só se via bêbados por esses quiosques, agora não pode mais vender bebida alcóolica, mudou. (...) Hoje venho e trago minha esposa, meus dois filhos, porque *agora aqui virou um lugar de família*. (ENTREVISTADO 06, 38 anos, auxiliar administrativo)

Visualizamos na Revitalização do Parque Sólton de Lucena, uma intervenção que modifica substancialmente as estruturas físicas desse espaço, mas, sobretudo, atua nas relações sociais que aconteciam e que passaram a acontecer no lugar. Aqui, percebemos a correlação entre o espaço público e as relações sociais que lhe dão vida e significado.

Nesse sentido, Souza (2002) defende o chamado “Desenvolvimento Socioespacial”. De acordo com esse entendimento, a importância do espaço é enaltecida enquanto palco,

¹⁰ O entrevistado 05 utiliza a palavra “bebos” para fazer referência aos bêbados que, a seu ver, eram figuras características do Parque antes da Revitalização.

arena, referencial simbólico e condicionador das atividades humanas. De modo que, as intervenções nos espaços públicos devem possibilitar o que esse autor denomina “mudança social positiva”, que, por sua vez, estaria vinculada ao aumento simultâneo da qualidade de vida e da justiça social. O desenvolvimento, sob essa perspectiva, deve contemplar as relações sociais e, de igual modo, a espacialidade. Deve compreender as expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas.

De tal modo, é necessário compreender as configurações decorrentes da Revitalização da Lagoa e sua conexão com as diversas categorias sociais a ela relacionadas. É preciso entender se os valores culturais e as expectativas dos múltiplos atores sociais vinculados a esse espaço foram levadas em conta. Uma vez que, estudar a relação entre a espacialidade, e os diferentes sujeitos nela inseridos, é imprescindível para se identificar a ocorrência da referida mudança social.

Entender tal relação é que possibilitará a compreensão sobre o Desenvolvimento Socioespacial da cidade de João Pessoa a partir dessa intervenção. De antemão, podemos afirmar que os atores sociais atuantes nas múltiplas apropriações desse rico lugar para a memória e história de João Pessoa foram afetados. Esta é uma discussão que será aprofundada nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO IV: ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO DAS REVITALIZAÇÕES URBANAS

Para compreender a concepção e a execução do Projeto de Revitalização empreendido no Parque Sólon de Lucena é preciso estudar a cidade, os sentidos dados a seus espaços e corpos, o poder destes corpos de reinventá-la. De modo que os atores sociais que no decorrer da história se apropriaram desse Parque – seja ao utilizá-lo enquanto trajeto para outras localidades nas proximidades, seja ao concebê-lo como local de exercício das suas atividades, como o comércio informal e a prostituição – são os protagonistas desse processo. São eles: os comerciantes formais e informais, os passantes, os praticantes de atividades físicas, as famílias, os pedintes, os moradores de rua.

Ao identificarmos que alguns desses atores não foram integrados à nova realidade da Lagoa após a sua Revitalização, constatamos que estudar os espaços públicos de importância para a cidade significa estudar sonhos, materializados ou não (SOUZA, 2016).

Nesse sentido, ao ser questionado se a Prefeitura realizou algum tipo de consulta pública sobre como deveria ficar a Lagoa após o processo de Revitalização, o entrevistado 05 demonstra sua incredulidade em relação à possibilidade de um governante perguntar algo dessa dimensão à população:

E o prefeito vai perguntar um negócio desse ao povo é? Ele faz por conta dele (...) não vai consultar a gente pra saber o que vai fazer e o que não vai, quem somos nós? O prefeito é o prefeito, o governador é o governador (...) ele faz o que ele quiser, se ele quiser ele desmancha de novo, se ele quiser ele melhora mais ainda. (ENTREVISTADO 05, 62 anos, autônomo)

Essa é uma fala que nos chama atenção. Ao afirmar desconhecer a existência de qualquer consulta pública antes da revitalização empreendida, o entrevistado 05 demonstra sua total descrença no poder popular de transformação das realidades sociais. De forma similar, ao ser questionado sobre a existência de consulta aos comerciantes dos quiosques sobre como deveria ficar o Parque Sólon de Lucena após a revitalização, o entrevistado 03, tal qual o entrevistado 05, demonstra sua incredulidade em relação a essa possibilidade.

Eles (gestores) mostraram a gente o projeto, como ia ficar, consultar a gente como deveria ficar? Infelizmente, isso não existe. Órgão público nenhum faz isso, seja municipal, estadual, federal, eles não vão perguntar ao povo como deve ficar uma obra pública! (ENTREVISTADO 03, comerciante, 56 anos).

Podemos afirmar que esse discurso é construído a partir do pequeno espaço recorrentemente dado à população para participar das decisões que a atingem diretamente, a fazendo acreditar ser impotente, que sua vontade não faz diferença. Uma das formas de desconstruir essa percepção seria a criação do que Serpa (2011) chama de “entre-lugares¹¹”. É necessária a construção de entre-lugares como arenas para a expressão dos conflitos e contradições inerentes à diversidade de culturas nas cidades contemporâneas. Espaços públicos e culturais de lazer devem servir como estruturas necessárias para a consolidação de processos de gestão e produção culturais mais democráticos e livres, sem hierarquias nem desigualdades (SERPA, 2011).

Ao questionarmos o Gestor do Parque da Lagoa sobre a participação popular no projeto de Revitalização desse Parque, nos foi informado que *o projeto foi amplamente divulgado (...)*. A forma urbana é designada como que para curar a sociedade da cidade ruim,

¹¹ Os entre-lugares são concebidos tal qual arenas para a expressão dos conflitos e contradições inerentes à diversidade de culturas nas cidades contemporâneas. São estruturas que favorecem o diálogo, enquanto instrumento chave para a participação, possibilitando a apropriação do espaço pelas diferentes culturas e segmentos sociais.

desnaturada, mal acabada (CALENGE, 1997). Serpa (2011), todavia, nos faz uma importante ressalva sobre tal perspectiva, ao afirmar que não são os parques o problema. O problema residiria nos discursos e políticas urbanas que estão na origem desses projetos. Nesse sentido Serpa (2011) coloca o seguinte questionamento: Afinal, estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público?

Esse questionamento deve estar no centro de todo estudo que vise compreender a natureza das revitalizações, vez que elas estão longe de serem empreendimentos autônomos, independentes. Estão carregadas de interesses, ideologias e objetivos que em geral coadunam com uma visão de desenvolvimento urbano focado no retorno financeiro que pode ser obtido a partir dessas intervenções

Nessa ótica, não são as especificidades locais, sua história, cultura, riqueza a serem supostamente resgatadas. Busca-se, no geral, a padronização dos espaços, que por vezes acaba desfigurando lugares, por meio da descaracterização não apenas de suas estruturas físicas originárias, mas, sobretudo, do público que historicamente compõe e dá vida a tais lugares. No bojo dos processos de revitalização executados nas cidades contemporâneas¹², vislumbramos a busca incessante pela homogeneização, o que desencadeia, inevitavelmente, um processo de desvalorização da singular riqueza dos lugares: sua história, sua cultura, sua gente.

Lefbvre (1991), já havia alertado sobre essa homogeneização nas intervenções urbanas nas cidades contemporâneas ao redor do mundo, onde os processos de revitalização estão inseridos. Mais uma vez, Lefbvre (1991) coloca que após um breve olhar sobre as cidades modernas e as novas construções é possível perceber que tudo se parece. Essa lógica desencadeia a disseminação de espaços repetitivos que, por sua vez, resultam de gestos e atitudes também repetitivas, transformando os espaços públicos em produtos homogêneos, aptos a serem comprados ou vendidos.

Na Revitalização do Parque Sólon de Lucena, tal homogeneização pode ser identificada na repetição de estruturas presentes no Parque do Ibirapuera (São Paulo) e na Lagoa Rodrigues de Freitas (Rio de Janeiro). Esses Parques foram considerados projetos de

¹² De acordo com Harvey (p.52, 2014), essa prática se aplica aos processos urbanos contemporâneos em grande parte da Ásia (Nova Délhi, Seul, Mumbai), bem como à gentrificação contemporânea de áreas como o Harlem e o Brooklyn em Nova York.

referência para a intervenção na Lagoa, de acordo com o Memorial¹³ do Projeto de Reabilitação¹⁴ do Parque Sólon de Lucena (2015), p. 40:

Algumas outras soluções foram adotadas a partir do exemplo dos equipamentos presentes nos dois projetos de referência supracitados. Do parque carioca veio o exemplo do uso esportivo e de lazer a ser proposto para a lâmina d'água (como uso de pedalinho, caiaques e trapiche), enquanto outras soluções foram adotadas a partir do referencial paulista, como áreas para lazer contemplativo, áreas para *cooper* e caminhada, módulos para banheiros públicos, postos policiais e sistema de segurança com monitoramento eletrônico.

Na Figura 17 abaixo, o referido memorial traz o projeto para a pista de *cooper* e caminhada do Parque Sólon de Lucena.

FIGURA 17: Projeto da pista de *cooper* e caminhada do Parque Sólon de Lucena



Fonte: PMJP, 2015.

Logo adiante (Figura 18) temos uma imagem de trecho da pista de *cooper* e caminhada do Parque Ibirapuera, utilizada como referência para a intervenção no Parque pessoense, onde é possível identificar semelhanças entre os distintos projetos.

FIGURA 18: Parque do Ibirapuera



Fonte: <https://catracalivre.com.br>

¹³ Este memorial foi criado pelos órgãos técnicos das Secretarias envolvidas na Revitalização da Lagoa e nos foi disponibilizado pela UEM- UNIDADE EXECUTORA MUNICIPAL da SEPLAN- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA.

As referidas semelhanças podem ser identificadas nas áreas para lazer contemplativo, notadamente caracterizadas pelos espaços gramados instalados no Parque pessoense. De modo semelhante, as áreas para *cooper* e caminhada, os módulos para banheiros públicos, os postos da Polícia Militar e da Guarda Municipal, assim como o sistema de segurança com monitoramento eletrônico, foram instalados em conformidade com o referencial paulista.

Assim, revelar as peculiaridades de um recente processo de reapropriação do patrimônio configura-se como algo não apenas necessário, mas indispensável para se compreender como as políticas contemporâneas de revitalização “reinventam lugares, recriam tradições, estabelecem centralidades: aspectos a partir dos quais outros lugares são criados e outras tradições são reapropriadas, a partir dos usos diferenciados que se faz do espaço público.” (LEITE, 2007, p. 159).

Sendo assim, entender a revitalização da Lagoa sem correr o risco de perceber apenas superficialmente as dimensões norteadoras de sua elaboração e implementação, implica um reconhecido esforço em compreender os múltiplos interesses envolvidos nesse importante processo.

4.1 OS NOVOS USOS PRETENDIDOS PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Após a Segunda Guerra Mundial, a degradação física – processo marcado pela deterioração do patrimônio edificado, pelo esvaziamento populacional e pela carência de investimentos econômicos – era a realidade prevalente nas cidades mais antigas dos países centrais, notadamente os anglo-saxões. A partir desse momento histórico, com a finalidade de sanar os problemas físicos, sociais e econômicos que se multiplicavam nos centros históricos, os setores mais antigos dessas cidades, ações foram desenvolvidas objetivando a renovação, reabilitação, requalificação e revitalização de tais centros urbanos (COLVERO, 2010).¹⁵

Não podemos afirmar que as variadas designações – renovação, reabilitação, requalificação e revitalização – refiram-se ao mesmo processo, apesar de convergirem para a mesma finalidade, que é a revalorização de áreas, sobretudo as centrais, da cidade. Contudo, podemos apontar para aspectos específicos, colocados enquanto forma de diferenciar tais modalidades de intervenção urbana.

¹⁵ A ampliação da importância dos valores inerentes ao patrimônio desencadeia, ainda, a criação de órgãos internacionais voltados para a cultura no pós II Guerra Mundial e a incorporação dos direitos culturais pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a figura do Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Colvero (2010) nos traz uma importante diferenciação teórica sobre os diferentes termos relacionados à revitalização dos lugares. A começar pela *reabilitação* urbana, cuja concepção ocorre na Europa, em meados dos anos de 1950. É identificada, fundamentalmente, como uma política direcionada à valorização de potencialidades sociais e econômicas das áreas consolidadas da cidade. Ocorre quando a reabilitação das residências é tomada como a ação de manutenção física e composição social dos seus moradores, aqui o patrimônio é incorporado como objetivo do planejamento físico-territorial.

A *renovação*, por seu turno, é precedida da demolição dos bens construídos, por intermédio de mudanças formais, se refere aos projetos de modernização do território. Já a *revitalização* está mais relacionada “à dinamização cultural, turística e de consumo, com investimentos em projetos de reforma e embelezamento de fachadas dos prédios e dos espaços públicos, com segurança pública e lazer, a fim de retomar o efeito simbólico da memória histórica do lugar, no cotidiano das pessoas que usam e ocupam o território” (COLVERO, 2010, p. 40).

Em suma, temos a *requalificação*, que apresenta, simultaneamente, características presentes nas definições anteriores. Esse processo compreende as relações de produção social do espaço e sua realidade enquanto lugar da vida cotidiana, com a peculiaridade de estar relacionada a empreendimentos que objetivam o restabelecimento da qualidade física e social dos espaços construídos. A partir da definição dos termos acima e, da concepção das características essenciais que definem a série de mudanças empreendidas no espaço da Lagoa, podemos afirmar que tais mudanças se aproximam em maior grau do processo definido por *revitalização*.

Ao fazer referência à Revitalização da Lagoa, contudo, o memorial da Prefeitura Municipal de João Pessoa que especifica esse processo utiliza termos diversos como “requalificação”, “reabilitação”, “revitalização”. Esta constatação evidencia a dificuldade de diferenciar as intervenções nos espaços públicos que objetivam dar aos mesmos, novos usos e sentidos.¹⁶

Mais importante, todavia, que procurar encaixar as mudanças estruturais e simbólicas ocorridas na Lagoa em uma categoria teórica de definição, é entender que essas práticas de reestruturação de espaços públicos de notável valor histórico e cultural, em geral estão

¹⁶ No caso da Lagoa, os diferentes documentos que disciplinam a intervenção estudada, onde optamos por utilizar o termo “Revitalização” (Plano de Metas de João Pessoa/ 2013 –2016, Plano de Ação João Pessoa Sustentável – 2014), de igual modo utilizam indistintamente as diferentes terminologias supracitadas.

carregadas de interesses fundados na transformação do patrimônio cultural em simples mercadoria.

Sobre essa transformação do patrimônio cultural em mercadoria, Paes (2005) enfatiza que tal apropriação dos bens culturais, assim como sua refuncionalização acaba por servir à ideologia do consumo, e não mais às práticas culturais representativas do sentimento de pertencimento das culturas e populações locais. Harvey (2014) complementa essa análise ao aduzir que a expansão muito recente e radical do processo urbano trouxe consigo consideráveis transformações no estilo de vida.

A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais baseadas no conhecimento, assim como o recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana. Assim, uma política urbana coerente, alicerçada nos ideais de cidadania, identidade urbana e pertença, tornam-se muito mais difíceis de manter. “Até mesmo a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo (...) parece – pelo menos superficialmente – cada vez mais implausível.” (HARVEY, 2014, p. 49).

Uma visão sobre os processos de reformas urbanas na contemporaneidade, que nos ajuda a criar um ponto de vista crítico sobre a revitalização dos lugares – sem pender para o entusiasmo desmedido ou para a desolação fatalista – é a elaborada por Criekingem (2006, p. 112):

Para entender as transformações contemporâneas dos centros urbanos antigos e superar, tanto o entusiasmo imediato sobre o renascimento do centro, como a desolação fatalista quanto a seus impactos sobre as populações mais pobres, é necessário, antes de tudo, quebrar o molde indiferenciado do “gentrificador”, ou mesmo do “planejador”, e da dinâmica da qual ele é o herói. A demanda por espaços urbanos requalificados e renovados é assegurada por grupos econômicos e demográficos diversificados, com modos de inserção no mercado da habitação e itinerários residenciais variados (e, por vezes, mal conhecidos). Tais fatores não devem ser negligenciados quando se pretende compreender a concretude do repouso dinâmico que paira sobre as novas possibilidades de usos e apropriação das cidades.

O marco formal que viria a consolidar uma noção mais abrangente de bem cultural e, cumulativamente, veicular uma série de normas para a proteção do patrimônio histórico-cultural, foi a publicação da *Carta de Veneza* (1964)¹⁷. Mais vinculado ao campo histórico,

¹⁷ Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, documento resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, promovidos pela UNESCO, UIA e ICOMOS.

esse documento trouxe em seu bojo, uma gama de normas jurídicas de natureza protetiva mais modernas e rígidas que as vigentes até então. Foram acrescentados novos valores à noção de monumento, além daqueles mais tradicionais, referentes à história e à arte. Aos valores estéticos e históricos acrescentava-se o valor cultural, possibilitando que obras simples de valor secular passassem ao mesmo patamar de relevância dos monumentos consolidados.

No âmbito interamericano, reunião promovida pela Organização dos Estados Americanos em Quito, no ano de 1967, que tratou acerca da conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, resultou na aprovação das *Normas de Quito*. “Essas *Normas* representam importante adesão dos países latino-americanos à *Carta de Veneza* e às suas recomendações quanto à preservação e revalorização de monumentos e sítios históricos”. (SCOCUGLIA, 2004, p.42). Esse documento, todavia, representa uma significativa ruptura com a visão estritamente histórica e artística tradicional e de valorização apenas do monumento típico, na medida em que procura conciliar o desenvolvimento econômico e a proteção do patrimônio cultural. A partir de então, propaga-se a noção de que os bens culturais são recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais dos países latino-americanos.

No Brasil, a adesão às proposições contidas nas *Normas de Quito* coincide com a descentralização das políticas de preservação do patrimônio a partir da década de 1970. Até então, o paradigma da preservação do patrimônio fundamentava-se na ideia de construção de uma nacionalidade, onde as atividades de restauro e conservação dos bens culturais eram financiadas exclusivamente por recursos públicos oriundos do governo federal. A partir dessa descentralização, ocorre uma significativa ampliação da política de preservação, desencadeando a divisão de responsabilidades do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) entre esferas estaduais e municipais de preservação, fazendo emergir novas estruturas em nível regional, “de forma a propiciar a ampliação tipológica, cronológica e geográfica do patrimônio cultural.” (COSTA, 2015, p. 132).

Segundo Leite (2007), o marco desse processo de descentralização foram os *Encontros de Governadores* em Brasília (1970) e em Salvador (1971), onde novas estratégias de preservação foram elaboradas com a participação dos estados. Desses encontros, em consonância com as recomendações da Carta de Veneza e das Normas de Quito, foi proposta a criação do PPPV (Plano Permanente de Preservação e Valorização), fundamentado na preservação do patrimônio e estratégias de planejamento urbano.

A partir daí estava selado o “processo simultâneo, relacional e contraditório de uma preservação para a mercantilização no Brasil, perspectiva necessária à reprodução do capital nas cidades históricas através do turismo.” (LEITE, 2007, p. 53). Processo este, oriundo de toda uma mobilização jurídico-política no sentido de legitimar as ações públicas que envolvem intervenções no patrimônio público. Segundo Costa (2015), para além da natureza especial de esclarecimento – relacionado ao valor cognitivo e mesmo afetivo – a partir da década de 1970, o patrimônio cultural incorpora o fetiche da mercadoria, sendo inserido no mundo do consumo simbólico do turismo.

Assim, os bens culturais adquirem um novo *status*: são colocados à disposição de todos como produto cultural, fabricado, embalado e difundido com vistas ao consumo. (SCOCUGLIA, 2004). A preservação, assim, não será direcionada à história de um lugar individualmente considerado, mas a um modelo universal de “história dos lugares”. Nesse sentido, dispõe Serpa (2011, p. 109):

Este modelo de conservação vai tornando as cidades cada vez mais parecidas, contribuindo para a homogeneização dos lugares, operacionalizando o padrão UNESCO em contextos culturais absolutamente diversos.

Não se deve, todavia, deixar de levar em conta a importância dos conceitos e normas contidos nos aludidos documentos – notadamente na Carta de Veneza (1964) – muitos dos quais passaram a integrar as legislações, planos e programas brasileiros de preservação nas décadas de 1980 e 1990, nos níveis federal, estadual e municipal. Conforme reforça Scocuglia (2004, p.63), no Brasil, “a partir de 1980, a preservação das manifestações culturais (...) assumiu nítida conotação política, na medida em que a ideia de diversidade passou a se sobrepor à de desigualdade.”.

A partir da década de 1990, as políticas patrimoniais de revitalização ou gentrificação¹⁸ passam a caracterizar um processo decorrente de um fenômeno amplo de âmbito mundial que envolve a revalorização de áreas urbanas, engloba inúmeras e distintas intervenções em espaços urbanos. De acordo com Grosso (2008, p. 22), nos últimos anos tal política tem levado em conta principalmente “o uso da água, desenvolvimento sustentável,

¹⁸ Termo originário do inglês *gentrification*, cunhado em 1963 por Ruth Glass, na obra *Introduction to London, aspects of change* (BOTELHO, 2005, p. 55). A gentrificação ou enobrecimento refere-se ao processo de ressignificação de espaços históricos com a finalidade de conferir ao patrimônio um caráter mercadológico. Essa expressão serve para designar intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados *centralidades* e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado (HARVEY, 1992).

ocupação de áreas vazias, requalificação de espaços, otimização da mobilidade urbana destacando as potencialidades paisagísticas, logísticas e imobiliárias.” A discussão referente à revitalização urbana no Brasil e consequente disseminação do conceito, no entanto, já acontecia desde meados dos anos de 1960¹⁹.

Scocuglia (2004) chama atenção para o aspecto dissimulado do discurso tido por ‘inovador’ em torno da prática atual de *gentrification* ou enobrecimento. De tal maneira que, haveria uma estreita similaridade no modo de tratar sítios históricos na atualidade, com a forma adotada no período inicial da preservação no Brasil, onde eram exploradas as referências visuais imediatas.

A principal crítica à política de revitalização característica da década de 1990, todavia, não está no aproveitamento econômico do bem revitalizado, vez que o processo cultural e o mercado são institutos intrinsecamente ligados. Este último seria ao mesmo tempo, prática histórica e matriz geradora do processo cultural. O que de fato interessa, conforme frisa Menezes (2000, p. 152):

É a forma de intervenção do poder público ao oferecer o patrimônio cultural como mercadoria, preocupado, sobretudo, em reduzir o ônus que lhe cabe sobre a preservação e revitalização de áreas urbanas e em criar uma cidade de valor para o turismo.

Trata-se de um processo que desencadeia o que Menezes (2000) chama de *fetichização* da cultura, através da redução do valor cultural ao valor predominantemente econômico. Ao realizar estudos na França e no Brasil sobre as novas medidas de revitalização e consumo dos bens culturais, Choay (2002) identifica certos problemas comuns nessas novas práticas. São problemas relacionados a um condicionamento sofrido pelo patrimônio urbano histórico decorrente de seu consumo cultural. Na Revitalização da Lagoa, tais problemas assumem contornos específicos. Em que pese a forte característica comercial do seu entorno, percebemos que no Parque da Lagoa em si, é possível o desempenho de uma série de atividades desvinculadas de uma conotação estritamente econômica. É o caso do lazer contemplativo – atividade comum em seus gramados –, a prática de caminhadas, de esportes radicais como o BMX e o skate.

¹⁹ Na publicação de 1968 da revista da UNESCO, *Museums and Monuments* n° XI, Rodrigo M. F. de Andrade utiliza o termo, ao discorrer sobre a conservação de sítios urbanos, em seu artigo intitulado “*The conservation of urban sites*”. Assim, em detrimento da sua maior disseminação e complexidade na atualidade, que justifica o fato de estar no centro da fase atual de intervenções no patrimônio histórico do país, a prática da revitalização – e as noções de ambiência, sítio urbano e patrimônio ambiental urbano a ela relacionadas – é discutida desde a década de 1960. (MOTTA, 1987).

De outro lado, o retorno gradativo do protagonismo da Lagoa a partir da intervenção em estudo – que pode ser percebido pela sua maior utilização na atualidade por usuários os mais diversos, conforme nos demonstra as entrevistas realizadas dispostas mais adiante –, tem estimulado o oferecimento de uma série de equipamentos de lazer que requerem uma contrapartida financeira para a utilização. É o caso do acesso a alguns brinquedos infláveis instalados no Parque, do aluguel de triciclos e brinquedos motorizados para crianças, conforme demonstras as Figuras 19, 20 e 21.

FIGURA 19: Brinquedos infláveis instalados no Parque da Lagoa têm acesso pago



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

FIGURA 20: Trenzinho motorizado exige pagamento para a utilização



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

FIGURA 21: Triciclos pagos são utilizados por crianças e adultos



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Para Serpa (2011), na sociedade contemporânea, a cultura enseja uma série de conflitos pelos benefícios que assegura. Ao analisar as políticas de implantação de parques públicos em Paris e em Salvador, este autor avalia que, com os novos parques, áreas urbanas são valorizadas erigindo, assim, uma barreira simbólica que impede o usufruto pelas populações mais pobres que são afastadas dessas áreas que passam a ser valorizadas a partir do parque, o acesso passa a ser controlado simbolicamente. Dessa forma, o problema da democratização do acesso não está na distribuição espacial igualitária dos equipamentos, que em tese possibilitaria chances de utilização equivalentes às diferentes classes sociais, pois “existe uma distância mais social que física, separando os novos equipamento públicos daqueles com baixo capital escolar” (SERPA, 2011, p. 39). O fato de ser aberto ao público e de livre acesso não é suficiente para definição de um parque público como espaço público. Senão vejamos o que diz Arantes (1998, p. 37):

O parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Esse processo é, por um lado, o resultado de uma concepção (e da promoção) do parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe conteúdo e significado.

Zancheti (2000), por seu turno, chama atenção para as revitalizações implementadas em Salvador e Recife, onde a dinamização cultural e econômica advinda com essas intervenções foi realizada excluindo-se antigos usuários e moradores, sobretudo, as prostitutas e os moradores das favelas.

Sabemos que esses processos, tanto o descrito por Serpa (2011) quanto os por Zancheti (2000), apresentam especificidades que os distanciam do ocorrido na Lagoa. A partir das entrevistas realizadas sobre a intervenção neste Parque, não vislumbramos uma exclusão de usuários oriundos de bairros mais pobres, por exemplo. Tampouco dos moradores do seu entorno. Já no que se refere às prostitutas, de maneira semelhante às revitalizações de Salvador e Recife, estas também se viram afastadas. Isto se deve em boa medida às pretensões da gestão municipal de tornar a Lagoa um ambiente “para a família pessoense”, é o que apreendemos da fala do prefeito de João Pessoa, analisada mais adiante.

Canclini (1993) afirma que, as disputas em torno dos usos e sentidos dos espaços urbanos enquanto espaços públicos são delimitadas pelos diferentes sentidos atribuídos aos lugares e ao modo como são “consumidos”, já que, enquanto a dimensão econômica do consumo reduz as possibilidades interativas no âmbito das ações de revitalização urbana, a dimensão cultural, baseada nos diferentes usos e consumos, pode significar um processo de diferenciação dos lugares complexo e ambivalente.

E assim podemos definir a Revitalização da Lagoa, um processo complexo e ambivalente. Essa afirmação está apoiada, em grande parte, nas entrevistas realizadas com usuários, comerciantes e profissionais da Segurança Pública (Polícia Militar e Guarda Municipal) que atuam no local.

Vimos que, no geral, os entrevistados ressaltam a ação de Revitalização que traz consigo a expulsão de determinados atores sociais, notadamente daqueles indesejáveis no plano moral, como as prostitutas e os boêmios. A proibição de venda de bebida alcoólica nos quiosques do Parque inibiu consideravelmente a presença desses últimos.

Fato considerado favorável pelos profissionais de segurança entrevistados, por supostamente ter diminuído as ocorrências envolvendo perturbação da ordem pública, mas que reside em queixa pelos comerciantes dos quiosques por ter ocasionado, de acordo com os proprietários de quiosques ouvidos, a diminuição do faturamento. Já no que se refere aos profissionais do sexo (prostitutas e travestis) a satisfação quanto ao seu afastamento parece ser uníssona. Vemos mais uma vez o plano moral determinando o *status* dos usuários do espaço público. Antes era “uma pouca vergonha”, não era um lugar familiar em que se

poderia trazer os filhos, netos, conforme a fala de um dos usuários do Parque Sólon de Lucena (Entrevistado 05).

Seja entre a população usuária, seja entre gestores públicos ou comerciantes, não vislumbramos, dentre os ouvidos, quem demonstrasse ser favorável à permanência dos referidos usuários. Esse processo se justificaria para construir o novo mundo sobre os escombros do antigo e é feita em nome do desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana. Harvey (2014) cita a notória reforma do centro de Paris feita por Haussmann, onde deliberadamente se conseguiu remover do centro da capital francesa boa parte da classe trabalhadora e de outros atores denominados por este autor como “elementos indesejáveis”. São assim designados na medida em que nem os interventores do espaço, nem o novo público alvo parecem sentir-se confortáveis com sua presença.

É um processo descrito por Engels em 1872 e que continua a reproduzir-se indefinidamente na história urbana capitalista. “Por mais diferentes que sejam os motivos, (...) tudo reaparece imediatamente em outro lugar qualquer (...) Os porões infames em que o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores, não são erradicados; são simplesmente transferidos para outro lugar!”.²⁰ Harvey (2014, p. 52), descreve a reprodução desse padrão ao afirmar que “é deprimente pensar que tudo isso foi escrito em 1872, já que a descrição de Engels se aplica diretamente aos processos urbanos contemporâneos em grande parte da Ásia (Nova Délhi, Seul, Mumbai), bem como à gentrificação de áreas como o Harlem e o Brooklyn em Nova York.”. (HARVEY, 2014, p. 53).

Mais de um século depois, as políticas contemporâneas de "revitalização" do patrimônio retomam, em outro contexto e com outras perspectivas, o princípio social higienizador de Haussmann, para adequar as cidades às demandas e aos fluxos internacionais de turismo e consumo urbano. Podemos, assim, vislumbrar através de exemplos factíveis, as múltiplas conotações político-econômicas que estão por trás das reformas urbanas contemporâneas. Trata-se, em última instância, de compreender os valores fundamentais que definem quem tem direito à cidade. Nesse sentido, dispõe Harvey (2014, p. 57-63):

Esses exemplos advertem-nos sobre a existência de uma bateria de soluções aparentemente “progressistas” que não apenas levam o problema para longe como também fortalecem, enquanto simultaneamente ampliam,

²⁰ Friedrich Engels, *The Housing Question [A questão da moradia]*, Nova York, International Publishers, 1935, p. 74-77.

a cadeia dourada que aprisiona as populações vulneráveis e marginalizadas dentro da órbita de circulação e acumulação de capital. (...) O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos.

Enquanto espaços privilegiados onde se configuram as sociabilidades urbanas, as praças e parques públicos têm como principal qualidade intrínseca o seu caráter social (ROBBA, 2003). É a coletividade de pessoas que dá sentido e significado ao espaço público, quanto mais diversa essa coletividade, mais múltiplos, plurais serão os sentidos que delineiam esse espaço. Essas reconfigurações do urbano que dão significação ao espaço público se referem, para Leite (2007), ao processo que transforma espaços em lugares. Sendo assim, ao longo do processo histórico de urbanização da Lagoa, múltiplos foram os sentidos a ela atribuídos, sentidos os quais foram delineados, notadamente nos últimos anos por uma significativa pluralidade de categorias e tipos sociais.

Assim, para usuários como os passantes, a Lagoa poderia ser vista como mero trajeto rumo a outros lugares nas suas imediações. Poderia, contudo, ser encarada como lugar de trabalho – para os ambulantes e prostitutas que atuavam na área – e mesmo de abrigo, para os moradores de rua que costumavam utilizá-la. Tais contornos denotam a supracitada multiplicidade de sentidos e tipos sociais do Parque da Lagoa.

Arantes, Maricato e Vainer (2000) chamam atenção para o viés econômico das práticas de revitalização implementadas mundialmente, ao defenderem que tais práticas visam antes de tudo o lucro, em detrimento do viés cultural, da inserção social que visam à melhoria da qualidade de vida. Ou seja, tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos ou culturais de preservação e restauração de algo, são alcançadas pelo status do patrimônio, constituindo, pois uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária.

Seria esse o processo que viria a transformar a cultura no principal negócio das cidades, qualquer que seja o termo utilizado para designá-lo – revitalização, reabilitação, revalorização, requalificação – são diferentes denominações que representam uma tentativa mal sucedida de mascarar a sua originária aceção.

Importante, portanto, a compreensão do significado desse processo que envolve a Revitalização do Parque Sólon de Lucena, o qual pode representar uma significativa mudança na dinâmica social desse espaço público, através da expulsão de seus usuários

originários e concessão de novos usos que não privilegiam a população sem poder de consumo.

O processo de revitalização engloba ações que buscam atribuir à determinada área um novo valor, um novo uso, novos sentidos. No caso da Lagoa, essas novas atribuições podem ser apreendidas a partir das disposições contidas no Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena (2015), que relaciona, dentre o que considera os problemas mais significativos do espaço antes da Revitalização realizada, as seguintes questões: comércio desordenado de alimentos e bebidas (inclusive alcoólicas); principais circulações internas ocupadas por ambulantes; falta de segurança para usuários, sendo frequente a prática de pequenos delitos como roubos e furtos, além de possuir pontos de venda de drogas e de prostituição masculina e feminina. Senão vejamos como são colocadas essas questões no referido Memorial:

A Lagoa contemporaneamente sofre com alguns problemas que a transformam em um mero lugar de passagem (ou não-lugar) no cotidiano dos pessoenses. Alguns desses problemas são:

- Vegetação e caminhos (pavimentos) degradados.
- Comércio desordenado de alimentos e bebidas (inclusive alcoólicas).
- Principais circulações internas ocupadas por ambulantes.
- Tráfego intenso de ônibus que impede a visibilidade da Lagoa.
- A área verde não é utilizada como área de permanência e contemplação, mas sim como uma área de trânsito de pessoas e transportes.
- Falta de segurança para usuários, sendo frequente a prática de pequenos delitos como roubos e furtos, além de possuir pontos de venda de drogas e de prostituição masculina e feminina. (Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena, p. 26)

Fica claro, dessa forma, perceber que a presença de ambulantes, prostitutas é considerada, pela Gestão Municipal, um problema a ser solucionado. De modo que, os novos usos e valores pretendidos, excluem esses indivíduos das novas configurações do Parque modificado. Esse discurso é também assimilado pelos referidos atores sociais, que passam a não mais sentirem-se pertencentes a esse espaço. É o que constatamos a partir do discurso do nosso entrevistado 10:

Depois da reforma que ficou muito bonito, ficou, *a gente passa por lá, sempre vê gente, o povo correndo, de bicicleta (...), tem os parquinhos 'pras' crianças. (...) Antes a gente passava o dia por lá, tinha muito carro pra guardar (...) quase não tinha problema, (...). Agora tem muito guarda o dia todo, não tem como.* (ENTREVISTADO 10, 45 anos, morador de rua)

O que nos chama atenção no discurso do entrevistado 10 é que este inicia elogiando a beleza da Lagoa após a intervenção realizada. Ele enaltece a beleza do lugar e faz menção ao fato de sempre perceber a presença de pessoas no local, utilizando a pista de *cooper*, nos

pequenos parques destinados às crianças. Essa percepção ocorre quando o entrevistado 10 “*passa por lá*”, ou seja, quando percorre o Parque, o utilizando enquanto trajeto e não destino final. Há uma naturalização do seu não enquadramento à nova realidade do Parque da Lagoa, que, de acordo com seu entendimento, está belo e atrai públicos diversos, mas não mais o comporta.

Outro problema designado pela Gestão Pública no referido Memorial, conforme citação disposta mais acima, está relacionado à falta de segurança para os usuários. Esta é uma questão que merece destaque, vez que, postos fixos destinados à Polícia Militar e Guarda Municipal foram instalados no local, além das rondas itinerantes que são realizadas 24 horas por dia. Inclusive, esse é um dos fatores mais mencionados pelos entrevistados, enquanto o que consideram pontos positivos decorrentes da intervenção estudada. Contudo, se a ampliação da segurança – materializada através dos referidos postos e rondas – é colocada pela Gestão enquanto instrumento hábil para diminuir a ocorrência de roubos e furtos, na prática, ela atinge também indivíduos que não cometiam delitos de espécie alguma. É o que apreendemos do seguinte trecho, da fala do entrevistado 10: “Antes a gente passava o dia por lá (...) quase não tinha problema, (...). Agora tem muito guarda o dia todo, não tem como.”.

Entender a percepção da Revitalização da Lagoa para os múltiplos sujeitos envolvidos nesse processo, tem sua importância majorada na medida em que esse lugar é considerado patrimônio histórico e cultural da Paraíba. Há uma identificação dos cidadãos com a área que torna mais complexa a implementação das medidas de revitalização, notadamente quando vemos que, em muitos aspectos, há a intenção de modificações significativas nos seus usos e fins por parte da Gestão Municipal. Nesse sentido, afirma Leite (2000, p. 331):

As fronteiras de uma cidade nem sempre têm como consequência a formação de lugares. Entretanto, raramente os espaços segmentados pelas práticas de revitalização não resultam em lugares. Isso se deve, ao meu ver, à forma predominantemente simbólica com que o patrimônio cultural é reapropriado. Seja para reafirmar um aspecto de uma tradição já existente ou para reescrever e reinventar tradições, o cultural *turn* das políticas de *gentrification* opera como categorias residuais da tradição, como forma de relocará-la em contextos, cujos fluxos tendem para operações de “desencaixe” dessa tradição. Esse processo tem uma dupla função: articular os processos tradicionais da cultura com as demandas de mercado – que possibilitam transformar o patrimônio em mercadoria cultural – e, a partir disso, legitimar a reinvenção de uma centralidade, restabelecendo os nexos entre identidade e lugar no contexto da sociedade contemporânea.

A reinvenção da centralidade do patrimônio histórico e cultural descrita por Leite (2000), em muitos aspectos se aproxima do nosso objeto de estudo, na medida em que, a multiplicidade de sujeitos inseridos no cotidiano da Lagoa há décadas, passa a ser contestada, como num intento de moldar o espaço e seus atores a uma realidade que seria a ideal. E nessa nova realidade, os ambulantes, por exemplo, não são comportados. Tal percepção é concebida da conexão entre o que a Gestão Municipal determina enquanto problema a ser solucionado, conforme previsão no Memorial do Parque, e da realidade atual identificada no espaço: a ausência de ambulantes nos seus limites. Nesse sentido aduz nosso entrevistado 08, ambulante que atuou na Lagoa durante quinze anos. Senão vejamos ambas as referidas perspectivas:

A Lagoa contemporaneamente sofre com alguns problemas que a transformam em um mero lugar de passagem (ou não-lugar) no cotidiano dos pessoenses. Alguns desses problemas são:

- Principais circulações internas ocupadas por ambulantes (...). (Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena, p. 26)

Trabalhei quase quinze anos na Lagoa, quase nunca tive problema por lá (...). O faturamento era bom, muita gente passando todo o tempo, (...) tinha meu fiteiro. Só que depois dessa reforma *não aceitaram mais a gente lá*, aí hoje tô por aqui (Mercado Central²¹). (ENTREVISTADO 08, 43 anos, ambulante)

Identificamos no trecho em destaque “*não aceitaram mais a gente lá*” uma limitação de acesso que teria sido imposta ao entrevistado 08. Este indivíduo não especifica, contudo, o responsável por essa imposição. Durante sua entrevista, todavia, pudemos apreender a alusão ao prefeito, assim como, possivelmente, à Guarda Municipal e à Polícia Militar²², enquanto responsáveis pela limitação do exercício de suas atividades relacionadas ao comércio informal, nos limites do Parque modificado. Fato este, que corrobora nosso entendimento sobre a tentativa de se forjar uma nova centralidade de um patrimônio histórico e cultural – tal qual o é o Parque Sólon de Lucena – por intermédio do afastamento de atores sociais que, historicamente, ajudaram a dar vida a esse lugar.

Os pontos prostituição masculina e feminina constituem-se numa outra questão, arrolada no Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena, como um problema característico da área e que necessitaria ser sanado após essa intervenção. Também

²¹ Mercado Público tradicional de João Pessoa onde é comercializada uma gama de produtos tais quais frutas, legumes, farinhas, grãos, doces, bebidas, etc. Este Mercado está situado nas proximidades do Parque Sólon de Lucena.

²² Em alguns momentos da entrevista, o entrevistado 08 utiliza a expressão “os caras fardados” .

aqui, a Gestão parecer ter tido sucesso, já que, de acordo com o discurso da entrevistada 11, prostituta que atuava no Parque, este espaço deixou de ser propício para o exercício de suas atividades:

(...) Antes lá na Lagoa era melhor porque tinha os quiosques que era aberto a noite toda (...) podia vender bebida (...) então a gente sempre tinha cliente. Hoje a hora que você for tem criança, às vezes até tarde da noite (...) como é que a pessoa arruma trabalho num lugar desse? Agora temos sempre que tá rodando (...) (ENTREVISTADA 11, 27 anos, prostituta)

Interessante notar que, a transformação do lugar é notória a ponto de o próprio sujeito excluído desse processo – a prostituta, o ambulante ou o morador de rua – concluir que não mais haveria espaço para ele nessa nova realidade.

Evidenciam-se, assim, os diversos vieses que pode apresentar o complexo e multifacetado fenômeno da revitalização. E em um mundo no qual prepondera a lógica de busca incessante por novos mercados – onde mesmo a seara pública se vê carregada de interesses privados²³ – vemos que o Parque Sólon de Lucena, patrimônio cultural da cidade de João Pessoa, não fica a salvo desse processo.

Os bens históricos e culturais, sejam eles móveis ou imóveis, considerados isoladamente ou em conjunto (levando-se em conta seu entorno, ambiência, vizinhança) passaram a ser reapropriados sob a ótica do capital. Os valores inerentes à tradição, ao sentimento de pertencimento em relação a um espaço ou bem, às manifestações populares – que em sua essência não têm preço – veem subvertidas sua lógica natural a partir da transformação do patrimônio em mercadoria cultural.

Apesar da prevalência do viés econômico nos processos de revitalização contemporânea, é possível constatar sentidos outros que escapam à lógica econômica. A simples troca de objetos, de interação entre os corpos – desencadeados a partir desses processos – atua no fortalecimento do exercício das sociabilidades. Atua, enfim, na constituição de direitos relacionados à cidadania, à cidade. Nesse sentido, dispõe nossa entrevistada 17, que a Revitalização da Lagoa “foi uma coisa muito boa, não tem como negar. (...) Sempre tem alguém que comenta como a Lagoa mudou, ficou bonita (...). E faz parte da história da cidade né? Lógico que precisava dessa mudança. (...)” (ENTREVISTADA 17, 47 anos, advogada).

Assim, a revitalização também pode ser concebida, como um processo que visa à melhoria do espaço público e do seu entorno através de ações que agregam a tal espaço nova

²³ Tais interesses privados na Gestão Pública, que atuam sob uma ótica mercantil, estratégica, estão dentro da lógica do empreendedorismo urbano e se materializam, por exemplo, através da parceria público-privada.

eficiência, a partir da valorização dos seus aspectos históricos, sociais e culturais. Essa perspectiva da revitalização como forma de ressignificação e dinamização dos espaços públicos é delineada por Reis (2002, p. 9):

O processo de revitalização busca ser benéfico para a sociedade, transformar o espaço comum para o uso dos moradores, visitantes e turistas de forma adequada. O uso adequado do patrimônio tem que exercer duas funções, de um lado, a função de garantir o respeito à cultura, inclusive no que se refere aos estilos artísticos e o significado histórico e a comunidade, que não pode ser excluída do processo de decisão sobre o uso do patrimônio ou mesmo dos benefícios econômicos advindos da atividade turística. De outro lado, a função de representar a inserção social, compreendendo que a participação é essencial para que os impactos não degradem o lugar e os confrontos entre comunidade e turistas não se estabeleçam.

Em que pesem os referidos aspectos questionáveis que envolvem o processo estudado, não se deve deixar de vislumbrar os benefícios que nesse contexto emergem. Notadamente no que se refere aos espaços públicos, a revitalização pode representar sua reocupação, a retomada de antigos usos, o surgimento de novos. Ocorrendo, assim, o fortalecimento do exercício das sociabilidades públicas, diante de uma lógica contemporânea na qual as pessoas, cada vez mais, se fecham em espaços privados, em lugares como os *shoppings centers* e os condomínios fechados.

Investir na recuperação de áreas públicas, onde o acesso é amplo e irrestrito às variadas camadas sociais, representa uma inversão dessa lógica. De acordo com as percepções de parte dos seus usuários, o mencionado fortalecimento do exercício das sociabilidades públicas parece encontrar espaço na realidade atual do Parque Sólon de Lucena. Senão vejamos o que aduz o entrevistado 14:

(...) Interessante que quando era mais jovem vinha mais aqui (...) era um lugar bonito, antes de começarem os problemas²⁴, né? (...), acho que passei mais de década pra vir aqui só pra passear (...). E agora tá melhor, você pode ver mais verde (...) tem esses equipamentos de ginástica, sempre sendo usados (...) muito bom. (...) Há muito tempo não via mais a Lagoa como opção de lazer, normalmente quando tinha vontade de passear ao ar livre, ia para a orla (...). Agora você olha em volta, nem parece mais o mesmo lugar (...), minha esposa e eu, quando queremos variar, vimos para cá (...). (ENTREVISTADO 14, 48 anos, médico)

Apreendemos da reflexão acima, uma interessante alternância de percepções sobre um mesmo lugar – a Lagoa – a depender do período considerado. Na juventude do entrevistado, a Lagoa era considerada aprazível, depois deixou de ser frequentada. Na

²⁴ Tais problemas não especificados pelo entrevistado 14 são analisados por nós no capítulo primeiro, seção 1.2, denominada “As multifaces do cartão postal da cidade”.

atualidade, contudo, é identificada uma reconstrução do significado do lugar na sua vida, de desusado, passa a estar entre suas principais opções de lazer ao ar livre. Nessa esteira, o processo em estudo possibilitou a retomada da percepção da Lagoa enquanto opção de lazer, perspectiva que, no caso do entrevistado 14, há muito havia se distanciado.

4.2 A CONCEPÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA LAGOA

O processo que desencadeou a Revitalização do Parque Sólon de Lucena apresenta na sua origem uma articulação internacional, a partir do ingresso da cidade de João Pessoa na denominada “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)”, política direcionada às cidades médias e emergentes da América Latina e Caribe, criada pelo Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).

Na região Nordeste, a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, preencheu os requisitos necessários²⁵ e, em articulação com o BID, aceitou fazer parte do Projeto ICES. A iniciativa está centrada em três dimensões de sustentabilidade (ambiental; urbana; e fiscal e governança) e propôs uma avaliação rápida, assim como a realização de um diagnóstico integrado, com a coleta de indicadores, a priorização de temas críticos, e o desenvolvimento de soluções com participação das diferentes esferas de governo, de especialistas diversos e dos cidadãos. A Figura 22 ilustra as fases que compõem todo esse processo.

FIGURA 22: Fases da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis – ICES



Fonte: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/1757/plano-de-acao-joao-pessoa-sustentavel.html>.

²⁵ Esses requisitos consistem em: apresentar um crescimento populacional positivo, considerando os últimos censos realizados; demonstrar crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁵, segundo o PNUD; crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita; qualidade institucional e governabilidade, avaliadas a partir de pesquisa realizada com especialistas do BID e avaliação da existência de experiência com o próprio Banco.

Na primeira fase, denominada “Análise e Diagnóstico” o objetivo foi identificar as áreas críticas que afetam o desenvolvimento sustentável da cidade. Em João Pessoa, o diagnóstico envolveu o levantamento de 117 indicadores agrupados em 23 áreas temáticas.

A partir da aplicação do exercício de priorização, ilustrado na imagem acima, a cidade de João Pessoa apresentou seis áreas de ação prioritárias. Todas as ações prioritárias, ou seja, consideradas mais urgentes segundo os critérios criados pelo BID em conjunto com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, estão inseridos na Dimensão Urbana. São questões que envolvem problemas relacionados à saúde, educação, segurança, emprego, transporte público, uso do solo, desigualdade urbana.

A desigualdade urbana foi definida como a mais urgente, por afetar diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, de modo que, como forma de integrar as propostas de políticas públicas, foi agregada à questão relacionada ao uso do solo na capital paraibana, surgindo assim a temática denominada “Desigualdade Urbana e Uso do Solo/Ordenamento Territorial”. Nessa área estão inseridas as ações que dizem respeito à Revitalização do Parque Sólon de Lucena.

No âmbito desse convênio, João Pessoa foi o primeiro município a concluir seu Plano de Ação²⁶. Esta fase, contida na aludida metodologia, engloba uma série de ações²⁷ nas mais variadas áreas²⁸. Assim, para a execução do conjunto dessas ações, dentre as quais a de Revitalização da Lagoa, foi realizado um empréstimo de U\$ 100.000,00 (cem milhões de dólares) com o BID e uma contrapartida de igual valor pela Prefeitura de João Pessoa, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), através do seu Fundo Socioambiental (FSA/Caixa), tendo a Baobá²⁹ – Práticas Sustentáveis, como agência executora do projeto³⁰.

Por fim, na fase denominada Monitoramento, o objetivo principal é colocado pelo Banco como sendo o de gerar um conjunto de indicadores de medição padronizados, tornando possível a consulta e monitoramento, pela sociedade civil local, dos temas identificados como prioritários nas fases anteriores. Essa fase tem início a partir da implantação da Rede de Monitoramento Cidadão de João Pessoa, em 23 de março de 2017.

²⁶ <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/1757/plano-de-acao-joao-pessoa-sustentavel.html>

²⁷ Dentre essas ações, podemos destacar a construção de faixas exclusivas para ônibus nas principais avenidas da cidade, medida implantada a partir do ano de 2015. Ainda, podemos destacar a revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, com entrega prevista para maio de 2018.

²⁸ As áreas de interesse do Plano de Ação estão notadamente relacionadas ao uso do solo, à mobilidade urbana e à segurança.

²⁹ A Baobá é uma Agência de natureza privada, especializada em cidades sustentáveis, fortalecimento da sociedade civil, pesquisa de opinião e inteligência de mercado.

³⁰ Informações disponíveis em <http://www.pb.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PB/joao-pessoa-lanca-rede-de-monitoramento-cidadao>.

Essa rede é composta por uma diretoria executiva, conselho fiscal e quatro grupos de trabalho coordenados por instituições parceiras: Competitividade (Sebrae Paraíba), Monitoramento (Instituto dos Arquitetos do Brasil), Comunicação (Sistema Paraíba), Inteligência (Universidade Federal da Paraíba). Interessante observar que, apesar de a Rede, através de sua presidência, afirmar que “está de portas abertas para dialogar com o governo e a sociedade civil”³¹, esta última não integra a equipe de trabalho da Rede de Monitoramento.

Fato controverso, já que tal estrutura foi criada com a pretensa finalidade de possibilitar o pleno acompanhamento da execução das ações previstas no Plano de Ação de João Pessoa, por sua população. A seguir, a Figura 23 traz a capa do Plano de Ação de João Pessoa.

FIGURA 23: Capa do Plano de Ação de João Pessoa



Fonte: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/1757/plano-de-acao-joao-pessoa-sustentavel.html>.

Nesse contexto, o BID e a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP identificaram que, em detrimento dos altos valores da relação entre áreas verdes e áreas de recreação e lazer para 100.000 mil habitantes – 449, 84 hectares – muito superiores aos valores de referência latino americanos – em torno de 50 hectares – foi identificada uma carência na cidade de espaços livres de uso público dotados de equipamentos de lazer. Por essa razão, foram desenvolvidas ações que o BID define como de urbanização do Parque Sólon de Lucena, “um dos principais cartões postais da cidade”.

³¹ Disponível em <http://www.pb.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PB/joao-pessoa-lanca-rede-de-monitoramento-cidadao>.

As estratégias específicas dessa intervenção, por seu turno, estão definidas no Plano de Metas da cidade de João Pessoa (2013-2016)³², onde o projeto é denominado “Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena (A Lagoa)”. Na abordagem que trata da Revitalização da Lagoa, esse Plano expõe, de modo sucinto, a relevância histórico-cultural da Lagoa, seguido de diagnóstico de sua situação atual, objetivo geral, objetivos específicos e metas a serem atingidas no período compreendido entre o ano de 2013 e 2016. Sobre a importância desse espaço, o referido Plano dispõe:

O Parque Sólon de Lucena é uma das referências urbanísticas, históricas e culturais mais enaltecidas pela sociedade de João Pessoa e da Paraíba em geral. Os seus dotes naturais são magnificamente belos. Em todo o país, dificilmente algo lhe supera, nesses atributos. (PLANO DE METAS DE JOÃO PESSOA – 2013/2016, p. 65)

No *Diagnóstico*, esse Plano de Metas afirma que as seguidas intervenções equivocadas, assim definidas em razão de não terem sido executadas de modo a solucionar os problemas da Lagoa a longo prazo, reduziram substancialmente a capacidade do sistema de escoamento das águas do seu espelho d’água, razão pela qual, nos períodos chuvosos, os alagamentos no entorno do Parque, conforme demonstramos no primeiro Capítulo, se tornaram frequentes. A seguir, dispomos o trecho do Plano de Metas com o referido Diagnóstico:

Há mais de duas décadas, como decorrência de má conservação e intervenções equivocadas, reduziu-se muito a capacidade do sistema de escoamento das águas da Lagoa. Em decorrência disso, nos períodos de chuvas mais fortes, passaram a ocorrer grandes alagamentos cobrindo as áreas em torno do Parque Sólon de Lucena, tornando-o inacessível, com imensos prejuízos e transtornos à população. (PLANO DE METAS DE JOÃO PESSOA – 2013/2016, p. 65)

Esse Diagnóstico trata, ainda, acerca da poluição das águas da Lagoa em virtude, supostamente, da destinação de esgotos para lá:

É também de amplo conhecimento que a Lagoa passou a ser uma crescente receptora das águas pluviais de boa parte da área central da cidade João Pessoa, sem a necessária limpeza dos resíduos. Há, inclusive, indícios, não comprovados, da destinação de esgotos para lá. Com os efeitos cumulativos decorrentes, o leito aquático natural da Lagoa foi drasticamente elevado à posição que se encontra atualmente, com as suas águas de péssimo odor e aparência. (PLANO DE METAS DE JOÃO PESSOA – 2013/2016, p.65)

³² Disponível em <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/551/volume-1-plano-de-metas-municipal-2013-2016.html>

O Diagnóstico sinaliza que o estágio de deterioração em que se encontra a Lagoa exige um rigoroso processo de reforma e, em boa parte, de reconstrução. O adensamento do trânsito de transportes coletivos e individuais no seu anel viário interno, afetaria suas características originais de Parque Natural:

As obras que compõem a Lagoa foram construídas como edificações de parque aquático, incluindo-se aí as galerias do seu sistema de drenagem. O seu atual avançado estágio de deterioração está a exigir um rigoroso processo de reforma e, em boa parte, de reconstrução. O Plano Diretor da Cidade de João Pessoa (Dec. Nº 6.499, de 20.12.2009) classifica a Lagoa como Área de Preservação Especial. O adensamento do trânsito de transportes coletivos e individuais na Lagoa, no seu anel rodoviário interno, retira-lhe as características históricas básicas de parque natural plenamente disponível à população para o lazer, descanso, contemplação e desfrute da natureza. (PLANO DE METAS DE JOÃO PESSOA – 2013/2016, p. 65-66)

Identificamos, assim, na leitura cuidadosa do diagnóstico acerca da Revitalização da Lagoa, a constatação do problema que se tornou o seu anel viário interno, fato este que desencadeou, como veremos mais adiante, sua posterior supressão.

Em seguida, após a exposição do diagnóstico, o aludido Plano de Metas dispõe sobre o objetivo geral, os objetivos específicos e as metas a serem implementadas para a revitalização da Lagoa³³. Por *Objetivo Geral* foi definido o seguinte:

Solucionar os aludidos problemas atuais da Lagoa (...) nos seus aspectos físicos, hidrossanitários, urbanísticos e paisagísticos, com vistas à sua revitalização e modernização como parque e equipamento urbano rico em dotações naturais e culturais. (PLANO DE METAS DE JOÃO PESSOA – 2013/2016, p. 66)

Os *Objetivos Específicos*, por seu turno, foram assim dispostos:

- ✓ Criar as condições infraestruturais de drenagem, saneamento e sistema de escoamento de água, com a execução de projetos capazes de assegurar uma solução técnica avançada, competente e duradoura para os problemas desses aspectos operacionais do Parque Sólon de Lucena.
- ✓ Recuperar e expandir as condições naturais e urbanísticas do Parque Sólon de Lucena, transformando-o numa aprazível área de lazer, esporte, arte e cultura.
- ✓ Criar condições capazes de consolidar o Parque Sólon de Lucena como um equipamento social de grande expressão da cultura paraibana;

Dentre as *Metas* foi definido:

³³ Páginas 66 a 69 do Plano de Metas de João Pessoa (2013 – 2016).

- ✓ Recuperar, expandir e melhorar o paisagismo do Parque Sólon de Lucena mantendo as suas características originais, até 2015.
- ✓ Criar novas opções de esportes e lazer no Parque Sólon e Lucena, com a implantação de ciclovias, quadras esportivas, minicampos, trilhas para se caminhar e correr, playgrounds, áreas de lazer, teatro de arena e espaços para manifestações artísticas populares, até 2015.
- ✓ Implantar memoriais dos grandes vultos da cultura paraibana (Pedro Américo, Augusto dos Anjos, José Américo, maestro José Siqueira, José Lins do Rego, Celso Furtado, Jackson do Pandeiro, Sivuca), com edificações arquitetonicamente compatíveis e harmoniosas em relação ao conjunto do Parque, até 2016.
- ✓ Discutir, com organizações sociais, políticas, técnicas e de profissionais de áreas de atuação pertinentes, até o final do ano de 2013, os fundamentos determinantes do projeto urbanístico e sociocultural de recuperação, revitalização e modernização da Lagoa.

Para a execução da Revitalização do Parque Sólon de Lucena, a Prefeitura Municipal condensou essas metas, as transformando em três fases distintas, é o que constatamos a partir de consulta realizada ao Portal da Transparência de João Pessoa³⁴, conforme Figura 24:

FIGURA 24: Previsão da Revitalização no Portal da Transparência de João Pessoa

Portal da Transparência
João Pessoa

O Governo ▾ SIC ▾ Participação Social ▾ Dados Públicos Fale Conosco ▾ Ajuda ▾

.: REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE SOLON DE LUCENA (LAGOA)

OBJETIVOS

PRIMEIRA FASE

RECUPERAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE RECEPÇÃO E ESCOAMENTO DAS ÁGUAS DA LAGOA;

SOLUÇÃO DURADOURA PARA O VELHO PROBLEMA DE TRANSBORDAMENTO DE ÁGUAS DA LAGOA;

RECUPERAÇÃO DAS PAREDES DE CONTENÇÃO DAS ÁGUAS ACUMULADAS NO ANEL INTERNO DA LAGOA;

REMOÇÃO E REORIENTAÇÃO DAS CANALIZAÇÕES DE ESGOTOS QUE ATUALMENTE SÃO LANÇADOS NA LAGOA;

DRAGAGEM DO LEITO AQUÁTICO DA LAGOA RECUPERANDO A SUA PROFUNDIDADE ORIGINAL, AUMENTANDO SUBSTANCIALMENTE A SUA CAPACIDADE DE RECEPÇÃO DE ÁGUA.

³⁴ Disponível em <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/704/revitalizacao-e-modernizacao-do-parque-solon-de-lucena-lagoa.html>

SEGUNDA FASE

RECUPERAÇÃO E EXPANSÃO DAS CONDIÇÕES NATURAIS DO PARQUE SOLON DE LUCENA TORNANDO-O UMA APRAZÍVEL ÁREA DE LAZER, ESPORTE, DIVERSÃO, ARTE E CULTURA;

RECUPERAÇÃO, EXPANSÃO E MELHORIA DO PAISAGISMO DO PARQUE SOLON DE LUCENA MANTENDO AS SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS;

REURBANIZAÇÃO DO PARQUE SOLON DE LUCENA COM GRANDES EXTENSÕES DE GRAMADOS, JARDINS, IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ÁRVORES E CALÇADAS DE PASSEIO PÚBLICO;

CRIAÇÃO DE NOVAS OPÇÕES DE ESPORTES, LAZER, ARTE E CULTURA NO PARQUE SOLON E LUCENA .

TERCEIRA FASE

CONSOLIDAÇÃO DO PARQUE SOLON DE LUCENA COMO UM EQUIPAMENTO SOCIAL, CULTURAL E TURÍSTICO DE GRANDE EXPRESSÃO ESTADUAL, REGIONAL E NACIONAL;

IMPLANTAÇÃO DE MEMORAIS DOS GRANDES VULTOS E INTELLECTUAIS PARAIBANOS (PEDRO AMÉRICO, AUGUSTO DOS ANJOS, EPITÁCIO PESSOA, JOSÉ AMÉRICO, MAESTRO JOSÉ SIQUEIRA, JOSÉ LINS DO REGO, CELSO FURTADO, JACKSON DO PANDEIRO, SIVUCA).

ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO E SEUS RESULTADOS E BENEFÍCIOS PROPORCIONADOS

AUMENTO CONSIDERÁVEL DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO PARA ATENUAR OS EXCESSOS DE ÁGUA DA LAGOA (50.000M3);

DUPLICAÇÃO DA GALERIA EXISTENTE;

MELHORIAS DA DRENAGEM DE ÁREAS EXTERNAS;

SOLUÇÃO DURADOURA PARA OS ATUAIS PROBLEMAS DE INUNDAÇÕES DO ENTORNO DA LAGOA;

CHUVA DE PROJETO: DURAÇÃO = 1 h/Intensidade máxima de 64,8mm/h (Pico de vazão de 39,1m3/s) e Tempo de Retorno(TR) = 25 ANOS.

ORÇAMENTO TOTAL

R\$ 21.381.489,99

Fonte: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/704/revitalizacao-e-modernizacao-do-parque-solon-de-lucena-lagoa.html>

No Portal da Transparência, ainda é possível visualizar o montante colocado pela Gestão Municipal enquanto orçamento total decorrente dessa intervenção: R\$ 21.381.489,99 (vinte um milhões, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Assim, a primeira fase da Revitalização da Lagoa, já realizada, consistiu na recuperação e complementação da infraestrutura com escoamento da água da Lagoa. A segunda se refere à recuperação paisagística desse espaço, tornando-o uma área de lazer, esporte e cultura. A terceira e última etapa, ainda por realizar-se, objetiva a consolidação do Parque Sólón de Lucena como um equipamento social, cultural e turístico de expressão estadual, regional e nacional; implantação de memoriais dos intelectuais paraibanos (Pedro Américo, Augusto dos Anjos, Epitácio Pessoa, José Américo, Maestro José Siqueira, José Lins Do Rego, Celso Furtado, Jackson Do Pandeiro, Sivuca).

A segunda fase foi considerada concluída pela Prefeitura, a partir da entrega à população pessoense do "novo" Parque Sólón de Lucena, em 12 de junho de 2016, conforme ilustram as Figuras 25 e 26, dispostas a seguir. Entender de que forma se configuram as novas formas, usos e significados do Parque, as possíveis tensões advindas com a nova dimensão desse espaço na cidade, relacionados aos atores sociais envolvidos – comerciantes formais e informais (ambulantes e vendedores autônomos), gestores públicos, técnicos

envolvidos na elaboração e execução do aludido projeto de Revitalização, cidadãos, usuários – se apresenta de importância considerável, diante da relevância histórica, social e cultural desse espaço para a cidade de João Pessoa³⁵.

FIGURA 25: Entrega do Parque Sólón de Lucena em 12 de junho de 2016



Fonte: <http://www.paraiba.com.br>

FIGURA 26: O “novo” Parque da Lagoa é entregue no dia dos namorados do ano de 2016



Fonte: <http://www.euamojampa.com.br>

³⁵ No que se refere ao Plano Diretor da Cidade de João Pessoa (Dec. nº 6.499, de 20.12.2009)³⁵, identificamos uma lacuna, vez que, apesar de se constituir um instrumento fundamental na orientação das políticas de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana da cidade, não vislumbramos em nenhum de seus artigos referências à revitalização da Lagoa. A menção de destaque que encontramos diz respeito à classificação do Parque Sólón de Lucena enquanto Área de Preservação Especial, conforme dispõe o art. 39, inciso IV da aludida legislação. Podemos apontar como uma das razões dessa lacuna, o fato de o Plano Diretor de João Pessoa encontrar-se desatualizado, conforme verificamos a partir do ano do Decreto que o identifica (2009).

As Figuras 25 e 26 dispostas acima, denotam uma interessante receptividade do Parque Sólon de Lucena na sua reinauguração, no Dia dos Namorados do ano de 2016. O público composto notadamente por crianças é algo que chama atenção.

Dentre os documentos onde está prevista a Revitalização da Lagoa vistos até aqui (Plano de Ação de João Pessoa, Plano de Metas da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PMJP, Portal de Transparência da PMJP), o seu maior detalhamento – onde identificamos, além da previsão da situação atual e dos objetivos desse Projeto, também a especificação sobre o projeto de urbanismo, a mobilidade urbana, os elementos arquitetônicos, entre outros aspectos – encontra-se no Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena (2015), que nos foi disponibilizado pela Unidade Executora Municipal (UEM), órgão técnico responsável pela execução do referido Projeto e vinculado à Secretaria de Planejamento de João Pessoa (SEPLAN). Considerando a importância de se realizar uma análise mais detida, entre o que está previsto nesse Memorial e o que foi implementado quando da execução do Projeto de Revitalização da Lagoa, criamos um capítulo específico (capítulo V) para estudar a matéria.

4.3 OPERAÇÃO IRERÊS

Em abril de 2016, procedimento investigativo é iniciado com o objetivo de apurar supostos danos ao erário público decorrentes de possíveis desvios relacionados à Revitalização do Parque Sólon de Lucena. Tais danos superariam os R\$ 6.000.00,00 (seis milhões de reais). As investigações iniciaram a partir do recebimento, pelo Ministério Público Federal na Paraíba (MPF), de um relatório elaborado pela Controladoria Geral da União (CGU). De acordo com esse relatório, a maioria dos recursos investidos nas obras da Lagoa, eram provenientes do Governo Federal e teriam sido desviados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Dando continuidade a tais investigações, que correm sob sigilo de justiça, em 02 de junho de 2017 a Polícia Federal deflagra a *Operação Irerês*³⁶. A referida operação é deflagrada a partir do cumprimento de dois mandados judiciais de busca e apreensão de documentos, expedidos pela 16ª Vara da Justiça Federal. Esse cumprimento se deu na sede da Compecc/ Engenharia, Comércio e Construções Ltda. – empresa contratada para realizar

³⁶ Denominação dada em alusão ao nome que designava a Lagoa no início do século XX.

a intervenção na Lagoa – assim como na residência do seu responsável. Conforme Figura 27, todo esse processo foi veiculado por *A União*.

FIGURA 27: *A União* noticia a Operação Irerês



Fonte: <http://www.auniao.pb.gov.br>

Diante da repercussão gerada, em razão da denúncia de supostos desvios nas obras de Revitalização da Lagoa, a Prefeitura Municipal resolve se pronunciar. Embora nesse primeiro momento as ações investigativas tenham concentrado suas atividades na empresa executora das obras supracitadas. Nesse sentido, a municipalidade aduz :

A Prefeitura não é alvo da Operação realizada hoje (02/06/2017), mas vem contribuindo, desde o início das investigações, com o repasse de todos os documentos e informações necessárias. A gestão acompanhou, espontaneamente, com o intuito de colaborar com as autoridades, de todas as perícias realizadas pelos órgãos de controle, a exemplo da Polícia Federal (PF) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em relação à referida investigação, a gestão apura todos os fatos com transparência e rigor, apoiando o trabalho feito pela PF. A gestão municipal está confiante no esclarecimento dos fatos e reforça o seu compromisso com a lisura dos

processos adotados, ressaltando que o Novo Parque da Lagoa já foi entregue e vem sendo plenamente utilizado pela população. (Jornal *A União*, 02 de junho de 2017)

A COMPECC – empresa alvo dos mandados judiciais cumpridos em 02 de junho de 2017 – por seu turno, defende-se das alegações que recaíram sobre ela, afirmando o que segue:

(...) os dirigentes da empresa Compecc esclarecem que foram cumpridos apenas mandados de busca e apreensão, buscando coleta de dados sobre a referida obra. Os empresários informam que há mais de um ano foram ouvidos pelo Ministério Público Federal, juntando farta documentação que comprova a lisura na execução da obra, bem como responderam por ofício todos os questionamentos que foram feitos pela Polícia Federal. A empresa afirma que a perícia que fundamentou o pedido de busca e apreensão se conflita totalmente com relatórios de órgãos federais, a exemplo do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, fiscalizadores do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, que por sua vez também encaminhou relatórios junto aos citados órgãos. Por fim, a empresa deixa claro que está à disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos. (Jornal *A União*, 02 de junho de 2017)

Considerando que as investigações executadas pela Polícia Federal, subsidiadas por denúncia do Ministério Público Federal, são relativamente recentes e, ainda, diante do vulto das obras relacionadas à Revitalização do Parque Sólon de Lucena, bem como do volume dos possíveis danos decorrentes dessa intervenção, entendemos que muitos desdobramentos ainda estão por vir.

Todavia, não podemos nos abster de conjecturar que o processo judicial em curso, parece ter dificultado a apreensão de informações sobre a Revitalização da Lagoa, junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa, por ocasião da realização da nossa pesquisa. Inúmeras foram as vezes nas quais nos direcionamos a este ente público, com o objetivo de realizar questionamentos relacionados à nossa pesquisa e não obtivemos sucesso.

Dentre as secretarias municipais envolvidas na Revitalização da Lagoa – Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb), Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob), Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), dentre outras – identificamos que a Secretaria de Planejamento (Seplan) participou de modo expressivo nesse processo, sendo de sua autoria, o projeto que prevê a Revitalização do Parque³⁷. Assim, procuramos de forma mais intensa contatar a Seplan. Por sucessivas vezes³⁸ tentamos entrevistar a Secretária de Planejamento Municipal,

³⁷ Conforme Memorial de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena.

³⁸ Essas tentativas tiveram início em novembro de 2017 e se estenderam até março de 2018. Se deram através de contato telefônico, via e-mail e pessoalmente. Recorremos a essa última via em razão do insucesso na utilização das primeiras alternativas. Fomos pelo menos 03 (três) vezes ao Gabinete da Seplan tentar contatar a Secretária chefe da Pasta.

porém, sem sucesso. Chegamos a ter uma entrevista marcada, contudo, no dia agendado esta Secretária não pôde nos receber.

Em março de 2018, em mais uma das referidas tentativas, nos foi indicado³⁹ que procurássemos a Unidade Executora Municipal (UEM) da Seplan. Só a partir de então conseguimos ouvir a Gestão Municipal, através de um dos seus arquitetos, que participou diretamente do projeto de Revitalização da Lagoa, e cuja parte da sua entrevista já foi por nós reportada em linhas anteriores.⁴⁰

Reiteramos que não há nada de definitivo no concernente à responsabilização do dano ao erário – alegado pelo Ministério Público Federal – decorrente da Revitalização da Lagoa. Contudo, diante da série de interesses políticos envolvidos, entendemos que realizar nossa pesquisa em meio a tais investigações, possivelmente tenha dificultado o acesso às informações de posse dos referidos órgão e hábeis a tornar nosso estudo mais contundente.

CAPÍTULO V: DO DISCURSO À PRÁTICA: A EXECUÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA LAGOA

Como a Revitalização da Lagoa é idealizada pela Gestão Municipal de João Pessoa, ente público responsável pela execução desse amplo Projeto? Quais são os principais problemas a serem solucionados e suas principais áreas de interesse? As primeiras perguntas podem ser respondidas através de consulta ao Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena.

Em relação à questão sobre como a execução desse Projeto seu deu na prática, procuraremos respondê-la através da análise do que está previsto no Memorial supracitado e da realidade do Parque após sua entrega à população. Tal análise se faz através da observação direta realizada *in loco*, dos registros fotográficos feitos por ocasião da presente pesquisa e através da percepção dos nossos entrevistados.

O Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena descreve a situação atual⁴¹ do Parque da seguinte maneira:

A Lagoa contemporaneamente sofre com alguns problemas que a transformam em um mero lugar de passagem (ou não-lugar) no cotidiano dos pessoenses. Alguns desses problemas são: Vegetação e caminhos (pavimentos) degradados; Comércio desordenado de alimentos e bebidas

³⁹ Pela secretária particular da Secretária de Planejamento Municipal.

⁴⁰ Todavia, houve perguntas realizadas que não puderam ser esclarecidas pelo referido arquiteto, em razão de envolverem questões de responsabilidade de outras Secretarias, como a Sedurb e a Seinfra. O que nos provocou o direcionamento a tais Secretarias, contudo, através de suas assessorias de comunicação, estes órgãos informaram não ter disponibilidade de nos receber.

⁴¹ A Situação atual do Parque Sólon de Lucena, definida no referido Memorial, faz referencia ao ano de 2015.

(inclusive alcoólicas). Principais circulações internas ocupadas por ambulantes; Tráfego intenso de ônibus que impede a visibilidade da Lagoa; A área verde não é utilizada como área de permanência e contemplação, mas sim como uma área de trânsito de pessoas e transportes; Falta de segurança para usuários, sendo frequente a prática de pequenos delitos como roubos e furtos, além de possuir pontos de venda de drogas e de prostituição masculina e feminina. (Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena, p. 26)

A situação do Parque descrita acima traz questões que já foram por nós discutidas no Capítulo III, utilizando, inclusive, a percepção dos usuários diretamente atingidos. Dentre tais questões podemos citar o comércio desordenado de alimentos e bebidas (inclusive alcoólicas) e as principais circulações internas ocupadas por ambulantes.

Para a análise das mudanças estruturais no Parque, utilizaremos como parâmetros as imagens trazidas pela SEPLAN ao registrarem os aludidos problemas e os nossos registros feitos durante a presente pesquisa, nos anos de 2017 e 2018.

Importante ressaltar que, dentre todos os problemas arrolados pela Gestão pública, os registros feitos no Memorial de Reabilitação da Lagoa, resumem-se, no geral, aos problemas relacionados à degradação da vegetação e das estruturas físicas do Parque, de modo que, não encontramos imagens das questões relacionadas aos ambulantes e aos pontos de prostituição, por exemplo.

A Figura 28 abaixo demonstra a situação problemática na qual se encontrava o Parque Sólon de Lucena em 2015, onde ainda encontrava-se ativa a via de circulação expressa no seu anel interno, dificultando a ampla utilização do Parque em si, enquanto trajeto ou caminho de passagem.

FIGURA 28: Circulação de ônibus no anel interno dificulta o uso do Parque pelo público



Fonte: PMJP, 2015.

Na Figura 29, por seu turno, é possível identificar o nível de degradação da vegetação de baixo e médio porte, que na imagem encontra-se praticamente inexistente. Ou seja, os gramados tão característicos dos Parques em geral, que normalmente identificam esse tipo de vegetação e potencializam a apazibilabilidade desse tipo de espaço público, não mais se faziam presentes.

FIGURA 29: Vegetação de baixo e médio porte quase inexistente



Fonte: PMJP, 2015

Nas Figuras 30 e 31, a seguir expostas, visualizamos a mudança do quadro registrado nas imagens acima.

FIGURA 30: Anel interno transformado em passeio público



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Figura 31: Ampliação dos gramados no Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

A partir das análises acima, é possível vislumbrar uma mudança significativa na realidade pretérita do Parque, registrada pela Gestão Municipal no ano de 2015. O anel interno, então em funcionamento conforme Figura 28, é fechado para a circulação de veículos, passando a comportar tão somente o passeio de pedestres. Este é um fator que, além de trazer consigo mudanças visuais notórias, também contribui para o incremento das relações sociais. Isso é algo que pode ser identificado da análise comparativa entre as Figuras 28 e 30, ambas realizadas no período diurno, contudo, na imagem do ano de 2017 constata-se um aumento considerável do número de pessoas utilizando o espaço.

A ampliação da área verde, notadamente dos gramados, que agora podem se vistos em toda a extensão do Parque, conforme Figura 31, é outro fator que, somado ao fechamento do anel interno da Lagoa, passa a atuar no fortalecimento das sociabilidades urbanas. Perspectiva corroborada pela entrevistada 18:

(...) Onde que a gente imaginava, até pouco tempo atrás, um dia ver piqueniques na Lagoa? E hoje é comum ver isso nos gramados (...) e por onde você anda ver jardins, tudo bem cuidado (...). Espero que continue, né? Mas acho que sim, o povo parece que tomou gosto mesmo de deixar sempre o Parque bonito. (...) Pra você ver, foi fechado aquela pista só pra os pedestres, onde a gente sabe que é mais fácil acontecer o contrário (...). Pra mim foi uma mudança positiva (...). (ENTREVISTADA 18, 26 anos, estudante universitária)

Desse modo, podemos afirmar que, em relação aos problemas relacionados à vegetação e ao anel interno da Lagoa, houve um enfrentamento considerável, de modo a impactar a nossa percepção visual, assim como a perspectiva da usuária entrevistada.

No que diz respeito aos equipamentos públicos instalados a partir da intervenção em estudo, o Memorial de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena aduz que a sua concepção se deu a partir da observação do uso feito até então pela população pessoense. Desse modo, tais equipamentos foram organizados em dois grupos: equipamentos de esporte e lazer; equipamentos diversos, especificados conforme imagem a seguir (Figura 32).

FIGURA 32: Lista de Equipamentos Públicos concebidos para a Lagoa

ESPORTE E LAZER	
Pista de cooper	Pedalinho, caiaques e trapiche
Ciclovia	Pista de skate
Bicicletário	Áreas gramadas para atividades ao ar livre (como ginástica e ioga)
Aparelhos de ginástica	Mesas e bancos para jogos (como xadrez, dama etc)
Playground e caixa de areia para crianças	
EQUIPAMENTOS	
Banheiros femininos e masculinos	
Quiosques para alimentação (cafeteria, sorveteria, sucos e refrigerantes etc)	
Posto policial	

Fonte: PMJP, 2015.

Da observação realizada em campo, identificamos que, com exceção do Pedalinho e dos caiaques, todos os demais equipamentos listados na Figura 32, foram instalados a partir da Revitalização da Lagoa. Tal afirmação pode ser conferida através da análise das imagens por nós registradas, dispostas a seguir.

Na Figura 33 podemos visualizar a Pista de Cooper e Ciclovia criadas no local que antes funcionava como anel viário para circulação de veículos.

FIGURA 33: Pista de Cooper e Ciclovía



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

A Figura 34 traz o registro de um dos diversos playgrounds instalados no Parque da Lagoa a partir da Revitalização empreendida no espaço.

FIGURA 34: Playground



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Três bicicletários foram instalados na Lagoa a partir da intervenção em estudo. Um deles pode ser visualizado na Figura 35.

FIGURA 35: Bicicletário



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

A Pista para a realização de esportes radicais é um dos espaços mais atrativos do Parque, nos mais variados períodos do dia é possível identificar pessoas utilizando o local. Este espaço está registrado na Figura 36 abaixo.

FIGURA 36: Pista de Skate



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Interessantes contra-usos foram identificados no espaço registrado na Figura 37. O local foi criado para a prática de jogos de tabuleiros, contudo é mais comumente utilizado para realização de lanches, descanso, conversas, etc..

FIGURA 37: Mesas e bancos para jogos



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

As áreas gramadas são um dos principais atrativos do Parque, conforme demonstra a Figura 38.

FIGURA 38: Áreas gramadas para atividades ao ar livre



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

O incremento da segurança do Parque é um dos pontos recorrentemente lembrados pela Gestão Pública responsável por sua Revitalização, conforme veremos adiante. A indicação da melhoria desse aspecto, normalmente se dá através da menção à presença ininterrupta de policiamento no local, desempenhado pela Polícia Militar e Guarda Municipal, cujos postos fixos registrados nas Figuras 39 e 40, estão localizados na parte central do Parque da Lagoa.

FIGURA 39: Posto da Guarda Municipal



Fonte: Nayara Fernandes (2017)

FIGURA 40: Postos da Polícia Militar e da Guarda Municipal



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

A Pista de cooper e ciclovia são os espaços criados para prática esportiva mais intensamente utilizados pelos usuários da Lagoa. Além desses espaços, as atividades físicas também podem ser desempenhadas em academias ao ar livre dispostas em três localidades diversas do Parque, uma delas está demonstrada na Figura 41.

FIGURA 41: Aparelhos de Ginástica



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Com a Revitalização, foram instalados, ainda, três módulos de banheiros públicos masculinos e femininos, localizados em partes diversas do Parque. Um desses módulos, situado próximo ao Cassino da Lagoa, está registrado na Figura 42.

FIGURA 42: Banheiros Públicos



Fonte: Nayara Fernandes (2017)

Da análise do Memorial do Parque Sólon de Lucena, identificamos que boa parte dos equipamentos públicos elencados na Figura 26 e registrados nas Figuras 33 a 42, foi instalada conforme as vocações para o uso das áreas de vivência no Parque, definida a partir de visitas *in loco* realizadas pelos técnicos da SEPLAN no ano de 2015. Essas vocações foram determinadas pelo uso até então feito pelos moradores do entorno e usuários em geral.

Desse modo, as áreas de vivência, de vegetação e os quiosques, por exemplo, são alguns dos elementos que foram agregados ao lugar a partir da percepção – por parte dos técnicos da SEPLAN – do que se entendia enquanto desejo dos frequentadores da Lagoa. Essa afirmação é corroborada pelo arquiteto da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PMJP entrevistado, um dos responsáveis pelo projeto de Revitalização do Parque Sólon de Lucena.

De acordo com este, em um primeiro momento foi realizado um levantamento de referencial teórico para resgate do histórico da área, com a finalidade de identificar as transformações que o Parque sofreu ao longo das décadas. Paralelamente ao levantamento histórico, buscou-se, a partir do acervo fotográfico pesquisado, compreender os resultados obtidos nas intervenções estudadas e suas transformações ao longo do último século.

Em um segundo momento, através de seus técnicos, a PMJP realizou uma série de visitas ao Parque, com a finalidade de realizar a observação direta do seu entorno imediato, objetivando, assim, identificar o uso que se fazia de todos os imóveis desse entorno bem como das quadras vizinhas. A esse respeito, o arquiteto da PMJP entrevistado dispõe o que segue:

Tal análise repercutiu diretamente no zoneamento dos equipamentos e atividades propostas para cada setor, podemos citar como, por exemplo, a locação da praça da criança que se deu em virtude da identificação de áreas residenciais lindeiras a esta porção do parque; a praça da escola devido a existência de área escolar a poucos metros de distância e este conceito se vê repetido ao longo dos demais espaços propostos. (Técnico da PMJP)

Percebemos, assim, que os diversos espaços de convivência – especificados na Figura 43 – e equipamentos instalados em decorrência da intervenção ora estudada, seguiram uma lógica que, segundo a PMJP, leva em conta todo entorno do Parque, de modo a atender os principais interesses dos seus usuários habituais e despertar o interesse de determinados públicos que até então não eram considerados assíduos.

FIGURA 43: Mapa do Parque



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Em relação à Praça da Criança, por exemplo. Se antes da Revitalização o Parque contava com poucos atrativos para esse público específico, a partir dessa intervenção é criado um amplo espaço, com uma série de elementos (playgrounds, muro de escalada, brinquedos, etc), com o objetivo de atender suas expectativas, com a característica de ter sido estruturado próximo à área residencial. Característica essa que proporciona comodidade aos moradores das proximidades. Nesse espaço foram instalados 16 (dezesesseis) balanços e 12 (doze) gangorras, conforme Figura 44.

FIGURA 44: Praça da Criança



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Interessante observar a semelhança entre o nosso registro (Figura 44) e o previsto no projeto de Revitalização, descrito no Memorial do Parque. É a percepção que temos ao analisar a Figura 45, que pode ser encontrada no referido Memorial:

FIGURA 45: Projeto para a Praça das Crianças



Fonte: PMJP, 2015.

Tal semelhança entre o que foi projetado e o seu resultado, que além da Praça da Criança, pode ser identificada em diversas outras áreas do Parque, nos levou à reflexão sobre se tal Projeto de Revitalização se deu em consonância com o esperado por seus idealizadores, oportunidade na qual o arquiteto da PMJP aduz:

Sim. A expectativa gerada em projeto objetivando a vivacidade a todas as áreas do Parque, gerando alternativas para o seu uso nos diferentes momentos do dia por públicos variados, se mostrou ao longo dos meses e anos, após sua ocupação, acima do esperado, acumulando números de visitantes cada vez maiores, em cada evento realizado no Parque. Mesmo considerando o número de visitantes alcançado em eventos de maior concentração, a estrutura do Parque mostrou-se capaz de comportar os visitantes com conforto e segurança. (Técnico da PMJP)

Sobre os equipamentos em geral, instalados em virtude da Revitalização, como o posto policial e as diferentes praças construídas⁴², o técnico da PMJP entrevistado afirma que foram propostos:

(...) com a finalidade de reforçar a segurança e promover o lazer para a população que outrora tinha o Parque Sólon de Lucena apenas como uma área de transição da cidade velha com a cidade nova por meio de uma rotatória que ocultava a beleza natural que é a Lagoa. Hoje temos a lagoa

⁴² Foram construídas 12 (doze) pequenas praças nos limites do Parque Sólon de Lucena, cujas denominações encontram-se registradas na Figura 43 (mapa do Parque).

(espelho d'água) como elemento principal da proposta urbanística, possibilitando sua contemplação em todos os pontos do Parque. (Técnico da PMJP)

Outros elementos que sofreram mudanças notórias foram os quiosques. Antes da Revitalização de 2016, o Parque Sólon de Lucena contava com 42 quiosques. Até então, estes estabelecimentos tinham suas estruturas semelhantes à apresentada na Figura 46. Após essa intervenção, contudo, o Parque passa a contar com 14 (doze) quiosques. O projeto desses quiosques pode ser visualizado na Figura 47. A Figura 48, por seu turno, demonstra como tais quiosques ficaram depois de prontos.

FIGURA 46: Quiosques da Lagoa em 2015



Fonte: PMJP, 2015.

FIGURA 47: Projeto dos novos quiosques da Lagoa



Fonte: PMJP, 2015.

FIGURA 48: Nova estrutura dos quiosques da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Da análise das imagens acima, entendemos que haja uma considerável diferença entre a estrutura antiga (Figura 46) e a atual dos quiosques do Parque. A partir da execução do projeto ilustrado na Figura 47, ainda percebemos uma significativa proximidade entre o que é pretendido e o que foi alcançado. Tal entendimento se dá, através da análise comparativa entre as Figuras 47 e 48. O número de quiosques, contudo, sofreu alteração. O Memorial do Parque prevê a construção de 12 (doze) quiosques, divididos em 06 (seis) módulos. Todavia, foram construídos 14 (catorze) quiosques, dois a mais do que o previsto, organizados em 07 (sete) módulos.

Os sete módulos de quiosques foram alocados da seguinte forma: Entre a praça infantil e a praça da família; Próximo à pista de skate; Na saída da Estação Acácias; Anterior ao Monumento “A Pedra do Reino”; Próximo ao Monumento “A Pedra do Reino”; Próximo ao Cassino da Lagoa. A disposição desses quiosques, assim como os produtos por eles comercializados foi definida de forma estratégica, conforme colocado pela Gestão Municipal:

A ocupação comercial de cada quiosque deverá ser realizada considerando a proximidade e a vocação de cada um, por exemplo: o quiosque entre a praça infantil e a praça da família deverá ser ocupado por uma sorveteria (para as crianças) e por uma banca de revistas (para os adultos); o quiosque

próximo à pista de skate e esportes radicais deverá comercializar sucos naturais e refrigerantes, a fim de saciar a sede natural após a prática dos esportes; o quiosque próximo ao Cassino da Lagoa por sua vez deverá ser ocupado por comércios que complementem o funcionamento do Restaurante Cassino da Lagoa, a exemplo de uma doceria e uma cafeteria. Dessa forma, o uso estratégico proporcionará uma sinergia entre o comércio e as proximidades de que decorrerá a segurança e sustento financeiro dos comércios ali estabelecidos. (Memorial do Projeto de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena, p. 75)

Dessa forma, a Gestão Municipal propõe um “uso estratégico” que possibilitaria uma “sinergia entre o comércio e as proximidades”, que viria a proporcionar o sustento financeiro desses quiosques. Ocorre que, ao analisarmos a percepção dos proprietários desses estabelecimentos comerciais, vemos que tal “sinergia” acaba não ocorrendo da forma idealizada pela Gestão. Uma das principais razões apontadas por esses comerciantes, foi a proibição da venda de bebidas alcólicas nos limites do Parque a partir da sua Revitalização. Nesse sentido descreve o entrevistado 03:

(...) Em relação à infraestrutura melhorou muito aqui, a segurança, iluminação, as calçadas eram tudo quebrada (...) *estou muito satisfeito* (...). *A parte ruim é que antes vinham pessoas lanchar e também beber, hoje só vem pra lanchar* porque a gente não pode mais vender bebida alcoólica, então nosso *faturamento diminuiu*. (...) e não havia necessidade dessa proibição, acho que cada comerciante deve ter um controle sobre a quem pode ou não vender bebida, tem que ter profissionalismo, eu sou um bom profissional (...) nunca houve confusão no meu quiosque por conta de bebida. (...) Também tem esses fiteiros aqui próximo que atrapalham nossas vendas, porque vendem muito mais barato, produtos de baixa qualidade. (ENTREVISTADO 03, comerciante, 56 anos).

O entrevistado 03, proprietário de um dos quiosques revitalizados, é um dos comerciantes mais antigos da Lagoa, trabalha no local há mais de vinte anos. Este entrevistado expõe seu contentamento em relação às mudanças realizadas, principalmente no que diz respeito à limpeza empreendida, a partir da qual, não mais se vê lixo nas águas da lagoa, o cheiro de esgoto característico do lugar também não existe mais. O comerciante não deixa, todavia, de fazer críticas aos pontos em que acredita ter o poder público errado, focando seu descontentamento na proibição da comercialização de bebidas alcólicas, o que teria ocasionado a diminuição do seu faturamento. Percepção compartilhada pelo entrevistado 07, igualmente proprietário de um dos novos quiosques do Parque:

Antes dessa reforma, a maioria dos clientes aqui era adulto mesmo (...) quem mais dava faturamento porque era quem consumia bebida (alcoólica) (...). Agora nossa clientela é mais de crianças, que consomem um lanche, balas, pipoca (...). (ENTREVISTADO 07, 53 anos, comerciante)

Tal descontentamento é corroborado por outro proprietário de um dos quiosques no Parque, que atuou enquanto representante dos donos desses estabelecimentos, durante o processo de Revitalização da Lagoa. Atualmente ocupa o cargo de presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Feirantes de João Pessoa (SindAmbulante). Para este entrevistado:

A gente solicitou (à Prefeitura), na forma de documento, a volta da venda da bebida no estilo social (...) aquela que você vende portátil e que não seja em vidro, que popularmente o pessoal identifica como latinha (...). A gente já enviou toda a documentação solicitando isso, agora estamos aguardando o retorno (...). *A gente até poderia passar por cima da situação, mas a gente quer entrar num acordo (...)*. Na revitalização anterior⁴³ a gente tentou e tentou e eles não e não, aí a gente chegou e botou, isso foi em 1996 e ficamos até 2015, só paramos agora (de vender bebida alcoólica) com essa Revitalização. (Comerciante e Presidente do SindAmbulante)

Percebemos, assim, que as mudanças direcionadas aos proprietários dos quiosques do Parque, estão longe de poderem ser definidas como harmônicas ou sinérgicas. Em boa parte, identificamos seu contentamento diante dos melhoramentos estruturais do Parque, incluindo dos quiosques em si⁴⁴. Esse contentamento, todavia, vinha, no geral, seguido de uma ressalva sobre os prejuízos no faturamento advindos com a proibição da venda de bebida alcoólica. Prejuízos de tamanha monta que os tem feito cogitar na burla a tal proibição, a partir da comercialização desse tipo de bebida mesmo a contragosto da Administração Municipal.

Outra questão que nos chamou a atenção está relacionada à diminuição considerável do número de quiosques no Parque. Antes esse espaço contava com 42 (quarenta e dois) quiosques, após a Revitalização, esse número foi reduzido para 14 (catorze). Ao questionarmos sobre as condições para a permanência no espaço, o entrevistado 03 aduz: “Um dos requisitos pra permanecer foi antiguidade, estou aqui há mais de vinte anos (...).”

Questionamos o representante dos donos de quiosques sobre a participação dos comerciantes no processo que desencadeou a redução em discussão. Oportunidade na qual o Presidente do SindAmbulante, que a época atuava como representante dos proprietários dos quiosques situados no Parque Sólton de Lucena, afirma que os comerciantes foram sim

⁴³ O entrevistado faz referência a algumas reformas realizadas na Lagoa na gestão de Cícero Lucena (1996-2000). Nessa mesma gestão, foi determinada a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos limites desse espaço, medida, contudo, que acabou não sendo adotada pelos comerciantes.

⁴⁴ De acordo com os proprietários de quiosques entrevistados, estes não tiveram de dar nenhuma espécie de contrapartida financeira em razão dos melhoramentos nos seus estabelecimentos decorrentes da Revitalização empreendida.

ouvidos. E que de fato a questão do tempo de exercício das suas atividades no Parque havia sido levado em consideração. Ainda, eles teriam participado de diversas reuniões na Prefeitura Municipal, onde ficou definida a diminuição no número de quiosques instalados nos limites do Parque, ficando apenas 14 (catorze). Apesar da drástica redução no número desses estabelecimentos, o Presidente do SindAmbulante afirma que essa mudança teria ocorrido de acordo com o interesse dos comerciantes afetados.

Nessa Revitalização atual só puderam ficar catorze (quiosques), ou seja, dos sessenta e três⁴⁵, só puderam ficar catorze, os demais foram relocados de acordo com a aceitação de cada um (...). Vamos supor, eu escolhi que fosse na orla, então foi lá até na orla, viu que o local dava certo, colocou o pessoal (...). O outro chegou e achou melhor ser no terminal de integração, então foi pra lá (...) e aqueles que se adequou de acordo com a necessidade do Parque e a exigência que seria vendido produto que não envolvia o álcool, aí ficou exatamente esses catorze que ficou dentro do perfil de não vender bebida. (Comerciante e Presidente do SindAmbulante)

Interessante observar que, de acordo com a fala acima, a diminuição no número de quiosques no Parque Sólon de Lucena teria ocorrido em consonância com os interesses dos próprios comerciantes envolvidos, mesmo daqueles que deixaram de atuar no espaço. Estes comerciantes teriam optado por não se adequar à exigência da Gestão Municipal relacionada à proibição de venda de bebidas alcoólicas nos limites do Parque revitalizado.

A concordância dos comerciantes excluídos de atuar no Parque, após a intervenção em estudo, parece destoar da reação que normalmente se espera diante de um quadro como esse. De modo que, como forma de ampliar nossa perspectiva sobre esse processo, fomos buscar nos veículos de comunicação, notadamente nas mídias digitais, informações sobre a forma que se deu a retirada dos referidos comerciantes. As Figuras 49 e 50 a seguir dispostas, trazem recortes de alguns dos principais sites de notícias da Paraíba, onde foi noticiada a retirada dos comerciantes da Lagoa, em decorrência do seu processo de reurbanização. Essas matérias datam de agosto de 2015.

⁴⁵ O entrevistado inclui em seu discurso, além dos 42 (quarenta e dois) quiosques existentes anteriormente, também 21 (vinte e uma) barracas de lanches estabelecidas no Parque até a Revitalização.

FIGURA 49: Jornal da Paraíba veicula a desocupação dos quiosques da Lagoa

Jornal da Paraíba

POLÍTICA VIDA URBANA ESPORTES CULTURA VÍDEOS BLOGS & COLUNAS ESPECIAIS REDE PARAÍBA MAIS EDITAIS

VIDA URBANA

24/08/2015 19H08 - ATUALIZADO HÁ 3 ANOS

Processo de demolição e desocupação de quiosques da Lagoa é finalizado

Ao todo, 42 estabelecimentos foram retirados do local, sendo nove apenas nesta segunda (24). Fiteiros ainda permanecem no parque.

DA REDAÇÃO

Terminou nesta segunda-feira (24) o processo de desocupação e demolição dos quiosques do Parque Solon de Lucena, mais conhecido como a Lagoa, no Centro de João Pessoa. Ao todo, 42 estabelecimentos foram retirados do local, sendo que nove foram apenas nesta segunda, os fiteiros ainda permanecem no parque. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb), os comerciantes que ocupavam a área vão ser realocados para outros espaços da capital sem que haja prejuízo.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Urbano, Hildevânio Macedo, a ação, que durou cerca de dois meses, aconteceu de forma pacífica. A ação de remoção dos quiosques faz parte do cronograma do projeto de urbanização do Parque Solon de Lucena, que está na segunda etapa. No próximo mês, se iniciam as obras de revitalização do espaço de contemplação e lazer.

Depois de pronto, o Parque Solon de Lucena vai contar com 12 quiosques que serão destinados a lanchonetes. Os comerciantes que ocupavam o local anteriormente vão para mercados públicos, praças, shoppings populares e para o Terminal de Integração, além disso, também estão sendo construídos novos quiosques em vários pontos da cidade para que os comerciantes continuem suas atividades.

ClassiMÓVEIS
CASA PARA VENDA

EUFISCAL

TEMPO

JOÃO PESSOA CAMPINA GRANDE

23° MIN
30° MAX

Sol o dia todo. Muitas nuvens e pancadas de chuva de manhã e à noite.

Ativar o \n Acesse Conf

Fonte: <http://www.jornaldaparaiba.com.br>

FIGURA 50: Correio da Paraíba traz imagem da demolição dos quiosques

CORREIO DA PARAÍBA
quarta, 02 de maio de 2016 VENDEU

Jornalismo com ética e paixão

Geral Cidades Política Economia Esportes Cultura Entrevistas Colunistas - Concurso Vídeos

JOÃO PESSOA COMPARTILHAR: [Facebook] [Twitter]

SEDURB ACELERA DEMOLIÇÕES DE QUIOSQUES NA LAGOA

Alina Martins / 22 de agosto de 2015 Foto: Acervo Lima



Todos os quiosques localizados no Parque Solon de Lucena (Lagoa), no Centro de João Pessoa, serão demolidos até amanhã. Ontem a Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa (Sedurb) iniciou a retirada dos comerciantes do local para que possa ser aplicado o projeto de revitalização e recuperação do local. Na área trabalhavam 41 quiosqueiros e 21 carrinhos ou barracas de lanche que foram relocados para praças, mercados públicos e unidades de saúde.

O secretário adjunto da Sedurb, José Bezerra, informou que durante quatro meses, a Prefeitura negociou com os comerciantes para que a saída fosse acordada por todos. Ele informou que nove quiosques foram demolidos ontem e seis deverão ser retirados no domingo. Inicialmente alguns comerciantes ficarão improvisados em alguns espaços ou em casa, mas em um prazo de 40 dias terão os seus definitivos quiosques construídos pelo órgão e entregues. No projeto de revitalização, mas a ocupação ainda não foi definida. Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas.

Ativar o Windows
Edinho Magalhães
Política

Fonte: <http://www.correiodaparaiba.com.br>

As matérias ilustradas acima aduzem que a retirada dos proprietários de quiosques e barracas na Lagoa de fato teria ocorrido de modo pacífico. Do seu conteúdo, apreendemos que a principal razão para tanto, seria a consulta realizada com tais comerciantes antes das medidas que acarretariam a demolição – no caso dos quiosques – e retirada – caso das barracas – resultando em um acordo entre esses sujeitos e a Gestão.

A Figura 51 a seguir ilustra matéria na qual o então Secretário de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de João Pessoa, discorre sobre o processo de retirada das barracas e quiosques da Lagoa.

FIGURA 51: Secretário fala sobre os destinos dos comerciantes

MENU G1 PARAÍBA TV CABO MIRANTE TV PARAÍBA

09/07/2015 15h02 - Atualizado em 09/07/2015 15h02

Barracas devem sair de parque na Paraíba até fim de julho, diz Sedurb

Obra está prevista para terminar entre o fim de 2015 e o começo de 2016. Novos quiosques da Lagoa vão ser destinados à venda de lanches rápidos.

Do G1 PB

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST



Todos os atuais quiosques da Lagoa vão ser demolidos. (Foto: Wagner Lima/G1)

Os 21 fiteiros e 42 quiosques do Parque Solon de Lucena, em João Pessoa, devem ser relocados até o fim do mês de julho, segundo afirmou o secretário de Desenvolvimento Urbano de **João Pessoa** (Sedurb), Hildevânio Macêdo. Os comerciantes de fiteiros da Lagoa, como o local é conhecido, vão ser transferidos para shoppings populares e para as plataformas do Terminal de Integração, enquanto os quiosques vão para mercados públicos, shoppings populares e outras praças da cidade.

Macêdo explicou que alguns dos comerciantes de fiteiros já começaram a ser transferidos e outros estão aguardando a construção dos espaços nas plataformas para serem relocados. Em relação aos donos de quiosques, 90% deles já procuraram a Prefeitura e o local para onde eles vão ser transferidos já foi definido.

"Os outros 10%, caso não procurem a Sedurb até o fim do prazo, vão ter o novo local definido pela Prefeitura. Mas acreditamos que, até o fim do mês, todos nos procurem. Alguns já começaram a se mudar para os novos espaços, outros estão aguardando os locais serem construídos", comentou o secretário. Depois de desocupados, todos os quiosques vão ser demolidos.

Fonte: <http://www.g1.globo.com/pb>

De acordo com a notícia acima, os comerciantes em questão seriam relocados. Os proprietários de fiteiros seriam transferidos para shoppings populares e para as plataformas do Terminal de Integração⁴⁶. No que diz respeito aos demais donos de quiosques que não permaneceram no Parque, seus destinos passariam a ser mercados públicos e outras praças da cidade.

Nos destinamos ao supracitado Terminal de Integração, com o objetivo de identificar um ou mais comerciantes que passaram por esse processo de relocação. Oportunidade na qual conhecemos nosso entrevistado 19, que se disponibilizou a falar sobre sua experiência no referido processo. Ao ser questionado sobre a ausência de conflitos veiculada pelo seu representante, assim como pelos portais de notícias a que tivemos acesso, o entrevistado 19 discorre:

(...) Num posso falar pelos outros, né? Mas, pra mim, foi vantajoso. Como é que a pessoa vai fazer confusão? Olhe, lá eu tinha minha barraca há mais

⁴⁶ Terminal de Integração do Varadouro, localizado próximo ao Terminal Rodoviário da cidade, possibilita a transferência entre linhas de ônibus sem que seja necessário pagar a mais por isso.

de dez anos (...), mas não tinha segurança de nada, porque não era uma coisa certa, a senhora entende?⁴⁷ (...) A gente veio pra cá, agora tá tudo certinho (...), aqui o movimento também é muito bom (...). E eles não chegaram expulsaram e pronto, *teve conversa* (...). (ENTREVISTADO 19, 55 anos, comerciante)

Sobre a passagem onde o entrevistado 19 utiliza a expressão “teve conversa”, questionamos sobre como esse diálogo teria ocorrido, ocasião na qual este afirma que soube da ocorrência de reuniões na Prefeitura, mas que não chegou a participar de nenhuma, contudo, os demais colegas o mantinham informado. Assim, esse entrevistado conclui:

(...) Não fui ‘pras’ reuniões, mas sei que ‘teve’ porque meus colegas participaram (...). E de um jeito ou de outro a gente sempre ficava sabendo o que ia acontecer, por isso quando foi pra sair, não foi de surpresa, pra quê a gente ia fazer confusão? (...) Não tomaram as coisas da gente e deixaram a gente sem trabalho (...). Nem Jesus agradou a todos, mas acho que acabou que ficou bom pra maioria (ENTREVISTADO 19, 55 anos, comerciante)

Vemos, assim, que a participação dos comerciantes no processo que veio a desencadear sua remoção do local onde costumeiramente realizavam suas atividades – o Parque Sólon de Lucena – foi primordial para o resultado alcançado.

Dentre os espaços de convivência criados no Parque Sólon de Lucena, a partir da intervenção urbana em estudo, um em especial nos chama atenção pela vitalidade pulsante que apresenta: A pista de skate. Em todos os momentos nos quais visitamos o Parque, esse espaço estava sendo utilizado. Para quem vê de fora e, notadamente se tomarmos por referência esse tipo de estrutura disponibilizada em outras localidades, a pista de skate do Parque Sólon de Lucena parece ter sido algo que requereu atenção e cuidado especiais.

Ao ouvirmos alguns skatistas e praticantes de BMX⁴⁸ que utilizam a área, identificamos que, em um primeiro momento, a relevância da sua participação no projeto de Revitalização em estudo teria sido subestimada. Após mobilização desse grupo, contudo, esses atores sociais passaram a ser ouvidos, fator de fundamental importância para a qualidade do resultado alcançado nesse espaço específico. É o que apreendemos a partir do que discorre nosso entrevistado 13, praticante do BMX e usuário da pista existente na Lagoa há quase oito anos:

A gente que pratica o esporte aqui não foi consultado, inclusive eu fiquei sabendo que isso aqui ia ser mais quiosques aí teve a mobilização do

⁴⁷ O entrevistado se refere a sua situação de informalidade que não lhe conferia segurança legal para exercer suas atividades.

⁴⁸ A sigla BMX é proveniente da denominação em inglês *Bicycle Moto Cross*. Este esporte surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, chegando ao Brasil em 1978. É caracterizado pela execução de manobras radicais, com giros e saltos no ar.

peçoal do BMX e do skate pra que não fechasse esse espaço que já tá aberto aqui há mais de 30 anos (...). Essa mobilização ocorreu por meio das redes sociais e tem um cara que trabalha na Secretaria de Esportes de João Pessoa e ele é skatista, então ele sabendo o que ia acontecer informou pra todos e marcou-se uma reunião com o Secretário de Esportes e conseguiu esse espaço (...). As reuniões aconteceram no Centro de Línguas de João Pessoa, nessas reuniões foram decididas regras, nessa parte aqui só pode andar com capacete, joelheira e cotoveleira (...). (ENTREVISTADO 13, 23 anos, skatista)

O “cara que trabalha na Secretaria de Esportes” a quem o entrevistado 13 faz referência é ex skatista profissional e Coordenador de Esportes Radicais da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER) da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Ao ser questionado sobre sua participação nesse processo que desencadeou a reforma e ampliação da pista de skate do Parque Sólon de Lucena, o Coordenador de Esportes da SEJER afirma que sua luta pela melhoria desse espaço vem antes mesmo de sua atuação junto à Gestão Municipal, estaria relacionada à sua relação com o lugar enquanto praticante de skate, uma relação iniciada no início dos anos 90.

A luta pela pista da Lagoa já vinha antes mesmo de a gente trabalhar na Prefeitura até porque ela era uma pista que foi construída na década de 70 e tinha uma relação muito forte com a história do esporte na Paraíba, do skate principalmente. (...) A pista precisava ser reformada (...) e surgiu aí que teria essa reforma (...) e daí como eu tava trabalhando na Prefeitura nesse Departamento de Esportes Radicais ficou, vamos dizer, não que mais fácil, mas uma luta melhor pra conquistar esse objetivo. (Coordenador de Esportes Radicais da PMJP)

Para o Coordenador de Esportes da SEJER, demonstrar a importância da pista enquanto instrumento que promove integração social e até mesmo o turismo, foi de vital importância. Hoje, além de atender os skatistas de João Pessoa, a pista atende também skatistas de outras localidades. Algumas mais próximas, principalmente oriundos de cidades da região metropolitana de João Pessoa – Bayeux, Santa Rita, Cabedelo – assim como de outras cidades mais distantes e mesmo de outros estados, principalmente das cidades de Natal e Recife, capitais do Rio Grande do Norte e Pernambuco, respectivamente.

FIGURA 52: Nova pista de Skate do Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

O Coordenador de Esportes Radicais da PMJP acentua, ainda, o vigor atual da nova pista de skate do Parque Sólton de Lucena, que passou a ser palco de uma série de eventos relacionados aos esportes radicais. É o caso do *Circuito Paraibano de Skate*, que já contou com duas edições realizadas no Parque. “Também já aconteceram outras ações como oficinas, o Dia do Skate, enfim, é uma pista localizada no centro da cidade, as paradas de ônibus são do lado, então tudo isso funciona pra que seja um lugar bastante utilizado.” (Coordenador de Esportes Radicais da PMJP)

As mudanças ressaltadas pelo entrevistado acima são também compartilhadas pelo entrevistado 13. Contudo, ao comentar sobre o que considera o ponto controverso advindo com essa intervenção, esse entrevistado afirma que as mudanças eram necessárias, mas que deveriam ter ocorrido de outra forma, em respeito ao que considera “patrimônio histórico do Brasil”. Ele utiliza essa denominação para fazer referência à antiga pista de skate existente no espaço do Parque, então identificada simplesmente como “Bowl”. Esse entrevistado também discorre sobre os problemas enfrentados pelos esportistas antes da intervenção realizada, como os relacionados à utilização do espaço para venda de drogas.

A mudança era necessária, mas não da maneira que foi feita (...). Aquela pista necessitaria de uma revitalização porque era patrimônio histórico do Brasil, porque era a segunda pista mais antiga do Brasil, a pista mais antiga do Nordeste, e simplesmente destruíram e construíram essa aqui

(...). Essa aqui é ideal para a prática do esporte, mas na minha opinião, deveria ter sido feita essa, mas *mantido a outra como patrimônio pessoense de esportes radicais* (...). De resto, foram necessárias as mudanças que foram feitas porque a gente vinha praticar esporte aqui toda quarta e domingo e tinham os bares, jogavam garrafa de vidro dentro, as pessoas defecavam, os bambus que tinham aqui, o pessoal fazia sexo em plena luz do dia (...). Também já presenciei brigas aqui, facadas. Aqui a pista não “tava” abandonada, mas o pessoal vinha comercializar drogas aqui e com isso o esporte ficava tão marginalizado. Outra coisa era a organização, porque antes eram inúmeros ambulantes, aí agora você pode caminhar livre (...). Hoje a Lagoa é um espaço que posso vir com meus amigos, minha namorada, se fosse pra dar uma nota a esse projeto eu daria um sete. (ENTREVISTADO 13, 23 anos, skatista)

A análise em destaque da fala do entrevistado 13, onde percebemos sua indignação diante da destruição da pista de skate antiga em razão de sua relevância histórica para os praticantes de esportes radicais de João Pessoa – a pista era a segunda mais antiga do Brasil (Figura 53) – traz um pleito que era de conhecimento da Gestão Municipal antes da Revitalização empreendida. É o que constatamos ao analisar o Memorial de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena (p.78):

(...) Existe um pleito antigo realizado pelos praticantes de esportes radicais junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa no sentido de requerer a recuperação da pista de skate do Parque alegando, inclusive, que aquela pista foi uma das primeiras a serem executadas no Brasil, o que a tornou uma referência na história da prática de skate no país.

FIGURA 53 : Pista de skate antiga do Parque Sólon de Lucena.



Fonte: <http://skatemasters-jpa.blogspot.com.br>

Dessa forma, entendemos que não foi por desconhecimento da sua importância histórica, que a antiga pista de skate foi destruída. A Gestão Municipal coloca enquanto

óbice à manutenção da antiga pista, os gastos decorrentes dessa alternativa. Assim, a Prefeitura Municipal de João Pessoa aduz:

Entretanto, em consulta realizada aos praticantes de skate, verificou-se que as dimensões e o formato dessa pista da Lagoa estão obsoletos em relação às pistas de skate mais atuais. Então, *considerando que o custo de recuperação dessa pista é semelhante ao custo de construção de uma nova, optou-se por construir uma pista de skate nova* (exatamente no local da pista atual) e que atenda às necessidades atuais dos skatistas. (Memorial de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena, p.78)

Desse modo, a priorização dos custos financeiros, acabou por sobrepor os valores históricos e culturais do lugar, valores estes de repercussão nacional. Em que pese essa controversa sobreposição de valores, vemos que, nos demais aspectos relacionados a esse espaço específico, especialmente desenvolvido para a prática do Skate e do BMX, a participação dos esportistas diretamente atingidos, foi de fundamental importância para a mudança dos rumos inicialmente traçados pela Gestão Municipal.

Sobre a informação dada pelo entrevistado 13, de que se não fosse a atuação do Coordenador de Esportes Radicais da PMJP, juntamente com outras lideranças dos esportes radicais de João Pessoa – assim como dos esportistas que seriam diretamente atingidos por essa intervenção – a partir da Revitalização da Lagoa, a pista seria destruída, sem que houvesse previsão da construção de uma nova que a substituísse, o referido Coordenador traz alguns esclarecimentos. Na sua concepção, não faria sentido que uma Revitalização dessa amplitude viesse a ser implementada sem que a pista de skate fosse beneficiada. Contudo, ele assegura que sem a mobilização e atuação conjunta – esportistas e Gestão pública – muito provavelmente o resultado estaria bem distante do alcançado:

(...) Como a gente não queria impor, fizemos uma convocação pública para os praticantes do skate, os praticantes de bike se manifestarem, pra se debater esse uso do espaço, para depois não ter aquela história de que não se ouviram as pessoas e simplesmente se colocou o espaço ali. (...) Foi muito importante essa participação dos esportistas (...) e a gente aconselha que outros lugares também façam isso porque muitas vezes se constroem pistas, não se consultam os praticantes e acaba sendo não de acordo com a realidade do espaço que eles tão necessitando ali e acaba ficando subutilizado (...). (Coordenador de Esportes Radicais da PMJP)

Assim, visualizamos duas perspectivas distintas coabitando o mesmo espaço. A primeira, reconhece a importância dos sujeitos que dão vida e significado aos espaços urbanos. Nessa esteira, vislumbramos a municipalidade ouvindo os anseios dos praticantes de esportes radicais de João Pessoa, trazendo como resultado, a construção de um espaço – a nova pista de esportes radicais do Parque Sólon de Lucena – com estruturas adequadas à

prática de suas atividades. De outro lado, essa mesma municipalidade coloca os valores econômicos acima dos valores históricos do referido espaço, fazendo uso da praticidade para destruir por completo um lugar com mais de 30 anos de história. Essa constatação denota o quão acentuado pode ser o alcance dos resultados de uma intervenção pública quando se decide ouvir os sujeitos diretamente atingidos, assim como quando seu clamor é ignorado.

CAPÍTULO VI: MULTIPLICIDADE SOCIOESPACIAL DO PARQUE DA LAGOA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Na busca por compreender o processo de Revitalização da Lagoa, lançamos um olhar sobre sua urbanização e as diversas intervenções que sofreu ao longo dos 431 anos da cidade de João Pessoa. Realizar esse olhar nos coloca diante de uma multiplicidade de formas, significados e atores sociais que só fortalece o entendimento sobre a singularidade e importância desse espaço para a historicidade e dinâmicas urbanas que identificam a capital paraibana.

Da efetiva urbanização da Lagoa (Década de 1920) até os dias atuais, vislumbramos uma significativa alternância de percepções, usos e usuários. Após as primeiras intervenções realizadas com o escopo de tornar a Lagoa um Parque, com funções típicas que se pode esperar de um espaço desse tipo (lazer, turismo, passeio público), observa-se que esse objetivo foi alcançado, mas com características específicas e por um curto período de tempo.

A expansão da cidade rumo ao mar e o aumento do tráfego de veículos notadamente a partir de 1970 desencadeou as modificações ocorridas. De espaço de lazer, moradia no seu entorno, a grande atração do Parque Sólon de Lucena passa a ser o comércio nos seus arredores. De modo que caminhar por esse Parque, nos põe em contato com diferentes imagens do cotidiano: de seus moradores (seja nas residências ou nas ruas), dos passantes, dos frequentadores e dos trabalhadores do comércio formal e informal.

Muitas dessas dinâmicas, contudo, sofreram mudanças substanciais no decorrer das últimas décadas. Uma série de problemas estruturais – discutidos no primeiro capítulo do presente trabalho – afastou boa parte dos cidadãos da fruição do Parque, que passou a ser utilizado, fundamentalmente, como lugar de passagem. A partir de 2013, a Gestão Pública Municipal concebe a Revitalização do Parque Sólon de Lucena, concluída em 12 de junho de 2016 com a entrega do “novo Parque da Lagoa” substancialmente modificado, com a ampliação no número de equipamentos urbanos e de utilidade pública.

Todavia, mesmo agregando uma considerável conquista para a cidade de João Pessoa, enquanto preservando o patrimônio e fortalecendo a identidade e a diversidade cultural, muitos são os desdobramentos e conflitos sociais advindos. Mesmo se colocando como possibilidade de uma revitalização ter por intuito resguardar a memória individual e coletiva, para que o uso do espaço de forma integrada entre o turista, comunidade local e os visitantes possa trazer a geração de renda, emprego e sociabilidade.

Desse modo, nas linhas seguintes buscaremos compreender como se apresentam as dinâmicas atuais do Parque Sólon de Lucena. O faremos através da análise das suas estruturas físicas, assim como sobre as diferentes formas de apropriação desse espaço, levando-se em conta tanto o período posterior, como o anterior à Revitalização empreendida.

6.1 UM NOVO OLHAR SOBRE A LAGOA

A caminhada pelo Parque Sólon de Lucena, ou Parque da Lagoa – nova denominação desse espaço veiculada pela gestão municipal responsável pela sua Revitalização – nos coloca diante de uma multiplicidade de sentimentos e sensações. É inegável a beleza do lugar, o aumento da sua utilização com finalidades diversas e por diferentes segmentos da população salta aos olhos. Num primeiro momento, assim, parece que o processo de Revitalização empreendido alcançou a suposta finalidade principal que dele se espera: revigorar lugares com usos prejudicados pelas mais variadas razões.

Nossas visitas à Lagoa – com o olhar inquieto de pesquisadora, não mais com o olhar usual de frequentadora, ora desatento, ora carregado da presunçosa sensação de que já conhece tudo o que importa saber sobre o lugar – ocorrem no período compreendido entre os meses de abril de 2017 e maio de 2018.

A primeira das referidas visitas, acontece em 14 de abril de 2017. É uma tarde de segunda-feira. E já nas primeiras horas da nossa presença, é possível perceber imagens que destoam do que comumente estávamos habituados a ver ocorrer nesse espaço, notadamente nos últimos anos. Entre o meio dia e às 14h00min observamos trabalhadores (identificados por fardamentos de comércios das proximidades), possivelmente em horário de almoço, descansando nos jardins do Parque da Lagoa. Há também casais de namorados nos bancos e nas proximidades de algumas das muitas árvores do local.

Durante nosso percurso pelo Parque, as mudanças nas suas estruturas físicas também são evidentes. Identificamos uma ampla gama de equipamentos públicos implantados com a Revitalização da Lagoa, a saber: bicicletário; muro de escalada; pista de skate; ciclovias;

pista de caminhada; banheiros públicos; equipamentos para exercícios físicos; parques com balanços e gangorras, como ilustra a seguir a Figura 54.

Vislumbramos, ainda, a construção de duas pistas exclusivas para ônibus, suas paradas possuem bancos e cobertura. Em toda extensão do Parque visualizamos agentes de limpeza e manutenção notadamente nos jardins do Parque. Os agentes de segurança pública da Guarda Municipal se fazem ostensivamente presentes, seja de modo fixo, no posto construído para abrigá-los, ou forma itinerante, por meio de rondas em carro, motos e a pé. Há, ainda, a presença do que parece se tratar de seguranças privados, os quais se concentram nas paradas de ônibus, local de maior movimento nesse horário.

FIGURA 54: Um dos diversos espaços de convivência criados a partir da Revitalização do Parque Sólon de Lucena



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Assim, quando da observação realizada, as cenas visualizadas durante nossas visitas à Lagoa – crianças brincando nos mais diferentes horários, casais em passeio, pessoas repousando nos jardins do Parque – apontam para uma mudança considerável nas suas dinâmicas, notadamente da década de 1990 até o último período anterior à sua Revitalização. Já que, como vimos, em razão do viés comercial do seu entorno; do seu papel estratégico no sistema viário da cidade; da perda de sua importância para a orla, enquanto espaço de lazer, a Lagoa firma-se enquanto espaço de passagem – de pessoas e veículos em

direção ao comércio ou em busca de uma das diversas modalidades de serviços oferecidos no local – não de permanência.

Essa percepção, entretanto, foi consideravelmente modificada. Vemos em todos os turnos (em menor ou maior número a depender do horário e dia considerados), pessoas que estão no Parque para fazer uso das diversas possibilidades de ocupação atualmente nesse espaço oferecidas. São famílias, crianças, colegiais, casais de namorados, esportistas, trabalhadores no horário de descanso, em direção ao trabalho ou casa, usuários de transportes públicos.

Percebemos, assim, que a Revitalização implementada – com foco na recuperação das águas poluídas da lagoa, inserção de equipamentos diversos de utilidade pública, embelezamento e ampliação das áreas verdes, reforço na iluminação e presença ininterrupta de agentes de segurança pública (guardas municipais, bombeiros e policiais militares) – possibilitou o retorno da atratividade do Parque Sólon de Lucena, conforme corrobora o discurso da nossa entrevistada 15, disposto abaixo. Na Figura 55, por sua vez, é possível visualizar viatura da Guarda Municipal, que denota a ostensividade da sua presença.

(...) Ah, hoje não tem nem comparação (...). Você vem na Lagoa hoje, dá até gosto (...), ver os turistas tirando fotos, admirando. (...) Antes não era assim, agora a Lagoa é mais segura, tem policial, guarda sempre que você vier aqui (...) aí as pessoas se sentem mais tranquilas pra visitar a Lagoa, passar mais tempo aqui (...). (ENTREVISTADA 15, 35 anos, lojista)

FIGURA 55: A presença da Guarda Municipal se faz de modo ostensivo, através das suas viaturas, em motocicletas e por meio de rondas a pé



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Ao percorrer toda a extensão do Parque durante o dia, temos a impressão de que essa área se tornou limpa de gente plural, diferente, notadamente se consideramos seus antigos usuários. Há, no entanto, uma área em particular que nos chamou atenção por agregar pessoas de uma pluralidade mais latente, visível. Nos referimos à área próxima ao Restaurante Popular da Lagoa, situada na porção sul do Parque e registrada na Figura 56.

FIGURA 56: Porção Sul do Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

A vista de satélite do Parque Sólon de Lucena, registrada na Figura 57, identifica as diferentes porções do Parque de acordo com sua localização geográfica.

FIGURA 57: Vista de Satélite do Parque Sólon de Lucena



Fonte: Google Maps, 2008.

Interessante observar que, antes da Revitalização empreendida, essa mesma região Sul do Parque era caracterizada por, em geral, atrair uma parcela dos cidadãos considerada indesejável, por contrastar com o disciplinamento característico das revitalizações urbanas. Conforme Paulino (2010) – cujo estudo sobre os atores característicos da Lagoa é desenvolvido entre os anos de 2008 e 2009 – a parte de menor movimento (porção sul) da Lagoa, conforme Figura 57, era o local escolhido como refúgio para usuários de droga, meninos de rua, pedintes e moradores de rua.

A referida região (porção sul do Parque), onde está localizado o Cassino da Lagoa, era caracterizada pelo pouco movimento e iluminação reduzida, contando com poucos pontos de paradas de ônibus. Essa era a região tradicionalmente ocupada por moradores de rua, usuários de drogas, meninos de rua e pedintes. De maneira distribuída e principalmente durante a noite era possível observar pessoas “fazendo ponto” para prostituição. De acordo com Paulino (2010) – quando da realização da sua pesquisa, entre os anos de 2008 e 2009 – os moradores das poucas residências, localizadas nos arredores da Lagoa, e dos edifícios, conviviam com a movimentação e o barulho da cidade, das lojas, buzinas e vozes, e com os sem tetos que dormiam embaixo das árvores e delas faziam seu refúgio.

De modo semelhante, nossa observação de campo apreendeu que durante todo o dia, essa mesma porção do Parque, área onde está localizado o Restaurante Popular da Lagoa, parece ser sem dúvidas, a área mais “colorida” da Lagoa, no sentido de agregar de modo mais visível sujeitos diferenciados do em geral encontrados nas demais áreas do Parque.

Após a Revitalização, identificamos que na referida região sul do Parque, conforme ilustra a Figura 58, foram instaladas, de modo diferenciado (já que todas as demais paradas se concentram na parte norte do Parque, relativamente distante) duas paradas de ônibus para linhas específicas. Em seu entorno constatamos a presença de uma diversidade de comerciantes ambulantes, entre fiteiros, vendedores de picolés, água de coco, etc. Também vemos motoristas de carros alternativos (ilegais) nessas proximidades. São caracterizados por gritar os nomes das cidades a que se destinam: “Bayeux, Santa Rita!”.

FIGURA 58: Diversidade de sujeitos na parte Sul do Parque



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Nas proximidades desse mesmo local, foi constatada a presença de moradores de rua (Figura 59) Interessante observar que nas demais localidades, em toda extensão do Parque, não visualizamos um ambulante sequer, nem mesmo nas demais paradas de ônibus onde a concentração de pessoas é consideravelmente maior.

FIGURA 59: Morador de Rua no Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Os aludidos motoristas alternativos também estão ausentes. Seria essa (comerciantes informais, motoristas alternativos, moradores de rua) uma gama dos “indesejáveis” que

insiste em permanecer nesse “novo” Parque, limpo, revitalizado, seguro, bonito? A razão de estarem concentrados numa mesma localização teria a ver com a identificação mútua quanto ao papel a que estão submetidos? Ou estaria relacionada a alguma vantagem comum que esta localidade agrega?

Com a finalidade de refletir a respeito dessas indagações, questionamos à entrevistada 02 – Agente da Guarda Municipal lotada no Posto deste órgão, localizado na parte central do Parque da Lagoa – sobre a concentração desses sujeitos (vendedores ambulantes, alternativos, moradores de rua) na porção sul do Parque, constatada durante nossa pesquisa de campo. A esse respeito, a referida entrevistada, aduz o seguinte:

De fato essas pessoas (ambulantes, alternativos e moradores de rua) normalmente se concentram nesse local (parte sul do Parque). (...) Sobre os ambulantes, (...) já houve a construção de um local específico para eles realizarem as atividades deles (...), porém eles acreditam que conseguem vender mais nesses locais de maior mobilidade urbana (...). *Dentro do Parque mesmo, eles não circulam.* (...) A questão dos alternativos é uma questão antiga e a questão dos moradores de rua (...) não é uma questão de segurança pública (...) *Todas as pessoas podem fazer uso do Parque, desde que o uso não se configure que elas estão estabelecendo uma moradia naquele local* (...). (Agente da Guarda Municipal, 28 anos)

Percebemos que a entrevistada 02 confirma que a parte sul do Parque de fato agrega os atores sociais referidos anteriormente, embora não discorra mais a respeito das razões que levariam a isso. Ao refletir a respeito, contudo, entendemos que, notadamente no caso dos ambulantes e alternativos, essa posição seria estratégica por, apesar de fazer parte do Parque, estar nas proximidades do seu entorno. Já que, conforme argumento da Agente entrevistada ao fazer referência aos ambulantes, “dentro do Parque mesmo, eles não circulam”. Ademais, a área em questão, apresenta movimento considerável, notadamente em razão das paradas de ônibus lá instaladas e, ainda, não apresenta uma concorrência tão elevada, já que na porção norte do entorno do Parque a concentração de ambulantes é consideravelmente maior. Essa mesma lógica justificaria a preferência dos alternativos por esse local, uma vez que, o número de paradas de ônibus é bem maior na parte norte (Figura 60), assim como a disponibilidade de outras formas de transporte, como os táxis (Figura 61).

FIGURA 60: Paradas de ônibus da parte norte do Parque



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

FIGURA 61: Os táxis se concentram na parte norte do entorno do Parque



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

Tentamos estabelecer contato com os alternativos, de modo a buscar respostas para algumas das questões acima, contudo nenhum deles quis nos conceder entrevista⁴⁹. Acreditamos que, possivelmente, tal resistência esteja relacionada a alguma espécie de temor em relação à exposição do desempenho de suas atividades que sabem ser ilegal.

⁴⁹ As tentativas de contato ocorreram nos meses de abril e agosto de 2017.

Sobre os moradores de rua, também vistos nesta parte do Parque, vimos que a Agente entrevistada afirma que esta não seria uma questão de segurança pública e, ainda, que a todos seria dado o direito de utilizar o Parque, desde que não o fosse para estabelecer moradia. Desse modo, a permanência desse grupo poderia ocorrer, desde que de modo transitório. A esse respeito, nosso entrevistado 10, morador de rua, afirma:

(...) E depois da reforma (a Lagoa) que ficou muito bonito, ficou, aí o povo não gosta de ver morador de rua (...) nesses cantos, assim. (...) A gente tá sempre circulando, não fica no mesmo canto não (...). Mas só é passar um tempinho lá que você já nota os guardas olhando (...) e se tiver a gente tudo junto é que não fica mesmo (...) porque todo mundo vê que a gente é morador de rua, né? (ENTREVISTADO 10, 45 anos, morador de rua).

Entendemos, assim, que a relevância da questão relacionada à utilização do Parque por moradores de rua não estaria relacionada à transitoriedade da sua presença, mas à sua presença em si. Já que, de acordo com a fala do entrevistado 10, o simples fato de estar no Parque já despertaria a atenção por parte dos Agentes de Segurança Pública, assim como da própria população. Deste modo, o problema não estaria na duração da sua presença, mas na sua presença em si, que não mais se adequaria à realidade do “novo” Parque.

Na busca por apreender as demais interações sociais nesse espaço, vimos que até a abertura do comércio (em João Pessoa o comércio funciona das 09h00min às 18h00min) o fluxo de pessoas é reduzido (Figura 62). Os usuários do Parque em geral são praticantes de atividades físicas (principalmente corrida e caminhada), estudantes a caminho da escola, pessoas nas paradas de ônibus aguardando o transporte público.

FIGURA 62: O movimento na Lagoa é reduzido nas primeiras horas da manhã



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Com a proximidade do início do horário comercial, o número de pessoas a caminho do trabalho aumenta, ambulantes começam a se instalar nas proximidades do Restaurante Popular (Figura 63), a presença de agentes da Guarda Municipal é ostensivamente notada.

FIGURA 63: Ambulantes começam a se instalar na parte sul do Parque



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Ocorre, assim, um considerável aumento no fluxo de veículos e transeuntes no entorno da Lagoa, mas nela prevalece uma tranquilidade peculiar, acentuada pelo verde que a caracteriza (Figura 64).

FIGURA 64: A circulação de pessoas e veículos no entorno da Lagoa se intensifica, mas nela prevalece uma tranquilidade peculiar



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

A partir das 09h00min em diante, com a abertura dos estabelecimentos comerciais, o fluxo de pessoas nos arredores desse espaço se intensifica (Figura 65). No Parque em si, contudo, tal qual demonstra a Figura 66, as pessoas vistas em geral estão de passagem, não vemos mais praticantes de atividades físicas.

FIGURA 65: O fluxo de pessoas se intensifica a partir da abertura dos estabelecimentos comerciais do entorno da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

FIGURA 66: Pessoas de passagem no Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Percebemos que em frente aos estabelecimentos comerciais que caracterizam o entorno do Parque Sólon de Lucena, permanecem inúmeros comerciantes informais, tal qual ocorria anteriormente à revitalização desse espaço (Figura 67). Esses comerciantes vendem seus produtos, os mais variados (óculos, relógios, bijuterias, artigos domésticos, cd's e DVDs piratas, etc.), em tabuleiros assim como em barracas.

FIGURA 67: Variedade de produtos comercializados pelos ambulantes



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Interessante apontar para um estudo realizado por Paulino (2010), onde esta registra que, no ano de 2009, apenas os tabuleiros eram vistos ocupando as calçadas, já que, desde 2006, as barracas nessa mesma situação haviam sido transferidas para um Centro Comercial próximo. Trata-se do “Centro Comercial de Passagem” (Figura 68), construído pela Prefeitura Municipal com a finalidade liberar as calçadas para o passeio público, através da relocação dos ambulantes que as ocupavam. Contudo, conforme a Figura 67 acima, vemos que os ambulantes voltaram a ocupar essas calçadas do entorno do Parque Sólon de Lucena.

FIGURA 68: Centro Comercial de Passagem



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Conforme se aproxima o início do período noturno, o trânsito se intensifica assim como a quantidade de pessoas, notadamente nos pontos de ônibus instalados nas extremidades do Parque. Constatamos a presença expressiva de bombeiros militares, Guarda Municipal, Polícia Militar e de agentes da SEMOB (Secretaria de Mobilidade Urbana Municipal). Dos horários observados, o de maior movimento parece ser mesmo após o fim do horário comercial, quando tem início o período noturno. Nesse período também é possível ver muitas pessoas praticando atividade física, entre elas, pessoas que parecem voltar do trabalho, escola, conforme demonstra a Figura 69.

FIGURA 69: Usuários do Parque no período noturno



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Notamos que, também no horário noturno, ocorre a concentração de ambulantes, motoristas de transportes alternativos e moradores de rua nas proximidades das paradas de ônibus próximas ao Restaurante Popular da Lagoa (porção Sul do Parque).

Conforme registrado na Figura 70, a retirada de via expressa que ficava no círculo interno da lagoa – hoje transformada em pista de caminhada, corrida e passeio público – intensificou o congestionamento de veículos na via previamente existente, notadamente durante os horários de pico, a partir das 10h00min da manhã e no final da tarde, entre 17:30 e 18:00 horas. Essa via, localizada no anel externo da Lagoa, alargada com o objetivo de suavizar os efeitos negativos dessa mudança, se tornou receptora do tráfego de veículos que anteriormente à Revitalização fazia uso do círculo interno, até então ativo. A transformação desse círculo interno da lagoa em passeio público pode ser visualizada na Figura 69.

FIGURA 70: A via receptora (anel externo do Parque Sólon de Lucena) dos veículos que anteriormente faziam uso do anel interno da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Ao discorrer sobre sua percepção geral em relação à Revitalização da Lagoa, identificamos no discurso da nossa entrevistada 02, Agente da Guarda Municipal, uma análise dos problemas decorrentes do congestionamento de veículos mencionado acima:

Por ser um cartão postal da cidade as mudanças foram necessárias, deu uma repaginada muito significativa. (...) Mas ainda *ficaram alguns pontos soltos*, como por exemplo *a questão do trânsito*, naquela subida (em alusão ao trecho registrado na Figura 70) se você observar as faixas dos ônibus se estreitam, *acontece muita colisão de trânsito ali*. (ENTREVISTADA 02, 28 anos, Agente da Guarda Municipal)

Na fala da entrevistada 02, percebemos a menção ao aumento das colisões de trânsito em trecho da via receptora dos veículos que, anteriormente à Revitalização, tinham a opção de utilizar o anel interno da Lagoa, então em funcionamento. Na sua concepção, isso seria um “ponto solto” decorrente desse processo. Entendimento semelhante é compartilhado pelo entrevistado 13, que aduz o seguinte:

Também não deveria ter sido feita a mudança no trânsito. Pra quem vem de carro ou pega o coletivo passa um tempão pra sair daqui do começo da Lagoa pra pegar a descida do Varadouro ali (Trecho registrado na Figura. 70), *a questão do trânsito piorou bastante* (...).(ENTREVISTADO 13, 23 anos, skatista)

Em que pese o fato de o fechamento do anel interno da Lagoa possibilitar a ampliação da área do Parque destinada aos pedestres, a intensificação do trânsito no seu entorno – assim como o aumento no número de colisões entre veículos nesta localidade – em decorrência dessa medida, foi uma das questões mais recorrentemente levantadas pelos entrevistados, quando estes se puseram a falar sobre os eventuais problemas decorrentes da Revitalização da Lagoa.

Percebemos, assim, que essa intervenção específica vai de encontro à lógica que tem pautado as reformas urbanas, onde a construção e ampliação de vias e espaços destinados aos automóveis apresentam notório protagonismo em detrimento dos espaços destinados aos pedestres. Essa política de intervenção realizada pelo poder público local parece estar em consonância com a percepção de Jacobs (2011) sobre a importância das calçadas para as cidades. Elas têm a função de gerar segurança e interação entre as pessoas, se constituem como um dos “(...) principais locais públicos de uma cidade (...)” (JACOBS, 2011, p. 29).

Ao estimular o exercício das sociabilidades urbanas, a ampliação na Lagoa de áreas destinadas aos pedestres – após o fechamento do seu anel interno – mesmo considerando o eventual aumento dos problemas relacionados ao trânsito de veículos nas suas adjacências, representa uma mudança significativa. Na medida em que, a lógica atual de priorização dos

automóveis produz uma série de vazios urbanos. Nesse sentido, dispõe Jacobs (2011, p. 377):

As artérias viárias, junto com os estacionamentos, postos de gasolina e *drive-ins*, são instrumentos de destruição urbana poderosos e persistentes. Para lhes dar lugar, ruas são destruídas e transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para qualquer pessoa a pé. (...) Os pontos de referência são aniquilados ou tão deslocados de seu contexto na vida urbana que se tornam trivialidades irrelevantes. A feição urbana é desfigurada a ponto de todos os lugares se parecerem com qualquer outro, resultando em Lugar Algum. (...) E nós culpamos os automóveis por tudo isso.

Na passagem acima, identificamos o papel exercido pelos automóveis na atualidade, onde para comportá-los, espaços imprecisos e destituídos de significado são criados, resultando na destruição de espaços públicos de uso coletivo, esses sim carregados da capacidade de estimular o exercício das sociabilidades urbanas. No caso da Lagoa, o oposto ocorre. Uma importante via de circulação de veículos é suprimida para dar lugar ao passeio público.

FIGURA 71: Anel interno da Lagoa transformado em passeio público



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Em relação ao final de semana, observamos uma dinâmica bem peculiar, a exemplo do sábado. Neste dia, o comércio localizado no entorno da Lagoa funciona de 08h00min as 13h00min e até esse horário o movimento de pessoas nessa localidade é bastante intenso, notoriamente mais elevado que nos dias de semana. Parece que boa parte das pessoas que não têm tempo de fazer uso dos mais variados produtos e serviços disponibilizados nessa área durante a semana, o fazem no sábado. Isso deve justificar o número consideravelmente maior de pessoas fazendo uso do comércio nesse dia da semana.

Os espaços do Parque também são consideravelmente utilizados durante todo o sábado (Figura 72). De manhã cedo, já a partir das 06h00min a calmaria da Lagoa após o período noturno começa a sofrer alterações visíveis. As pessoas começam a chegar aos poucos para fazer suas caminhadas, corridas, também vemos pessoas em bicicletas nas ciclovias construídas com a Revitalização.

FIGURA 72: O Parque da Lagoa é utilizado durante todo o sábado



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Com o passar das horas o fluxo de pessoas aumenta consideravelmente. A partir das 08h00min vemos diversas pessoas de passagem no Parque, parecem dirigir-se ao trabalho nas imediações, o que pode ser identificado facilmente pelos fardamentos com os símbolos das mais diversas lojas que rodeiam o Parque. Vemos também potenciais consumidores de produtos e serviços que podem ser encontrados no entorno desse espaço. É percebida a

presença de *skatistas* que chegam aos poucos para fazer uso da pista construída para a prática do esporte, utilizam também outras áreas não destinadas especificamente para esse fim. Até às 10h30min é possível ver praticantes de atividades físicas no espaço da Lagoa, a partir de então essa categoria de usuários começa a se dispersar e, é justamente esse o horário em que o comércio do local ferve de gente, alcançando seu movimento mais intenso. Os produtos e serviços oferecidos são os mais diversos.

Nas calçadas em frente aos estabelecimentos comerciais formais – em geral lojas de eletrodomésticos, móveis, roupas, tecidos, cama, mesa e banho – estão os ambulantes. Estes, por seu turno, oferecem uma diversidade incrível de produtos e serviços. Na confusão que se forma entre passantes, consumidores e comerciantes informais, são necessários múltiplos olhares para assimilar a variedade de produtos à venda por esses comerciantes. São relógios, óculos, bijuterias, bolsas, utensílios domésticos, chips e acessórios para celular, CDs e DVDs piratas, sem falar na venda de alimentos os mais diversos: pipoca, amendoim, milho, cocadas e doces, salgados, sucos, água de coco, entre outros (Figura 73).

FIGURA 73: Variedade de produtos comercializados pelos ambulantes do entorno do Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

A elevada quantidade de veículos que trafega pela via existente entre o comércio e o Parque ajuda a compor esse cenário de intensa movimentação. Observamos que é comum o congestionamento nessa via, tanto no sábado observado quanto nos demais dias da semana. Podemos afirmar que o fechamento da via expressa que ficava no anel interno da Lagoa

contribuiu para acentuar esse quadro, conforme corroboram os entrevistados 02 e 13. Não deixamos, contudo, de levar em conta o importante papel que a supressão da referida via teve para a ampliação do espaço destinado ao passeio público, assim como para a construção de ciclovia e pista de caminhada.

Com a aproximação das 13h00min, fim do horário comercial na cidade, as paradas de ônibus localizadas dentro do Parque são o local de maior concentração de pessoas, os espaços do Parque em si são utilizados basicamente para passagem e as calçadas do comércio local começam um processo de esvaziamento. As portas dos estabelecimentos comerciais fecham, transeuntes e ambulantes começam a dispersar-se.

O Parque da Lagoa apresenta a partir de então uma aparente calma, que, todavia, não dura muito. No decorrer da tarde observamos a chegada crescente de pessoas em busca de lazer, conforme Figura 74. Em geral são famílias, casais, turistas, praticantes de caminhada, corrida, etc.. Tal qual demonstra a Figura 75, é notória a presença intensa de crianças nesse período, diferentemente do que ocorre nos dias de semana. São crianças de todas as idades atraídas pelos diversos parquinhos e equipamentos de lazer a elas destinados, implantados com a Revitalização. Esses itens inexistiam antes do referido processo, conforme pode ser visto na Figura 76, feita no ano de 2013.

FIGURA 74: Alterações nas dinâmicas do Parque no sábado a partir do fechamento do comércio no seu entorno



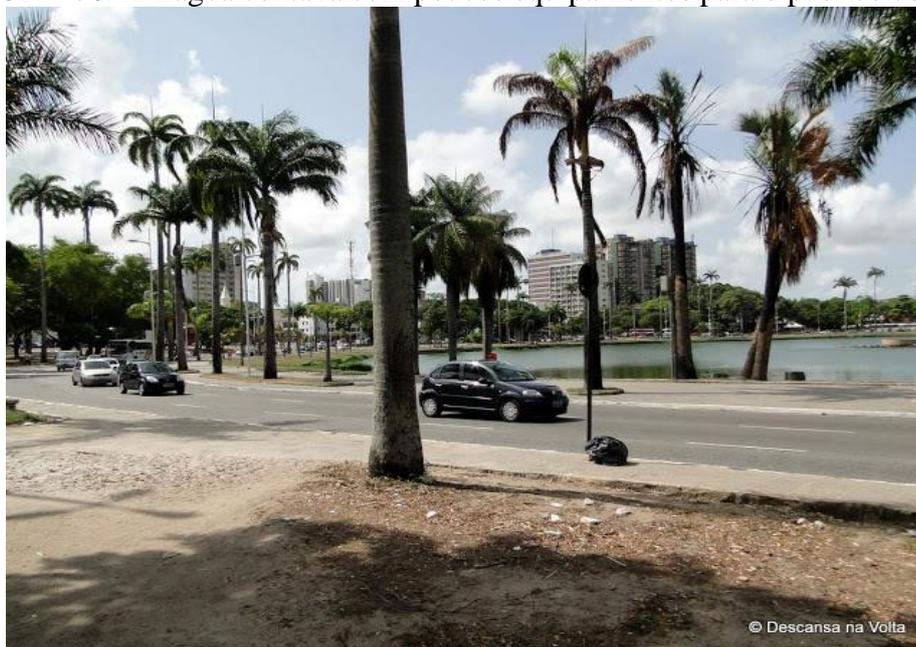
Fonte: Nayara Fernandes (2017).

FIGURA 75: Equipamento infantil no Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

FIGURA 76: A Lagoa contava com poucos equipamentos para o público usuário



Fonte: <https://www.descansanavolta.com.br>

Nas proximidades do equipamento destinado ao público infantil, registrado na Figura 75, entrevistamos um usuário (entrevistado 05) que observava seus três filhos brincando no

local. Profissional autônomo, natural de João Pessoa, o entrevistado nos ajudou a entender sobre a satisfação de voltar a frequentar o local que considerava “abandonado, violento e mal frequentado” antes das reformas empreendidas:

Antes aqui era muito ruim, quando chovia muito dava enchente aqui, não passava ônibus, não passava ninguém, agora tá muito bom, aumentou a quantidade de pessoas que vem pra cá. (...) antes as pessoas não frequentavam aqui, só passavam, passear que nem agora, ninguém passeava não, ninguém gostava daqui não. Eu mesmo não gostava, não vinha aqui não, a lagoa cheia de lixo (...), à noite era perigoso, assalto direto, as meninas não podiam andar sozinha aqui que os caba pegava, estuprava, isso aqui tudo era cheio de mato. *Tinha um banheiro ali que, com licença da palavra, era um enxame de viado, de gay e de rapariga, era assim toda noite, nem a polícia dava jeito.* Hoje a gente não vê mais isso não, agora tá bom, tem esses quiosques aqui a gente vem pra comer um lanche, não vende mais bebida, aí *não tem mais a bagunça que os bebos faziam.* (...) Isso aqui ficou bom demais, agora eu venho quase todos os dias, trago os meninos (...) *tá muito seguro, polícia e guarda por todo canto* (...) tem bombeiro também, que antigamente não tinha.” (ENTREVISTADO 05, 62 anos, autônomo).

O entrevistado 05 nos traz uma visão bastante interessante sobre as consequências da revitalização realizada. Os atores sociais característicos daquele espaço, notadamente no período noturno, não são mais vistos. Através da fala do entrevistado 05 é possível identificar quem seriam esses atores. No trecho “*Tinha um banheiro ali que, com licença da palavra, era um enxame de viado, de gay e de rapariga, era assim toda noite, nem a polícia dava jeito*” percebemos que esse entrevistado faz referência à prostituição masculina e feminina que acontecia no lugar e que tinha tamanha dimensão, a ponto de nem as forças de Segurança Pública “darem jeito”. Outro grupo identificado na fala do entrevistado 05, que não é mais visto em virtude da proibição da venda de bebida alcólicas no Parque, é o composto pelo bêbados, ou boêmios, conforme denominou Koury (2004).

No ano de 2004, esse autor realizou um importante estudo sobre as categorias de indivíduos que compunham o espaço da Lagoa. Durante o dia, este lugar era identificado pelo fluxo contínuo de transeuntes a pé ou em carro e transportes coletivos e, à noite, como um local de prostituição, de boêmios que viviam a madrugada e de dormida para moradores de rua. Assim, descreve Koury (2004, p. 07):

A Lagoa das 9hs da manhã às 20hs é um centro nervoso e agitado (...). À noite, ganha uma aparente calma. Os tipos que por lá transitam escasseiam e transmudam. Boêmios, prostitutas, michês e moradores de rua dão um novo colorido ao ambiente e um novo modo de apropriação do lugar. (...) Nos finais de semana a ocupação diurna da Lagoa se distingue. O comércio fechado faz com que os frequentadores habituais da semana fiquem em

casa ou vão se divertir em outros lugares (...). A agitação, o trânsito e os transeuntes diminuem. À noite, o comércio de prostituição masculina e feminina prossegue, a frequência de boêmios, mendigos e meninos de rua diminui um pouco.

Essa citação ilustra bem a pluralidade de atores sociais que costumava compor o cotidiano do Parque Sólon de Lucena. Em relação ao período noturno, vimos que as formas de apropriação do espaço apresentavam um contraste acentuado em relação ao dia. Prostitutas, travestis, boêmios, moradores de rua, mendigos, comerciantes e trabalhadores dos quiosques eram os personagens típicos da noite e madrugada da Lagoa.

Interessante observar que, embora essa descrição de Koury (2004) tenha sido elaborada há mais de dez anos, os atores sociais por ele especificados continuaram a integrar o espaço da Lagoa até a sua Revitalização em 2016. Essa intervenção teve como um dos focos principais a eliminação de boa parte desses sujeitos, segundo discurso do Gestor Municipal responsável pela Revitalização da Lagoa, Luciano Cartaxo:

Se antes a Lagoa era um espaço atraente para prostituição, violência e uso de drogas, hoje é um parque para a família pessoense. Quem reclama do Parque da Lagoa é quem teve a oportunidade de fazer e não teve a coragem que tivemos. Foi a nossa gestão que devolveu a Lagoa para a cidade. (JORNAL DA PARAÍBA, 20 de agosto de 2016⁵⁰)

Da fala do Prefeito transcrita acima, identificamos que a percepção da Lagoa enquanto área de prostituição, assim como cenário para outras práticas marginais – tal qual o uso de drogas – era uma realidade amplamente conhecida. Da análise desta fala, identificamos o viés visivelmente higienizador priorizado nessa intervenção. A entrevistada 11, prostituta que atuou na Lagoa antes da sua Revitalização, aponta sua compreensão sobre esse processo:

(...) Antes lá na Lagoa era melhor porque tinha os quiosques que era aberto a noite toda (...) podia vender bebida (...) então a gente sempre tinha cliente. Hoje a hora que você for tem criança, às vezes até tarde da noite (...) como é que a pessoa arruma trabalho num lugar desse? Agora temos sempre que tá rodando, às vezes lá por cima, pelo Ponto de Cem Réis⁵¹ (...). Até tentei ir pra orla um tempo, mas era ameaça, até um dia me cortaram aqui ó (aponta para a barriga) (...). Porque os clientes melhor tão lá, aí as outras não aceita gente nova assim não (...), ainda tem os travecos, né? Tudo brabo(...). (ENTREVISTADA 11, 27 anos, prostituta)

⁵⁰ Disponível em <http://eleicoes.jornaldaparaiba.com.br/cartaxo-lagoa-era-area-de-prostituicao-violencia-e-uso-de-drogas/>

⁵¹ A Praça André Vidal de Negreiros, mais conhecida como Ponto de Cem Réis, foi construída no início do século XX e até os dias atuais tem forte presença no cotidiano dos pessoenses, sendo caracterizada pelos empreendimentos comerciais e edificações antigas do seu entorno.

No trecho em destaque “(...) *Antes lá na Lagoa era melhor porque tinha os quiosques que era aberto a noite toda (...) podia vender bebida (...) então a gente sempre tinha cliente*”, evidencia uma significativa relação entre a medida consistente na proibição⁵², pela Gestão Municipal, da venda de bebida alcóolica nos limites do Parque e o seu foco na coibição da prática de prostituição nesse espaço. Essa relação denota o esforço da municipalidade na transformação da Lagoa em um ambiente “*para a família pessoense*”, não mais sendo admitidas práticas que venham a destoar dessa nova acepção que se pretende atribuir à Lagoa. E tal esforço parece ter trazido resultados, já que, da fala da entrevistada 11, identificamos que esse espaço passa a ser continuamente utilizado por crianças, mesmo “*até tarde da noite*”, o que indica a constante presença de famílias no local.

Ao questionarmos a Agente da Guarda Municipal que trabalha na Lagoa sobre a presença de prostitutas na realidade atual desse espaço, esta nos informa o seguinte:

Hoje, se existir, tá existindo de forma bastante camuflada porque a presença da Polícia Militar, da Guarda Municipal e de outros Agentes da Prefeitura a qualquer acontecimento já existe uma troca de informações e a gente vai averiguar (...). (Entrevistada 02, 28 anos, Agente da Guarda Municipal)

Assim, na intervenção que propõe “revitalizar” o Parque Sólton de Lucena, está caracterizado o referido viés higienizador. A intenção de “dar nova vida” a esse espaço acarreta o afastamento de boa parte dos sujeitos que por lá transitavam, que construíram laços com esse lugar, os quais tiveram de ser desatados forçadamente. E para garantir que esse vínculo não se reconstitua, estão a postos Polícia Militar, Guarda Municipal e outros Agentes da Prefeitura, conforme fala da entrevistada 02.

Ao ser questionada sobre a situação das prostitutas que utilizavam o Parque antes da Revitalização, a entrevistada 02 traz uma importante perspectiva, a que apreende o caráter nômade em geral atribuído a esses sujeitos. Esta constatação se dá a partir do trecho em que afirma: “Hoje você pode identificar esse tipo de atividade acontecendo no Mercado Central⁵³, nas áreas circunvizinhas (...). (No Parque), se existir, tá existindo de forma bastante camuflada (...)”.

Ao serem impedidas de atuar na Lagoa, essas prostitutas migram para outras localidades onde sua presença seja aceita, continuando, portanto, a exercerem suas atividades. E da fala acima, percebemos que oferecer condições para que desempenhem

⁵² Essa medida passa a vigorar a partir da entrega do “novo” Parque da Lagoa em 12 de junho de 2016.

⁵³ Mercado Público tradicional de João Pessoa onde é comercializada uma gama de produtos tais quais frutas, legumes, farinhas, grãos, doces, bebidas, etc..

outras funções, mais moralmente aceitas ou seguras, não parece ser uma prioridade por parte da Gestão Pública. O foco está no afastamento, do referido grupo, de um espaço em relação ao qual são propostos novos usos e significados pela Gestão Municipal.

Em relação à prostituta entrevistada, vemos que esta deixou de ter a Lagoa como referência para o exercício do que considera sua profissão e através da qual retira os recursos mínimos para sua subsistência. Essa entrevistada relata, ainda, que sua atuação no Parque antes da sua Revitalização costumava ser mais tranquila, pois ao oferecer seus serviços nos quiosques, muitas vezes aparentava ser uma simples cliente, o que acabava por deixá-la menos exposta aos inúmeros riscos inerentes a essa atividade: “Uma coisa é você tá lá numa boa, sentada com o cara pra ver o que dá pra sair dali, outra é você tá aqui parada numa esquina dessa ⁵⁴, todo mundo que passa já vê e diz logo ‘*olha lá a puta*’” (ENTREVISTADA 11, 27 anos, prostituta).

Percebemos, ainda, através do seu discurso, a tentativa de inserção na orla marítima da capital. Esse fato demonstra o elevado grau de competitividade por esse espaço no que se refere à prostituição. Fato este relacionado à equivalente competição por essa área no que diz respeito às atividades turísticas e de lazer, o que elevaria o valor do programa cobrado pelas prostitutas e a necessidade dessas profissionais exercerem suas atividades nesse lugar. Por essa razão, é notória a existência de uma demarcação de território. Ao percorrermos a orla de João Pessoa, ainda que em momentos distintos dos necessariamente relacionados à presente pesquisa e, notadamente no período noturno, é facilmente identificável a atividade de prostituição exercida na área.

Em relação ao Parque da Lagoa, de acordo com a fala do prefeito Luciano Cartaxo disposta mais acima, este lugar seria destinado hoje “à *família pessoense*”. Desse modo, não mais haveria espaço para as prostitutas, ou para os usuários de drogas. E se não há mais espaço para esses indivíduos, por que haveria para os mendigos ou para os moradores de rua que da Lagoa faziam morada?

A presença desses atores na realidade pretérita à Revitalização é reportada pelo entrevistado 01, Sargento da Polícia Militar da Paraíba que atua no Parque Sólton de Lucena. Do conteúdo do seu discurso, identificamos a diversidade de indivíduos que compunham o cotidiano desse lugar. Essa diversidade, contudo, é vista com maus olhos pelo Policial Militar em questão:

⁵⁴ A entrevistada faz referência à Avenida Padre Meira, uma das principais avenidas do Centro da cidade, localizada nas redondezas do Parque Sólton de Lucena.

Antes da revitalização aqui não era bom não, era invasão de pedintes, o pessoal não tinha essa área de lazer ampla pra caminhar, praticar esportes, descontraír, antes, não era bom não! Antes as barracas vendiam bebidas alcoólicas, então tinha muita confusão com bêbados. Frequentava aqui também gente viciada em drogas, vinham pessoas praticar roubo, até homicídio, era um lugar de prostituição e depois dessas reformas zerou. Hoje o patrulhamento da Polícia Militar junto com a Guarda Municipal é feito 24 horas em toda a extensão do Parque, paradas de ônibus, por isso esses vândalos não vêm mais ao Parque. Agora vêm pessoas de fora, turistas, tiram fotos, elogiam bastante. (...) Agora, sim, ficou um cartão postal da cidade mesmo! Não tem mais essa história de roubo não, são duas viaturas 24 horas, os bombeiros também estão presentes em tempo integral. (ENTREVISTADO 01, 48 anos, policial militar).

Do discurso do Policial Militar reportado acima, percebemos a variedade de sujeitos que utilizava o espaço da Lagoa antes da sua Revitalização. Pedintes, bêbados, viciados em drogas, praticantes de roubo, furto e até mesmo homicídio, prostitutas, integravam esse espaço. Ao conceber todos os referidos sujeitos como vândalos, o Policial Militar entrevistado enaltece a sua ausência no cotidiano atual do Parque. Para ele, o fato desses indivíduos terem sido substituídos por turistas, “pessoas de fora” é algo a ser celebrado. A seu ver, a Lagoa “agora sim ficou um cartão postal da cidade mesmo!”. E qual a garantia de que os citados “vândalos” não retornarão? Para o Militar entrevistado, a resposta a essa indagação se encontra no trecho: “Hoje o patrulhamento da Polícia Militar junto com a Guarda Municipal é feito 24 horas em toda a extensão do Parque, paradas de ônibus, por isso esses vândalos não vêm mais ao Parque”.

A naturalidade com a qual o entrevistado 01 se reporta à significativa alteração dos usuários do Parque Sólon de Lucena, destoa da dimensão do processo que a fundamenta. A referida mudança representa uma das características mais questionáveis das revitalizações urbanas na contemporaneidade: a higienização social. Este processo se materializa através do enobrecimento dos espaços, trazendo consigo o afastamento de sujeitos que contrastem com os novos usos e significados almejados pelo gentrificador.

No caso da Lagoa, as falas analisadas acima (do Prefeito, do Policial Militar entrevistado) deixam clara a intenção de alteração do perfil dos usuários do Parque e, ainda, dão a entender que esse objetivo foi alcançado. Vez que, em relação aos sujeitos que antes faziam uso desse lugar – como os pedintes e as prostitutas – não mais é dado o poder de utilizar livremente esse espaço modificado, em que pese a característica pública que o identifica. Somado ao afastamento desses sujeitos da fruição plena do Parque da Lagoa na

atualidade, não identificamos projeto ou programa focado em integrar esses sujeitos às novas dinâmicas do lugar.

Questionamos o Gestor do Parque sobre a elaboração de projeto direcionado aos referidos atores sociais, oportunidade na qual este Gestor afirma desconhecer a existência de projeto dessa natureza. É o que apreendemos da sua fala: “*Não, não tenho conhecimento. Eles (moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas) ficando longe daqui, tá de bom tamanho.*”. Esse trecho da entrevista realizada com o Gestor do Parque da Lagoa possibilita uma importante constatação. A preocupação da Gestão do Parque parece se ater em manter distantes os referidos usuários, não há um olhar para a fragilidade da situação na qual estão imersos.

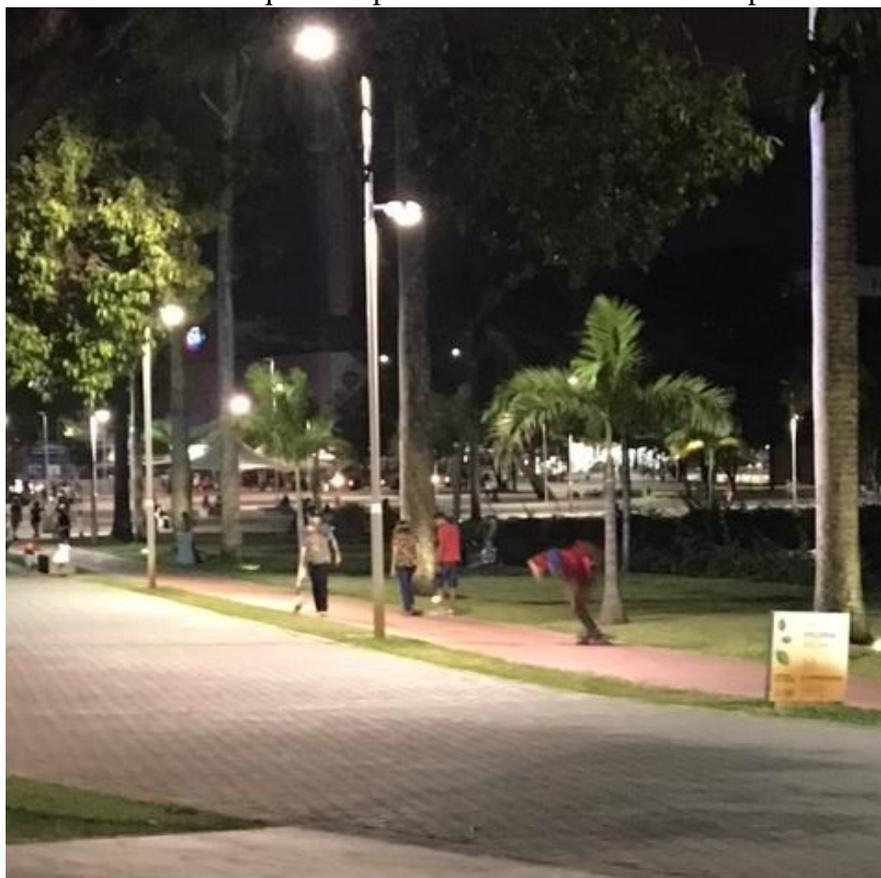
O conteúdo da fala da prostituta entrevistada, assim como do morador de rua (entrevistado 10) indica a inexistência de projeto paralelo à Revitalização a eles direcionado. Senão vejamos:

Que eu saiba não teve nada não (...). E a Senhora acha que num negócio desse tamanho (em referência à dimensão da intervenção na Lagoa), eles (a Gestão Pública) vai se preocupar com a gente? (...) *A gente tem que sair e pronto.* (ENTREVISTADO 10, 45 anos, morador de rua)

(...) Projeto da Prefeitura pra gente? Desde quando o prefeito vai se preocupar com as *putas*, mulher? (...) De vez em quando a gente vê o povo de igreja (...) querendo ajudar (...). Mas o povo do Governo? Isso não existe não (...). (ENTREVISTADA 11, 27 anos, prostituta)

Durante uma das visitas realizada ao Parque, em agosto de 2017, percebemos que até o fim do período noturno (por volta das 23h00min) havia pessoas utilizando o Parque, principalmente para a prática de atividades físicas (Figura 77). Após esse horário observamos um esvaziamento do lugar. Os antigos usuários que caracterizavam a noite da Lagoa, identificados nos parágrafos anteriores (pedintes, moradores de rua, boêmios, prostitutas, usuários de drogas), não são mais vistos. A higienização característica dos processos de revitalização empreendidos mundo afora, parecer ter atingido um de seus objetivos mais recorrentes: o afastamento daqueles que não se enquadram no perfil desejado pelos planejadores urbanos.

FIGURA 77: O Parque é amplamente utilizado durante o período noturno



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

A compreensão das mudanças e sociabilidades advindas com a Revitalização da Lagoa se dá, fundamentalmente, por intermédio das diferentes percepções construídas pelos sujeitos que se apropriam desse espaço. Tais percepções são consideradas peças chaves para viabilizar o entendimento sobre como se configuram os usos, as formas e os significados desse processo para a cidade de João Pessoa, na medida em que, dispõem sobre elementos simbólicos e materiais componentes da realidade do Parque da Lagoa hoje, assim como relativos aos períodos anteriores a sua Revitalização.

Na seção seguinte, intitulada “Do abandono à Revitalização: a quem se destina o Parque” buscaremos realizar, de modo mais detido, um olhar sobre os atores sociais relacionados ao Parque Sólon de Lucena e ao seu processo de integração às novas dinâmicas do Parque. Ainda, procuraremos compreender em que medida alguns desses atores se viram à margem desse importante processo.

6.2 DO ABANDONO À REVITALIZAÇÃO: A QUEM SE DESTINA O PARQUE

Os múltiplos olhares direcionados à Lagoa em épocas distintas, das relativamente mais remotas às imediatamente anteriores à Revitalização ora estudada, conferem a esta autora maior facilidade na observação das modificações ocorridas, tanto no que se refere ao espaço revitalizado quanto aos atores que o qualificam. Da nossa infância à vida adulta, a Lagoa esteve continuamente presente. Essa presença, contudo, apresenta diferentes formas e significados a depender do período considerado. De lugar querido a um lugar constituído de conotações negativas, notadamente em razão das precárias condições sanitárias do seu espelho d'água, do seu transbordamento constante em períodos chuvosos. De um espaço ao qual, quando criança, destinávamo-nos com nossa família, quando da festa de aniversário da cidade, a um espaço que, nos últimos anos, deveria ser evitado por ter se tornado perigoso.

De modo que, já de início podemos afirmar que as mudanças saltam aos olhos. As estruturas físicas em pouco lembram as pretéritas. Percebemos que, com exceção da lagoa central e do monumento “A Pedra do Reino” boa parte do que existia antes foi modificado ou substituído, dos bancos aos quiosques típicos desse espaço (Figura 78). Todavia, mais importante que as alterações nas estruturas do Parque, são as mudanças referentes às suas distintas formas de usos.

FIGURA 78: Parque Sólon de Lucena no ano de 2012



Fonte: <https://www.guiadasemana.com.br>

FIGURA 79: Parque Sólon de Lucena em 2016



Fonte: <http://www.turismoemfoco.com.br>

No início da manhã, os usuários do Parque da Lagoa são basicamente praticantes de atividades físicas (principalmente caminhada, corrida e ciclismo) e passantes com destino ao trabalho, escola, comércio, às paradas de ônibus das proximidades, etc., conforme Figuras 80 e 81. Esses últimos são vistos durante todo o dia e, em menor intensidade, no período noturno. De modo que, o caminhar pela Lagoa após a intervenção em estudo, nos mais diferentes horários, nos coloca diante de um cenário bastante diferente do descrito na seção anterior. Nela vimos que ambulantes, prostitutas, moradores de rua eram sujeitos característicos do lugar. O ambiente tornou-se “familiar”, conforme nos coloca o entrevistado 06:

Aqui agora a gente pode vir tranquilo, não tem mais aquela bagunça de antes (...). Final de semana além de esquisito, só se via bêbados por esses quiosques, agora não pode mais vender bebida alcoólica, mudou. (...) Hoje venho e trago minha esposa, meus dois filhos, porque agora aqui virou um lugar de família. (ENTREVISTADO 06, 38 anos, auxiliar administrativo)

No trecho em destaque “não tem mais aquela bagunça de antes”, percebemos que o entrevistado 06 faz referência aos ambulantes, moradores de rua, pedintes e prostitutas que utilizavam a Lagoa antes da Revitalização. Essa constatação está subsidiada no fato de que a referida frase é dita logo após fazermos menção a esses sujeitos, de modo a compreender como sua ausência, na realidade atual do Parque, é percebida pelos demais usuários.

FIGURA 80: Praticantes de atividades físicas caracterizam a manhã do Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

FIGURA 81: Estudantes de passagem no Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

Do somatório das nossas observações, entrevistas e análises realizadas identificamos, contudo que, não é que essas pessoas simplesmente deixaram de existir ou praticar suas atividades em razão do espaço “novo” não mais as comportarem. A característica nômade que em geral os identifica, acarretou no seu direcionamento a outros lugares.

Identificamos que tais atores – ambulantes, pedintes, prostitutas, moradores de rua – em boa medida passaram a utilizar as áreas circunvizinhas do Parque revitalizado ou

continuaram a utilizá-lo, contudo, de forma menos permanente e em número visivelmente menor que a realidade pretérita à Revitalização empreendida. Nesse último caso, durante a realização da nossa pesquisa, a região do Parque no qual boa parte desses atores sociais pôde ser vista foi na sua porção sul, conforme estudado na seção anterior⁵⁵.

Há mais de vinte anos trabalhando na Lagoa juntamente com seu esposo, nossa entrevistada 04 possui um fiteiro⁵⁶ situado próximo às paradas de ônibus na referida área, alvo constante de remoções coercitivas, a comerciante fala um pouco de como foi para ela esse processo de revitalização empreendido no espaço estudado:

Antes dessa reforma a gente trabalhava aqui sem problema, depois disso complicou a vida da gente. A gente não tem sossego, tá aqui a prefeitura vem e tira, já aconteceu umas três vezes, são os bombados⁵⁷ que vêm tirar a gente, tem uns que chega legal, tem uns que chega com ignorância. Tem lugar aí que eles levaram a mercadoria, fizeram bagunça, até agora aqui graças a Deus não (...). (ENTREVISTADA 04, 54 anos, comerciante informal).

O discurso da entrevistada 04 ilustra de modo bastante significativo, a diversidade de atores relacionados à Lagoa e as suas tentativas, em geral malsucedidas, de inserção nesse espaço revitalizado. Essa entrevistada afirma que, há mais de vinte anos atuando no Parque Sólton de Lucena, a situação de instabilidade relacionada ao exercício de suas atividades, teria se intensificado com a Revitalização desse Parque. As abordagens pelos agentes de controle urbano⁵⁸ da Prefeitura Municipal, a quem chama de *bombados*, se tornaram mais constantes.

A entrevistada 04 relata situações onde conhecidos seus, em condição semelhante, tiveram suas mercadorias levadas de forma pouco pacífica, o que podemos inferir do trecho “*fizeram bagunça*”. Essa entrevistada se mostra aliviada pelo fato de não ter sido alvo de uma abordagem mais truculenta, como a por ela relatada. Identificamos, contudo, que alguns ambulantes não tiveram a mesma sorte, conforme episódios veiculados em diversos sites de notícias, em datas distintas. As Figuras 82 a 86 trazem alguns desses registros:

⁵⁵ Seção 6.1 intitulada “Um novo olhar sobre a Lagoa”.

⁵⁶ Termo usualmente utilizado na Paraíba para fazer referência a bancas ou barracas onde são vendidos itens variados, como doces, bebidas, cigarros, etc.

⁵⁷ Expressão popularmente utilizada para fazer alusão aos agentes de controle urbano da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

⁵⁸ . Entre os ambulantes, esses agentes de controle urbano são conhecidos por “bombados” e acabaram assim designados em razão do modo pouco amistoso com que costumavam realizar a retirada de ambulantes instalados em locais não permitidos pelo poder público municipal.

FIGURA 82: Notícia de 21 de setembro de 2017 aborda confronto entre Ambulantes e Gestão Municipal



Fonte: <http://g1.globo.com/pb>

FIGURA 83: O conflito ocorrido em 21 de setembro de 2017 parou o trânsito nos arredores do Parque Sólton de Lucena



Fonte: <http://g1.globo.com/pb>

FIGURA 84: Lixeiras queimadas no conflito de 21 de setembro de 2017



Fonte: <http://g1.globo.com/pb>

FIGURA 85: Em 13 de dezembro de 2017 os ambulantes da Lagoa voltam a protestar

NOTÍCIAS POLÍTICA PARAÍBA DIVERSÃO CONCURSOS E EMPREGOS ESPORTES COPA DO NORDESTE BLOGS TV TAMBÁU

PARAÍBA

Vendedores ambulantes protestam no centro de João Pessoa

A Sedurb informou que não houve confronto e nem apreensão de mercadoria nos locais.

Por Redação Portal T5
13/12/2017 12h49



No início da tarde desta quarta-feira (13), **vendedores ambulantes** voltaram a se reunir em **protesto** no centro de João Pessoa para reclamar da **Secretaria de Desenvolvimento e controle Urbano (Sedurb)**. A ação aconteceu no **cruzamento** das vias Parque Sólón de Lucena e Miguel Couto, no centro da capital.

Leia mais: **Mãe morre e criança fica ferida ao cair de caminhão em movimento, na PB**

Os **trabalhadores** informais reclamaram de atitudes repressivas dos agentes da Sedurb, que são responsáveis por controlar o fluxo na região.

Saiba também: **Empresária desaparece com cerca de R\$ 1 milhão e universitários podem ficar sem formatura**

De acordo com a assessoria da **Sedurb**, os ambulantes foram avisados **antecipadamente** de que nesta quarta-feira a secretaria realizaria ações de fiscalização em alguns pontos da cidade, incluindo o Ponto de Cem Réis e o Parque da Lagoa. A Sedurb **informou** que não houve confronto e nem apreensão de mercadoria nos locais.

Ativar o Windows

Fonte: <https://www.portalt5.com.br>

FIGURA 86: Último conflito envolvendo os ambulantes da Lagoa ocorreu em 10 de janeiro de 2018



Fonte: [http:// http://correiodaparaiba.com.br](http://http://correiodaparaiba.com.br)

Nosso entrevistado 20, ambulante que atua em frente aos estabelecimentos comerciais do entorno da Lagoa, afirma ter participado do último confronto envolvendo os comerciantes informais desse espaço, registrado na Figura 86. Segundo ele, o embate teria iniciado após a apreensão das mercadorias de um desses comerciantes informais pelos Agentes de Controle Urbano (vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedurb). Essa ação motivou a mobilização dos demais ambulantes em situação semelhante. O referido entrevistado inicia seu relato mencionando a Revitalização realizada no Parque – a que se refere como ‘reforma’ – e de como se sentiu fora desse processo.

Informaram que ia ter a reforma e que não ia poder ficar camelô aí sem ter outro local pra colocar a gente, entendeu? Só fez tirar e pronto. E até hoje ‘tamos’ assim. (...) Toda vez eles⁵⁹ ficam tentando tirar a gente, aí a gente faz protesto aí eles cedem, mas depois ficam querendo tirar de novo e ficamos assim (...). Com certeza que esses protestos ‘surte’ efeito, esse último mesmo⁶⁰ repercutiu em todo canto, na televisão (...). Começou quando eles ‘tomou’ (a mercadoria) de um (ambulante) que vende ali (aponta para esquina próxima), aí a gente se reuniu, aí eles queriam tirar a (mercadoria) de todo mundo, aí a gente fez o protesto (...). Depois disso, a gente teve uma reunião com o Secretário⁶¹, aí a gente vai continuar aqui e

⁵⁹ Agentes da Sedurb.

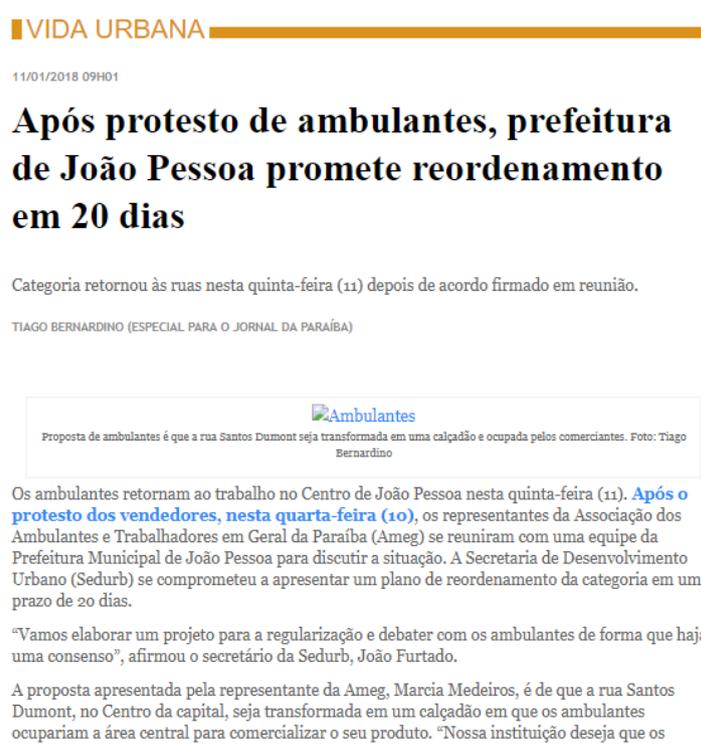
⁶⁰ Protesto de 10 de janeiro de 2018.

⁶¹ Segundo o ambulante entrevistado, esse acordo teria ocorrido entre os demais ambulantes que ocupam as calçadas do entorno do Parque Sólon de Lucena, a presidente da AMEG e o Secretário de Desenvolvimento

vai padronizar aqui, vai ficar melhor, aí estamos esperando pra ver, né?
(ENTREVISTADO 20, 37 anos, ambulante)

O acordo, referenciado pelo entrevistado 20, ocorreu no dia 08 de maio de 2018. Foi realizado entre o Secretário da Sedurb, a Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba (AMEG) e os ambulantes atuantes no entorno do Parque Sólton de Lucena. Conforme noticiado pelo Jornal da Paraíba⁶², na sua versão digital (Figura 87), contudo, identificamos uma tentativa anterior de ajuste entre os mesmos atores referidos acima e relacionada a demandas semelhantes, realizada no dia 11 de janeiro de 2018. Fato este que denota a complexidade da questão que, pelo que vemos, até hoje aguarda uma solução mais efetiva.

FIGURA 87: Matéria sobre acordo entre Gestão Municipal e ambulantes



Fonte: <http://www.jornaldaparaiba.com.br>

Entrevistamos o Gestor de Manutenção e Zeladoria⁶³ do Parque Sólton de Lucena, oportunidade na qual esse entrevistado afirma que, em relação ao ‘novo’ Parque da Lagoa “a

Urbano, João Furtado. Nesta reunião teria ocorrido uma promessa por parte da Gestão, de padronização das barracas desses vendedores e manutenção no mesmo local em que realizam suas atividades.

⁶² Jornal de âmbito estadual amplamente conhecido pelos paraibanos.

⁶³ Esse entrevistado é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb). É o responsável pela manutenção do Parque e pelo disciplinamento dos seus usos, através dos seus diversos Agentes – agentes de

aceitação é de cem por cento da população ao visitá-lo”. Os conflitos registrados nas notícias reportadas acima, em datas diversas – setembro de 2017, dezembro de 2017, janeiro de 2018 – demonstram, contudo, que a concepção da Revitalização da Lagoa enquanto algo que só trouxe benefícios está longe de ser uma unanimidade. Do trecho “*Informaram que ia ter a reforma e que não ia poder ficar camelô aí sem ter outro local pra colocar a gente, entendeu? Só fez tirar e pronto.*”, identificamos que o grupo formado pelos ambulantes não se viu integrado à concepção do ‘novo’ Parque.

A reconfiguração dos usos da Lagoa, a partir da sua Revitalização, não comportaria, segundo a fala em destaque, os ambulantes que atuavam no espaço antes dessa intervenção. Processo semelhante, também levado a efeito pela municipalidade, foi a Revitalização do Ponto de Cem Réis⁶⁴, realizada no ano de 2009⁶⁵, onde os ambulantes que tradicionalmente realizavam suas atividades nesse espaço, foram afastados do lugar, conforme estudo realizado por Cantalice (2012).

O entrevistado 20 demonstra sua crença na força que os protestos dos quais participou têm. Ele menciona a repercussão gerada na mídia, uma das razões que teria viabilizado o agendamento da reunião com a Sedurb, ocorrida em 08 de maio de 2018. Esse entrevistado afirma que nessa reunião teria ficado acordado a padronização das barracas e sua manutenção nas calçadas onde se encontram. Tal afirmação está no trecho “*a gente teve uma reunião com o Secretário, aí a gente vai continuar aqui e vai padronizar aqui, vai ficar melhor, aí estamos esperando pra ver, né?*”.

De modo semelhante, o entrevistado 21, também ambulante atuante no entorno da Lagoa, explicita acreditar na referida padronização e conservação do seu ponto de comércio no local onde está estabelecido. Senão vejamos a sua fala:

(...) Nesse acordo⁶⁶ ficou certo que a gente ia poder continuar aqui até arrumarem um lugar fixo pra gente ficar (...). Ficou decidido que iam arrumar tudo isso aqui direitinho, que iam padronizar as barracas, que não

manutenção, de limpeza, de cidadania (assim denominados os que atuam na segurança do Parque, complementando a atuação da Guarda Municipal e da Polícia Militar).

⁶⁴ Denominação popular da Praça André Vidal de Negreiros. Esse espaço foi construído no início do século XX e até os dias atuais tem forte presença no cotidiano dos pessoenses, é identificado pelos empreendimentos comerciais e edificações antigas do seu entorno.

⁶⁵ A retirada dos ambulantes do Ponto de Cem Réis se deu de maneira coercitiva e muitas vezes truculenta. Foi executada pelos “bombados”, agentes da SEDURB (Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano), órgão da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que tem entre suas atribuições controlar as ocupações irregulares no âmbito da cidade. A retirada atingiu a maior parte daqueles que tinham estruturas montadas permanentemente para realizar suas atividades comerciais, já que a determinação era de desocupar o local totalmente. Poucos foram os que conseguiram deixar o lugar sem algum tipo de perda material (CANTALICE, 2012).

⁶⁶ Em referência ao acordo de 08 de maio de 2018.

ia mais poder ficar nessa lateral aqui (diretamente em frente das vitrines das lojas), só na lateral oposta (próxima ao meio fio das calçadas). (...) E é um negócio que não vai demorar muito não (...), em quinze dias, um mês isso (a padronização das barracas) tá resolvido. (ENTREVISTADO 21, 52 anos, ambulante)

Assim, em que pesem os conflitos registrados, dois dos ambulantes entrevistados – entrevistado 20 e entrevistado 21 – demonstram acreditar que, a partir do que foi discutido na referida reunião corrida em maio de 2018, a instabilidade no exercício de suas atividades está perto de acabar. Diante da data recente em que ocorreu esse evento, entendemos que muitos desdobramentos ainda estão por vir. De modo que, serão necessários novos olhares, como forma de compreender em que medida o que foi discutido entre Gestão Municipal e comerciantes informais, saiu do plano do discurso e chegou a materializar-se.

Na entrevista realizada com o Gestor de Zeladoria do Parque da Lagoa, questionamos a respeito da situação dos ambulantes, discutida acima, oportunidade na qual ele revela que sua competência está vinculada ao Parque em si, e que as demais áreas, inclusive as que caracterizam o seu entorno, estariam a cargo da Sedurb, através dos seus Agentes de controle urbano. Esse entendimento é apreendido da sua fala:

(...) Eu respondo pelo o que ocorre dentro do Parque, o que acontece nesses canteiros (em referência aos ambulantes que atuam nas paradas de ônibus da parte sul do Parque), assim como mais pra cima, perto das demais paradas de ônibus (parte norte do Parque), já na frente dos comércios, fora do Parque, quem responde é a Sedurb. (Gestor de Zeladoria do Parque da Lagoa)

Sobre a presença de ambulantes dentro do Parque, ou seja, nos limites de sua competência, este entrevistado afirma a necessidade de se atuar com rigor. Nesse sentido, aduz:

(...) Nós aceitamos o direito de ir e vir aqui no Parque (...). Não aceitamos a permanência de comércio no Parque sem o devido autorizo, a gente tem rigor nisso (...). O rigor que eu falo é a vigilância ininterrupta (...). A gente não aceita a venda (do ambulante nos limites do Parque), *passar ele pode, é o direito de ir e vir dele, a gente acompanha ele a passar e até convida ele a se retirar do Parque.* (Gestor de Zeladoria do Parque da Lagoa)

O Gestor do Parque inicia sua fala enaltecendo o direito de ir e vir, que não deixaria de abarcar os ambulantes. Em relação a esses atores sociais, contudo, tal direito se aplicaria de modo diferenciado, a sua presença no Parque se daria sob “vigilância ininterrupta”. Percebemos, a partir da fala do referido Gestor, que para a aceitação dessa presença, ela não poderia estar caracterizada como uso do Parque, na medida em que tão somente sua

travessia seria tolerada. Do trecho “*passar ele pode, é o direito de ir e vir dele, a gente acompanha ele a passar e até convida ele a se retirar do Parque*” entendemos que, para a Gestão, no que se refere aos ambulantes, sua ausência nos espaços da Lagoa – assim como a ausência de prostitutas, moradores de rua, pedintes que outrora fizeram amplo uso do Parque – se configuraria enquanto situação ideal. Essa é a percepção que temos após questionarmos o Gestor do Parque sobre como a municipalidade encara hoje, a presença desses sujeitos no Parque revitalizado. Oportunidade na qual esse entrevistado afirma:

(...) Quando estão agrupados, são abordados, são fiscalizados, são vigiados. São vigiados mesmo, a gente fica presente e isso tem causado a retirada desse pessoal que não é (pausa)... Aqui é pra família, não é mais pra usuário de drogas, pra praticar prostituição, etc. (...). (Gestor de Zeladoria do Parque da Lagoa)

A vigilância constante realizada sobre os referidos atores sociais – moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas – teria desencadeado o afastamento desses sujeitos do uso do Parque, que agora seria destinado fundamentalmente à família. Essa vigilância é realizada diariamente por 16 (dezesesseis) Agentes de Cidadania. Senão vejamos:

A Gestão criou o Agente de Cidadania, que nada mais é do que um parceiro da população, garantindo os seus direitos mais prementes, que é o direito de ir e vir e a ordem (...). Os Agentes atuam de 06:00hs da manhã às 22:00hs, das 22:00hs às 06:00hs a segurança do Parque é feita pela Guarda Municipal e Polícia Militar, eles (Guarda Municipal e Polícia Militar) atuam 24hs no Parque. (Gestor de Zeladoria do Parque da Lagoa)

Os designados “Agentes de Cidadania” atuam na segurança do Parque, desempenham suas funções de forma complementar à atuação da Guarda Municipal e da Polícia Militar. Esses, por sua vez, operam em um regime de 24hs. No caso da Guarda Municipal, ouvimos o Inspetor Pessoa, responsável pelos Agentes desse órgão no Parque. Pessoa nos informou que o seu quantitativo é de 10 (dez) Agentes atuando diariamente nesse espaço. No que se refere à Polícia Militar, o Sargento Ailton, lotado no Posto fixo desse órgão no Parque, nos informou que 02 (dois) policiais fazem a segurança do lugar, contando com três viaturas que fazem rondas constantes na Lagoa assim como nos seus arredores. De acordo com o Gestor do Parque, este espaço conta, ainda, com 02 (dois) Bombeiros Civis, que atuam diariamente no local.

Percebemos que a quantidade significativa de Agentes de Segurança Pública em atuação no Parque da Lagoa, especificada acima, tem inibido a presença desses usuários que não se enquadrariam na concepção de “família”, colocada pela Gestão Municipal. Se de acordo com o Gestor entrevistado, a simples presença dos referidos Agentes afastaria

moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas do uso do Parque, para a entrevistada 04, contudo, a abordagem desses usuários – notadamente dos moradores de rua – ocorreria de forma mais incisiva. Senão vejamos:

(...) É verdade que antes da reforma a Lagoa era uma bagunça, era gente drogada, gente dormindo ao relento, todo tipo de gente né, isso até agora a gente não viu mais. Às vezes tem uns que chega, arruma um cantinho e deita, mas pouco mais chega os guardas e mandam “vazar”. (...) Tem a Guarda Municipal o tempo todo, eles não tão deixando, né? (...) a segurança melhorou muito. (ENTREVISTADA 04, 54 anos, ambulante).

A referida atuação incisiva é depreendida do trecho “às vezes tem uns que chega, arruma um cantinho e deita, mas pouco mais chega os guardas e mandam “vazar”. A entrevistada 04 é ambulante e exerce suas atividades na parte sul do Parque, área estudada em linhas anteriores, onde identificamos uma concentração dos usuários em estudo. Interessante observar que, mesmo estando entre os usuários cuja presença no Parque não é mais aceita pela Gestão Pública, essa entrevistada faz referência à utilização que era feita desse espaço, por moradores de rua e drogaditos, como *bagunça*. E parece satisfeita com as ações da Gestão Municipal visando inibir o uso do Parque por tais usuários, já que, após fazer referência à ausência da *bagunça* de antes, que seria por eles gerada, a entrevistada 04 conclui que “a segurança melhorou muito”.

Indagamos o Gestor do Parque da Lagoa sobre a existência de algum projeto social destinado a esses indivíduos. Como resposta, esse entrevistado alega: “*Não. não tenho conhecimento. Eles (moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas) ficando longe daqui, tá de bom tamanho.*”. Essa afirmação sinaliza para os preceitos que fundamentam a intervenção no Parque Sólton de Lucena, e que, em geral, estão presentes nas experiências de revitalização urbana, onde são feitas alterações nos aspectos estéticos do espaço revitalizado e grupos considerados marginais e sujos são afastados com a finalidade de criar uma imagem de lugar público limpo e seguro. A entrevistada 02, agente da Guarda Municipal, corrobora o que foi dito pelo supracitado Gestor:

Hoje as pessoas se sentem seguras para fazer atividades físicas desde manhã cedo. (...) se hoje ocorre prostituição é de maneira muito camuflada (...) a polícia junto com a Guarda está presente o tempo todo, e no caso de informações a respeito disso ou outro tipo de ocorrência sempre vamos averiguar. (...) Não é que não haja mais furto ou roubo, na verdade o local onde essas práticas acontecem é que mudou (...) nas adjacências ainda ocorrem, mas dentro, dentro do Parque mesmo não há ocorrências desse tipo. Eventualmente ainda pegamos pessoas utilizando substâncias análogas a drogas, mas todo o procedimento é feito da forma correta, as

encaminhamos à delegacia. (ENTREVISTADA 02, 28 anos, Agente da Guarda Municipal).

Em relação aos destinos dos referidos atores sociais que deixaram de fazer uso dos espaços da Lagoa, identificamos que, na busca incessante por uma construção de estratégia de sobrevivência ou resistência a esse processo, três áreas circunvizinhas ao Parque Sólton de Lucena foram selecionadas: O Mercado Central, as calçadas em frente ao comércio logo após os limites desse Parque e a Avenida Padre Meira⁶⁷. Os referidos espaços foram registrados nas Figuras 88, 89 e 90, respectivamente.

FIGURA 88: Mercado Central



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

FIGURA 89: Ambulantes se instalam em frente ao comércio formal do entorno do Parque



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

⁶⁷ Uma das principais avenidas do Centro da cidade de João Pessoa, localizada no entorno do Parque Sólton de Lucena.

FIGURA 90: Avenida Padre Meira vista do Parque da Lagoa



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

A definição do Mercado Central enquanto área alternativa que passa a ser ocupada pelos referidos atores sociais “menos quistos” é apoiada pelo discurso de um ambulante, um morador de rua e uma pedinte, ouvidos nessas localidades. Nosso entrevistado 08, comerciante informal de doces, pipocas, cigarros entre outros produtos, nos informa o que segue:

Trabalhei quase quinze anos na Lagoa, quase nunca tive problema por lá (...). O faturamento era bom, muita gente passando todo o tempo, (...) tinha meu fiteiro. Só que depois dessa reforma não aceitaram mais a gente lá, aí hoje tô por aqui (Mercado Central), porque pra ter minhas coisas levadas, achei melhor sair. (...) Só que aqui ganho menos né, e não tem como vender no meu fiteirinho. (ENTREVISTADO 08, 43 anos, ambulante)

O entrevistado 08, assim como nosso entrevistado 20, é ambulante com um longo período de atuação no Parque Sólón de Lucena antes da sua Revitalização. Há, contudo, uma importante característica que os diferencia: a resistência às consequências desse processo. Vimos a convicção, por parte do entrevistado 20, da força dos protestos que tem participado, que seriam as principais razões para sua manutenção no entorno do Parque, ainda que a contragosto da Gestão Municipal.

O entrevistado 08, no trecho “*porque pra ter minhas coisas levadas, achei melhor sair*”, faz menção à possibilidade de apreensão das suas mercadorias pelos Agentes de Controle Urbano da Sedurb, que teria justificado sua migração para outra área onde esse risco seria reduzido. O entrevistado 20 também faz referência a esse tipo de ação, todavia, em que pese a possibilidade de perda material, demonstra sua opção em permanecer no Parque:

(...) Porque toda vez eles⁶⁸ *ficam tentando tirar a gente, aí a gente faz protesto aí eles cedem, mas depois ficam querendo tirar de novo e ficamos assim* (...). Começou quando eles ‘tomou’ (a mercadoria) de um (ambulante) que vende ali (aponta para esquina próxima), aí a gente se reuniu, aí eles queriam tirar a (mercadoria) de todo mundo, aí a gente fez o protesto. (ENTREVISTADO 20, 37 anos, ambulante)

Assim, em relação aos dois entrevistados em destaque, relacionados a um mesmo grupo característico do espaço da Lagoa antes e após sua intervenção – formado pelos ambulantes – visualizamos duas perspectivas distintas. Em uma, há a opção de permanecer e resistir, ainda que em meio a constantes conflitos e envolvimento em risco de confisco de mercadorias e perda material. Em outra, a escolha por evitar tais situações e retirar-se, mesmo que isso tenha acarretado uma diminuição de faturamento.

A percepção do entrevistado 08 reporta uma situação crítica em razão da qual este se viu compelido a se desfazer do seu fiteiro, por não haver local propício nas redondezas do Mercado Central para comportá-lo sem maiores problemas, acarretando, desse modo, a diminuição do seu faturamento. O ambulante passou a fazer suas vendas em um tabuleiro, de modo que a variedade dos produtos vendidos também foi afetada. Ainda, na tentativa de compensar a perda da renda familiar ocorrida, o comerciante informal passou a recrutar seu filho de 16 anos para auxiliá-lo nas vendas, sendo estas, assim, realizadas em dois tabuleiros. Este entrevistado nos informa, ainda, que o filho o auxilia fora do horário escolar, mas ao questionarmos o adolescente a esse respeito, sentimos certa imprecisão na resposta⁶⁹.

Desse modo, conseguimos entender a dimensão dos impactos da Revitalização do Parque Sólón de Lucena, que diretamente acarreta o afastamento daqueles que poderiam torná-lo não atrativo, indiretamente, reduzem as possibilidades de um adolescente de origem humilde, de sobrepor as restrições materiais a que está sujeito.

Sabemos que, em que pese a presença dos ambulantes conferir uma multiplicidade mais latente ao centro de João Pessoa, essa presença está também vinculada a condições precárias para o desempenho de suas atividades, com pouca ou nenhuma proteção trabalhista assim como da sua integridade física. Deve-se, contudo, ressaltar a dimensão dos impactos da intervenção realizada, não apenas para os atores diretamente atingidos, mas para quem

⁶⁸ Agentes da Sedurb.

⁶⁹ Todavia, este não quis realizar entrevista conosco, oportunidade através da qual poderíamos aprofundar nossos questionamentos de modo a identificar, por exemplo, se o mesmo foi obrigado a abandonar os bancos escolares para ajudar no sustento da família, embora as circunstâncias da entrevista realizada nos levem a acreditar que foi provavelmente isso o que ocorreu.

com eles tem alguma espécie de vínculo, tais quais seus familiares, que deles dependem materialmente.

Durante a realização da nossa pesquisa, ainda nas redondezas do Mercado Central, fomos abordados por uma pedinte. Nessa oportunidade, procuramos estabelecer um diálogo com ela e descobrimos que ela já desempenhou essa atividade relacionada à mendicância no Parque Sólon de Lucena, antes da sua Revitalização, concluída em junho de 2016. Essa mulher de 34 anos (com aparência de mais de 40 anos) nos contou que há cerca de oito anos veio do interior do estado para trabalhar como empregada doméstica, contudo, a falta de experiência, segundo ela, acabou por desencadear na sua demissão em apenas dois meses de trabalho. O seu baixo nível de escolaridade (cursou somente até a 4ª série do ensino fundamental), contudo, teria dificultado sua admissão em outro emprego, de modo que, em pouco tempo, passou a pedir esmolas, inicialmente na orla marítima, depois no centro da cidade, principalmente na Lagoa. Ali, conta ela, as pessoas eram menos “bestas”, e ela sentia-se menos desconfortável para pedir ajuda material de qualquer espécie, principalmente alimentos e dinheiro. Essa pedinte, nossa entrevistada 09, nos relata como acabou na situação em que se encontra:

Já faz quase cinco anos que tô nessa situação (...) dá vergonha, mas fazer o quê? Não tenho ninguém por mim (...). Eu moro aqui na casa da minha tia no Porto do Capim⁷⁰, mas tem vez que durmo pela rua mesmo (...), lá já é muita gente que mora (...). *Antes eu ficava pela Lagoa, agora os polícia fica tudo de olho.* (ENTREVISTADA 09, 34 anos, pedinte)

A entrevistada 09 se insere entre os “indesejáveis” que poderia macular a beleza do Parque Sólon de Lucena revitalizado, de modo que, por iniciativa própria, deixa de utilizar esse espaço, como que não mais se sentindo pertencente a ele. A sua ausência, assim como a dos ambulantes ouvidos, afeta a multiplicidade caracterizadora da Lagoa por décadas seguidas. Muito embora, saibamos que a situação de insegurança social a que estavam submetidos estava longe de ser a ideal. Da entrevista com o Gestor do Parque, contudo, constatamos a ausência de um projeto para integrá-los ao novo ambiente da Lagoa, fato este que deve ser evidenciado.

Identificamos a presença ostensiva de agentes de Segurança Pública (Polícia Militar, Agentes da Guarda Municipal, Bombeiros Militares) inseridos no contexto atual da Lagoa, cujo quantitativo foi discutido em linhas anteriores. São agentes responsáveis por manter a “ordem” do lugar. E parece que para manter essa aparente ordem, esses atores ouvidos –

⁷⁰ Comunidade pobre de João Pessoa, local com condições físicas e sanitárias bastante críticas, assim como índice de violência acentuado.

ambulantes, pedinte, prostituta – não são mais admitidos. Nesse sentido, Pesavento (2008) discorre:

(...) mais um risco se apresenta em nossa realidade contemporânea: o da homogeneização e pasteurização, como a que ocorre no centro das cidades europeias, onde todas as cidades se parecem após as intervenções restauradoras (...). na América Latina, sobretudo, os excluídos da ordem estabelecida, que haviam sido varridos dos centros urbanos para as periferias no passado, retomam tais espaços centrais. Trazem, portanto, para tais lugares, todos os problemas que afetam os desfavorecidos da urbe. O centro e deles também? Têm eles, pois, direito a esta memória? São eles também habitantes da mesma cidade...”. (PESAVENTO, 2008, p. 11)

Em uma das visitas⁷¹ realizadas ao Mercado Central, pudemos visualizar, ao aproximar-se o fim do horário comercial (18h00min), um grupo de moradores de rua que surge e começa a acomodar-se em frente a alguns estabelecimentos comerciais já fechados. Ao nos aproximarmos, percebemos que se trata de três homens e duas mulheres. Procuramos ser cautelosos na nossa abordagem. A maioria do grupo esquiva-se ao perceber nossa tentativa de estabelecer contato. Um dos homens do grupo, que parece ser o mais velho entre eles, é o que menos incomoda-se com a nossa presença. A partir de então, iniciamos um diálogo. Procuramos fazê-lo compreender do que se trata nossa pesquisa, mas o morador de rua em questão, nosso entrevistado 10, por um curto período de tempo parece acreditar que nossa abordagem está relacionada a alguma intervenção ou projeto com o objetivo de tirá-los dessa situação de rua. No decorrer da conversa, todavia, ele entende que não é esse o nosso papel e a conversa passa a fluir mais naturalmente.

O morador de rua ouvido nos relata brevemente como chegou a situação de rua na qual se encontra atualmente. Ele aponta como sendo um dos principais fatores responsáveis por tal situação, o vício em bebida alcoólica. Fator este que teria sido desencadeante da sua perda de emprego, da separação da mulher e que por fim, o teria deixado desabrigado. Relata, ainda, que eventualmente atua como guardador de carros ou realiza “qualquer outro serviço que apareça”. Procuramos identificar alguma espécie de vínculo entre nosso entrevistado em questão e o Parque Sólon de Lucena, oportunidade na qual o mesmo relata:

Depois da reforma que ficou muito bonito, ficou (...). *Antes a gente passava o dia por lá, tinha muito carro pra guardar (...) e quase não tinha problema, o povo nem percebia a gente (...).* Agora tem muito guarda o dia todo, não tem como. (ENTREVISTADO 10, 45 anos, morador de rua)

⁷¹ Foram três visitas no total, uma no período da manhã e duas no período da tarde. A última visita ao local se estendeu até às 19h30minhs aproximadamente. Ocorreram entre setembro e dezembro de 2017.

Percebemos na fala do entrevistado 10, a percepção de ter sido expulso da Lagoa após a sua Revitalização. Embora já de início ele nos reporte a beleza do lugar após a intervenção realizada, seu relato indica sua convicção de não integrar essa nova realidade. Do trecho em destaque, apreendemos que a utilização do Parque ocorria anteriormente sem maiores problemas em razão da sua presença nem chegar a ser notada. Fato que traz à tona a invisibilidade que, em geral, recai sobre determinados atores sociais, como moradores de rua e pedintes. Após a Revitalização da Lagoa esses atores passam a ser vistos, contudo a percepção que recai sobre eles está relacionada à vigilância, à fiscalização, de modo a mantê-los afastados tanto quanto possível.

Assim, podemos perceber a partir da análise dos discursos acima, os muitos significados da Revitalização da Lagoa a depender do lugar que cada usuário ocupa nesse território. Para cada um deles a intervenção na Lagoa representou uma modificação do seu dia a dia, que não significou, contudo, sua inserção na nova realidade do Parque. Em contrapartida, levou a um afastamento pelo fato de, seja a partir da perspectiva da Gestão Pública, de terceiros que utilizam o Parque ou desses próprios atores sociais ouvidos, não mais há adequação da sua presença nesse novo cenário do Parque Sólon de Lucena revitalizado.

Além dos atores sociais referenciados acima, também tivemos a oportunidade de ouvir usuários diversos do Parque, são pessoas, contudo, que não se viram afastadas desse espaço após a intervenção em estudo. De modo que, para boa parte dos cidadãos de João Pessoa ouvidos, a Revitalização da Lagoa representa um acontecimento há muito esperado e que trouxe consigo fundamentalmente coisas positivas. Esta perspectiva é corroborada pelo entrevistado 12, proprietários de um dos quiosques do Parque e presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Feirantes de João Pessoa (SindAmbulante). Para ele, que há 26 anos atua na Lagoa, apesar das mudanças determinadas pela Gestão Municipal, como a proibição da venda de bebida alcoólica nos quiosques do Parque, o que, segundo o mesmo, teria levado à queda drástica do seu faturamento, para esse informante, os benefícios advindos em muito se sobrepõem às contrariedades:

(...) Hoje foi feita uma revitalização cem por cento, trazendo realmente o interesse do turismo, o interesse do pessoense, do paraibano. Hoje nós vemos aqui a circulação do Parque 24 horas, com pessoas visitando o Parque, aonde, podemos dizer que há três anos atrás a gente contava o horário que tinha pessoal no Parque, a não ser aquele povo que vinha consumir, saía do emprego, ficava duas três horas e ia embora. Hoje não, o pessoal vem, chega a passar dez, doze horas dentro do Parque, visitando o Parque. (Comerciante e Presidente do SindAmbulante)

Outro elemento colocado na análise realizada pelo Presidente do SindAmbulante foi a atual situação dos ambulantes no Parque, uma vez que, de acordo com estes atores, ouvidos durante a presente pesquisa, sua situação está longe de ser a ideal. Sobre essa temática, ressaltamos a relevância da sua perspectiva. Esse entrevistado fala enquanto comerciante formal, tendo atuado de 2006 a 2015 como representante dos comerciantes formais da Lagoa, mas também discorre como o atual Presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes da Paraíba. Segundo este, a situação desses profissionais informais foi negociada com a Prefeitura, de modo que a sua presença, em que pese a não regulamentação das suas atividades, passa a ser tolerada.

Ao ser questionado a respeito desses conflitos, o presidente do SindAmbulante aduz que esses episódios são fruto de ação política oposta à atual Gestão Municipal, que tem a frente o prefeito Luciano Cartaxo. Afirma que tal oposição tem “comprado” determinados ambulantes para forjarem situações de conflito, de modo a evidenciar para a população, as incongruências advindas com a Revitalização da Lagoa. O entrevistado argumenta que os ambulantes que atuam no entorno da Lagoa, têm pleno conhecimento do acordo realizado entre seu Sindicato e a Prefeitura Municipal, no qual fica claro as áreas onde sua presença é tolerada e as demais nas quais sua atuação não será admitida.

Em notícia datada de 21 de setembro de 2017, veiculando um dos referidos conflitos, identificamos uma nota da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) que faz referência ao acordo mencionado pelo presidente do SindAmbulante. Senão vejamos as Figuras 91 e 92.

FIGURA 91: Confronto entre ambulantes da Lagoa e Sedurb



Fonte: <http://www.pbagora.com.br>

FIGURA 92: Nota da Sedurb – 21/09/2017

Nota-Sedurb

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) informa que as ações de fiscalização que aconteceram hoje no entorno do Parque da Lagoa, culminaram com a apreensão de mercadorias como frutas e verduras. A ação já havia sido comunicada há mais de um mês aos vendedores que, já estavam cientes que esse tipo de mercadoria estaria sujeito à apreensão a partir do dia 21 de agosto.

É importante destacar que as ações de fiscalização da Sedurb são de caráter contínuo. Vale salientar que, em diálogo com representantes da categoria na Secretaria, bem como em acordo junto à Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP), a Sedurb chegou a estabelecer um perímetro para comercialização desses produtos, no entanto, não houve cumprimento do acordo.

Fonte: <http://www.pbagora.com.br>

De acordo com a nota acima, após diálogo com representante da categoria dos ambulantes realizado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa, a Sedurb chegou a estabelecer um perímetro para a atuação desses comerciantes informais que, contudo, não teria sido observado.

Assim, em que pese todas as questões apresentadas e discutidas com o entrevistado 12, para ele a Revitalização atual do Parque Sólton de Lucena trouxe mudanças positivas. Dessa forma, conclui:

O ponto mais positivo dessa Revitalização é a valorização da nossa cidade (...), trouxe vida, não tem mais aquela cultura negativa (...). Hoje o Parque é um parque de amor. Onde você passa, vê os casais, vê todo mundo bem leve, feliz, não vê aquele Parque triste. Por exemplo, sempre que você assistia à televisão via falar do Parque (...), pulou alguém dentro da lagoa, transbordou a lagoa (...). Hoje só vejo o Parque com bons olhos, não falo isso porque trabalho aqui não, falo como cidadão. (Comerciante e Presidente do SindAmbulante)

Vimos, a partir do discurso do entrevistado 12 – o presidente do SindAmbulante – que os comerciantes formais do Parque, foram incluídos nos processos que antecederam à efetiva execução do projeto de Revitalização da Lagoa, mas que o mesmo não teria ocorrido com os comerciantes informais, mesmo aqueles que há décadas exerciam suas atividades nesse espaço.

Tais conflitos foram evidenciados como sendo uma dos poucos fatores que, no entendimento do entrevistado 14, maculariam a beleza e tranquilidade advindas a partir da Revitalização:

Há muito tempo não via mais a Lagoa como opção de lazer, normalmente quando tinha vontade de passear ao ar livre, ia para a orla (...). Agora você olha em volta, nem parece mais o mesmo lugar (...), minha esposa e eu, quando queremos variar, vimos para cá (...). Não consigo enxergar nada negativo nesse processo (...), talvez o fato de não haver estacionamento, mas como sempre venho nos finais de semana, em que o movimento de carros é menor, isso não chega a ser um problema (...). De vez em quando também assistimos no noticiário alguns confrontos com os ambulantes (...). Mas no geral o lugar ficou muito bonito mesmo, hoje em dia a gente se sente tranquilo em passear por aqui. (ENTREVISTADO 14, 48 anos, médico)

Deve-se ter em vista, todavia, que o discurso do entrevistado 14 não é neutro, parte de um sujeito que usufrui do Parque, e não dele sobrevive. Tal perspectiva é compartilhada pela entrevistada 15 que, de modo semelhante, afirma o seguinte:

(...) Ah, hoje não tem nem comparação (...). Você vem na Lagoa hoje, dá até gosto (...), ver os turistas tirando fotos, admirando. (...) Antes você só via falar na Lagoa por causa das enchentes aqui⁷², a podridão que ninguém aguentava (...). Agora sim a gente pode dizer que é um verdadeiro símbolo da cidade. (ENTREVISTADA 15, 35 anos, lojista)

Outro público que pode ser encontrado nos limites do Parque – notadamente nos bancos e no espaço construído para a prática de jogos como dominó e damas (Figura 93) – é o público constituído pelos idosos, que se concentra, sobretudo, no final da tarde. Entrevistamos um aposentado que corrobora essa percepção visual obtida durante nossa observação de campo:

Antes das reformas eu vinha aqui também, mas mais para o comércio (...). Agora venho quase todo dia (...), tô aposentado, ficar em casa o dia todo é ruim demais, e mais nesse calor danado (...). E essas reformas foi mais que necessário, não podia ficar melhor. (ENTREVISTADO, 16, aposentado, 69 anos, aposentado)

A retomada da percepção do Parque Sólon de Lucena enquanto referência da cidade de João Pessoa, símbolo da capital paraibana, é percebida no discurso da maioria dos usuários entrevistados. Notamos que estes visualizam, na sua maior parte, o que a Revitalização trouxe de bom. Nesse sentido, o que mais é lembrado está relacionado à mudança do sentimento que define a relação dessas pessoas com o Parque: Antes, de afastamento e repulsa e, depois, de identificação e pertencimento. Sentimento sintetizado na fala da entrevistada 15: “Agora sim a gente pode dizer que é um verdadeiro símbolo da cidade.”.

⁷² Referência aos transbordamentos da Lagoa em períodos chuvosos.

FIGURA 93: Espaço para jogos de Tabuleiro



Fonte: Nayara Fernandes (2017).

Uma questão apontada pelo arquiteto da Secretaria de Planejamento Municipal de João Pessoa, diz respeito às mudanças no trânsito da área estudada. Esse aspecto foi um dos mais lembrados pelos usuários ouvidos como sendo um dos poucos pontos negativos decorrentes da Revitalização do Parque. Em detrimento dos eventuais transtornos gerados, o referido arquiteto ressalta a importância da transformação da antiga rotatória de veículos – que ficava no anel interno da Lagoa – em passeio público. Para ele, a rotatória ocultava a beleza natural que é a lagoa: “Hoje temos a lagoa (espelho d’água) como elemento principal da proposta urbanística possibilitando sua contemplação em todos os pontos do parque”.

Sobre a questão do trânsito nos arredores da Lagoa, o arquiteto entrevistado faz uma importante observação:

A proposta Urbanística que prevê a Revitalização do Parque Sólon de Lucena teve como premissa básica a previsão para a futura implantação do Sistema de transporte coletivo (BRT)⁷³ locada no anel externo da Lagoa. O projeto que dispõe sobre a implantação das linhas do BRT no perímetro externo da Lagoa faz parte do Plano de Mobilidade desenvolvido pela SEMOB (Secretaria de Mobilidade Urbana), projeto este que já havia sido

⁷³ O BRT (*Bus Rapid Transit*), ou Transporte Rápido por Ônibus, é um sistema de transporte coletivo de passageiros que proporciona mobilidade urbana rápida, confortável e eficiente por meio de infraestrutura segregada com prioridade de ultrapassagem, operação rápida e frequente, excelência em marketing e serviço ao usuário. Disponível em www.brtbrasil.org.br.

desenvolvido antes mesmo do início da intervenção no Parque. (Técnico da PMJP)

O deslocamento do sistema viário para o perímetro externo à lagoa, através da retirada da mencionada rotatória, possibilitou a separação da área destinada ao fluxo de veículos, da área de uso direto dos visitantes do parque e, juntamente com a recuperação do seu espelho d'água, teve o condão de, aos poucos, reatribuir o protagonismo desse espelho, o qual originalmente inspirou a denominação amplamente assimilada de Lagoa ao Parque Sólon de Lucena.

Essa afirmação é subsidiada pela observação direta realizada durante nossa pesquisa, através da qual se constata a forte presença dos mais variados públicos no gramado que envolve essa lagoa recuperada, conforme Figura 94. Em que pese a abundância atual de espaços de convivência, com bastante verde, mesas, acentos, os usuários parecem mesmo preferir fazer uso do referido gramado: São casais de namorados, famílias inteiras, idosos, etc. A realização de piqueniques nessa área, por exemplo, tornou-se bastante comum, algo impensável na realidade pretérita.

FIGURA 94: O gramado no entorno da lagoa é um dos lugares mais atrativos do Parque



Fonte: Nayara Fernandes (2018).

Indagamos o Arquiteto da PMJP, ainda, sobre o significado da Revitalização da Lagoa para a Gestão Municipal. Oportunidade na qual este entrevistado aduz:

Como Arquiteto vejo que a elaboração/criação de um Parque Urbano de qualidade para a cidade de João Pessoa, em um ponto que sempre fora consolidado como um dos nossos principais pontos turísticos, *beneficiou não só os visitantes como também todo o entorno imediato* que tinha nos finais de semana uma área insegura e *com pouca vida no coração de João Pessoa. Hoje a realidade é totalmente diferente*, seu uso não está restrito apenas aos fins de semana, mas sim a toda a faixa do dia e com circulação de pessoas até uma boa parte da noite com toda a segurança para um bom passeio, esporte e diversão das mais variadas formas. Em resumo ganhamos todos nós. (Arquiteto da PMJP)

A afirmação de que antes da Revitalização da Lagoa havia *pouca vida no coração de João Pessoa* é questionável. Ela é dita como que para legitimar a concepção dessa intervenção enquanto instrumento hábil a “dar vida” a um determinado espaço. Entendemos, contudo, que a Lagoa nunca deixou de ser um lugar vivo, rico em apropriações diversas: do passante ao ambulante, do comerciante formal ao morador de rua. Esse lugar permanece vivo. Identificamos que agora, todavia, seus usos e formas sofreram modificações consideráveis.

Para a maior parte dos usuários entrevistados, a Lagoa há muito havia deixado de ser referência enquanto espaço de convivência ou lazer. Costumava, no máximo, ser utilizada como local de passagem, em razão de, devido sua localidade central, ser um percurso necessário para boa parte dos destinos situados no Centro da cidade de João Pessoa. Após a intervenção estudada, contudo, tal perspectiva se inverte. Essas pessoas passam a se sentir parte desse espaço, passando a incluí-lo nas suas atividades cotidianas, notadamente nas atividades relacionadas ao lazer e à contemplação.

Dentre os usuários entrevistados, ouvimos duas moradoras do entorno do Parque da Lagoa, residentes no Edifício Caricé, um dos poucos prédios residenciais localizados nas proximidades desse Parque. Para elas, percebemos que a Revitalização do Parque é encarada como uma intervenção que trouxe mudanças positivas. Para a entrevistada 17, essa intervenção teria conseguido trazer de volta o protagonismo que outrora esse espaço teve para a cidade de João Pessoa:

A Lagoa voltou a ser um dos principais cartões postais da cidade (...). Essa obra realmente foi o que a gente precisava, principalmente a gente que mora próximo, que tinha que conviver diariamente com os problemas de antes (...). Os principais problemas era a poluição grande dessa lagoa, a falta de segurança, *agora a hora que você for no Parque se sente seguro*, isso é muito importante nos dias de hoje, que a gente já vive assustado com tudo (...). (ENTREVISTADA 17, 47 anos, advogada)

A melhoria da segurança no Parque da Lagoa foi um dos aspectos mais recorrentemente lembrados pelos usuários entrevistados. A análise da entrevistada 17 em destaque corrobora essa afirmação. Esse incremento da segurança é, no geral, atribuído à presença constante da Polícia Militar, Guarda Municipal e, ainda, dos Bombeiros Civis.

De fato, durante toda nossa pesquisa de campo constatamos a presença desses profissionais. O aumento acentuado da violência faz parte da realidade nacional e João Pessoa não foge à regra. Isso acaba por gerar um medo crescente da rua, do espaço público e consequente aprisionamento dentro de nossas próprias casas ou em espaços coletivos fechados. Nesse sentido, nossa entrevistada 18, também moradora do entorno do Parque Sólon de Lucena, descreve:

Essa reforma deu uma revigorada em um lugar muito importante pra história da cidade, né? As pessoas voltaram a visitar a Lagoa, admirar (...). *Hoje em dia qual o lazer das pessoas? Shopping center!* Eu falo isso por mim também. (...) Com a revitalização da Lagoa a gente, tem uma opção de qualidade, ao ar livre, com verde (...). *E com segurança, se você for agora lá, pode ter certeza que vai ter Guarda, Polícia (...). É outra coisa.* (ENTREVISTADA 18, 26 anos, estudante universitária)

Com a Revitalização da Lagoa, vemos que a entrevistada 18 passa a eleger o espaço como opção de lazer, antes muito voltado às idas aos *shoppings centers*. Esse fato traz uma interessante ampliação da dinâmica atual de predileção por espaços coletivos fechados – caracterizados pela segurança e monitoramento – em detrimento dos espaços públicos abertos. Percebemos, contudo, que o fato de a Lagoa passar a ser eleita como uma opção de lazer, após a intervenção em estudo, está associada à segurança que o lugar passa a oferecer. De modo que, para as moradoras do entorno do Parque entrevistadas, assim como para alguns dos demais usuários ouvidos, a sensação de segurança – no geral associada à presença de agentes de segurança pública, viaturas, motos rondas, etc. – se apresenta como um fator decisivo para a utilização do Parque Sólon de Lucena após sua Revitalização, assim como para a aprovação das mudanças realizadas.

Ocorre que, embora devam ser amplamente festejadas as razões que levaram a essa reaproximação, pelo fato de abarcar boa parte dos cidadãos pessoenses, muitos dos usuários que se apropriaram desse espaço por décadas seguidas, foram afastados, formal ou simbolicamente, a partir do momento em que passaram a destoar da ordem do lugar então “revitalizado”. De modo que, tentar definir a partir de uma única perspectiva, o significado da Revitalização do Parque Sólon de Lucena para a cidade de João Pessoa, seria um equívoco.

Vimos que esse Parque não é um espaço qualquer, é um dos mais ricos e significativos da capital paraibana. Foi criado e modificado calcado em uma série de interesses, princípios e estratégias de cunho expansionista e desenvolvimentista. Contudo, as múltiplas apropriações recebidas no decorrer dos anos o fizeram ir além, passou a integrar a vida dos pessoenses dos modos mais ricos e variados a depender do momento histórico considerado e dos atores sociais envolvidos.

Nos últimos anos, todavia, a sua última Revitalização trouxe à tona a variedade de configurações possíveis nesse novo cenário e, principalmente, colocou em evidência a convivência simultânea dos paradoxais sentimentos de pertencimento e expulsão em um mesmo espaço. Com a Revitalização, a Lagoa volta a fazer parte, de modo mais significativo, da sociabilidade dos pessoenses, na sua maior parte, das camadas populares, mas também de usuários de maior poder aquisitivo. É o caso do entrevistado que passou a eleger a Lagoa, juntamente com a orla marítima, um dos seus locais preferidos da capital para o passeio ao ar livre.

Cabe apontar a elevação do seu potencial turístico. Se antes os turistas, em geral, resumiam-se aos oriundos do interior do estado, hoje – conforme afirma o presidente do SindAmbulante e proprietário de um dos quiosques do Parque – há turistas das mais variadas regiões do país e das mais diferentes nacionalidades.

As apropriações do Parque Sólon de Lucena, contudo, não se resumem a esses usuários das camadas médias da sociedade, bem como do concebido pela Gestão Pública. Identificamos a existência de uma diversidade de atores sociais outros para quem a Lagoa servia como local de trabalho e mesmo moradia.

Os ambulantes, os moradores de rua, a prostituta e os pedintes nos permitiram a ampliação da perspectiva estritamente positiva que à primeira vista se apresenta em relação ao processo ora estudado. Eles nos possibilitaram enxergar o quão profundas podem ser as consequências de uma revitalização pública que deixar de lançar os olhos para os atores sociais que, ainda que a contragosto e sob condições inadequadas para sua permanência, realizaram por um longo período de tempo as mais variadas formas de apropriação desse espaço, marcando, de modo inegável, a história e memória do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo desenvolve-se em torno da compreensão sobre como a Revitalização do Parque Sólon de Lucena é idealizada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB e, ainda, sobre como se dão as configurações físicas e simbólicas desse espaço público a partir desta intervenção.

Ao olhar para o Parque Sólon de Lucena antes da Revitalização empreendida em 2016, identificamos que esse espaço era concebido fundamentalmente enquanto área de passagem, de transição. As obras pontuais realizadas na última década não tiveram o condão de modificar esse quadro.

A análise do Parque nos leva a perceber que tão somente uma ampla intervenção teria a força para possibilitar a alteração da sua subutilização enquanto área de lazer e, notadamente, da percepção negativa por parte dos seus usuários, em decorrência dos seus muitos problemas acumulados no decorrer dos anos. Identificamos que algumas dessas questões foi solucionada, a exemplo das inundações frequentes em períodos chuvosos; do despejo de esgotos no espelho d'água da Lagoa local; do forte e constante mau cheiro exalado das suas águas poluídas; dos seus calçadões deteriorados, com buracos em toda sua extensão.

Ao longo desses quase dois anos da entrega à população do Parque Sólon de Lucena substancialmente modificado, percebemos uma mudança crescente da relação dos cidadãos com esse espaço. É como se o vínculo entre os cidadãos e a Lagoa, outrora quebrado ou enfraquecido, estivesse aos poucos se reconstituindo. A percepção da Lagoa enquanto espaço tão somente de passagem – perspectiva da Gestão e de boa parte dos usuários ouvidos – aos poucos vai dando lugar a sua percepção como um lugar no qual as pessoas escolhem prolongar sua presença.

Vimos, contudo, que essa permanência não abrange os antigos usuários na sua totalidade. Se a transformação na Lagoa em um “ambiente familiar”, tal qual foi recorrentemente lembrado pelos usuários entrevistados, aproximou parcela dos cidadãos que não mais a via enquanto opção de lazer, também desencadeou o afastamento dos que poderiam macular essa percepção do lugar. Identificamos que moradores de rua, pedintes, prostitutas, ambulantes – em detrimento de suas atividades – tinham o Parque Sólon de Lucena enquanto um espaço de singular referência nas suas vidas.

Essa realidade, todavia, se inverte, quando, após a entrega do Parque modificado, a utilização desse espaço por esses usuários, passa a ir de encontro ao novo público esperado.

E qual seria o público esperado a partir da Revitalização urbana empreendida em João Pessoa? Podemos afirmar que é um público que não difere muito do esperado dessa modalidade de intervenções realizadas mundo afora, onde o uso do espaço passa a ser controlado por seus idealizadores, de modo a evitar que determinados usuários venham a interferir nos novos usos designados para o espaço transformado.

No caso do Parque Sólon de Lucena, tal controle é especialmente destinado a moradores de ruas, prostitutas e ambulantes que, como vimos, sofrem uma fiscalização contínua. Este monitoramento constante é realizado como forma de inibir sua presença no Parque, uma vez que, conforme coloca a Gestão responsável pela intervenção em estudo, esses usuários poderiam afastar as famílias que hoje utilizam largamente o lugar.

Hoje a Lagoa é amplamente utilizada por famílias, casais de namorados, idosos que fazem uso dos muitos espaços de convivência construídos para eles, praticantes de atividades físicas, esportistas radicais que utilizam a pista de skate para eles instalada. De modo que, nos diferentes períodos do dia, em maior ou menor intensidade, a Lagoa parece estar continuamente sendo utilizada. Diante dessa constatação, e quando nos damos conta da ausência de espaços públicos de qualidade na realidade da maioria das cidades brasileiras – assim como do pouco investimento em geral a eles direcionados – entendemos que a Revitalização do Parque Sólon de Lucena representa uma mudança significativa para a cidade de João Pessoa.

No concernente às estruturas físicas, o Projeto de Revitalização da Lagoa contemplou amplamente toda a extensão do Parque. Problemas relacionados à poluição do espelho d'água da Lagoa e os seus constantes transbordamentos em períodos chuvosos, não são mais identificados. Também devem ser destacados os diversos espaços de convivência construídos, assim como os equipamentos públicos instalados no local. No entanto, sabemos que os espaços sem os múltiplos sujeitos responsáveis por sua apropriação, são pobres em significado. E, se boa parte dos cidadãos volta a sentir-se pertencente ao Parque da Lagoa, outra parte – aquela que mesmo diante da precariedade que caracterizava o lugar antes da Revitalização, não o abandonou – se vê repelida dele.

Assim, analisar as mudanças ocorridas a partir da Revitalização do Parque Sólon de Lucena envolve ir além da perspectiva dos usuários a quem em geral são direcionadas às intervenções urbanas. Igualmente é preciso buscar entender os olhares dos múltiplos sujeitos que por muito tempo se apropriaram desse espaço, conferindo sentido e riqueza a ele e que, por não se adequarem aos parâmetros estabelecidos, formal ou simbolicamente, deixaram de

ser incluídos na nova realidade desse Parque. Esses sujeitos tendem a coincidir, independente do lugar em que se dê a revitalização ou suas denominações similares: requalificação, renovação, reabilitação. São usuários que destoam da “nova vida” almejada por essas intervenções, de modo que escondê-los ou afastá-los tende a ser o caminho mais fácil e, sendo assim, mais usualmente utilizado.

O caminhar hoje pelo Parque Sólon de Lucena, ou Parque da Lagoa⁷⁴, nos coloca diante de um cenário completamente modificado, ao tomarmos como referência esse espaço no período anterior à sua Revitalização, concluída a partir da entrega do novo Parque à população, em junho de 2016.

No primeiro momento, a beleza do lugar é o que salta aos olhos, a Lagoa atual em muito pouco lembra a de antes. Se antes utilizar esse espaço significava ter de suportar o forte mau cheiro das águas poluídas da sua lagoa central – a que se deve a sua denominação popularmente difundida e apropriada pelos cidadãos pessoenses –, caminhar por calçadas esburacadas, ter a disposição escassas estruturas físicas (bancos, pistas de caminhada, espaços de convivência, jardins, etc.) e, ainda por cima, deterioradas. Significava, enfim, fazer uso de um espaço mal iluminado e com pouca segurança, podemos afirmar que hoje essa realidade pretérita foi substancialmente modificada.

Uma concepção que fosse além das estruturas físicas a serem modificadas, todavia, que olhasse também para os sujeitos que intensamente faziam uso da Lagoa, em que pese a situação de desprestígio social em geral a eles atrelada, é ausente. Os referidos “indesejáveis” são simplesmente afastados, como que destituídos de legitimidade que os identifique enquanto atores de importância singular na construção das sociabilidades desse espaço público.

Visualizamos, desse modo, a complexidade que envolve o presente estudo. A Revitalização do Parque Sólon de Lucena traz consigo uma série de incongruências – a principal delas está relacionada aos disciplinamentos dos usos do lugar que afastam antigos usuários (ambulantes, prostitutas, moradores de rua) – fato este que deve continuar provocando a discussão entre os mais diversos segmentos da sociedade (Gestão Pública, Sociedade Civil Organizada, etc.).

Essa intervenção pública, contudo, tem demonstrado ter sido efetiva em reaproximar cidadãos pessoenses que há muito haviam deixado de ver a Lagoa como um espaço de lazer,

⁷⁴ Nova denominação que a Gestão responsável pela Revitalização passou a utilizar, conforme identificamos nas diversas placas e sinalizações dispostas no Parque, mas que, contudo, não parece ter sido absorvida pelos seus usuários, já que nas entrevistas realizadas o termo “Lagoa” é largamente mais utilizado.

evidenciando a importância singular desse lugar para a história e cultura de João Pessoa. Entendemos, assim, que o acesso pleno aos benefícios oriundos da Revitalização do Parque Sólon de Lucena é antes de tudo uma questão de direito à cidade, ainda a ser conquistado em sua melhor apropriação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W.; OCTÁVIO, J. **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

ALMEIDA, M. **Espaços Públicos em João Pessoa (1889-1940): Formas, usos e nomes**. Dissertação de Mestrado. São Carlos, 2006.

A UNIÃO, Jornal . 29 de Março de 1940.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. São Paulo: Papirus, 2000.

BERENSTEIN, P. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?**. Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, 6, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>>. Acesso em: 12 de Nov 2016.

BERTHOUD, G. Mercado. In: Sachs, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 132-154.

BOTELHO, T. **Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís**. Revista Eure (Vol. XXXI, Nº 93), pp. 53-71, Santiago de Chile, ago. 2005.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J; PASSERON, J. **Le métier de sociologue**. Paris, Mouton, 1973.

CALENGE, C. De La nature de la ville. Les annales de la Recherche Urbaine. In: SERPA, A. **O Espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAMPOS, R. **Medo e violência na cidade: imagens, discursos e sociabilidades nas praças de João Pessoa - PB**. Tese de Doutorado. Natal, 2014.

CANCLINI, N. **Transforming mordenity: popular culture in Mexico**. In: SCOCUGLIA, J. **Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

CANTALICE, E. A revitalização do ponto de cem réis na cidade de João Pessoa: os novos usos e significados segundo seus frequentadores. In: SCOCUGLIA, J. **Cidade, cultura e urbanidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CHOPART, J. **Le Classement de pauvres**. Mire Info, nº 25, março, p. 11, 1992.

COLVERO, A. **A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo: políticas urbanas, planejamento participativo e gestão, no período de 2001-2004**. Campinas: IG/UNICAMP – Tese de Doutorado em Geografia, 2010.

COSTA, E. **Cidades da patrimonialização global**: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo. São Paulo: Humanitas, 2015, p. 124-257.

CRIEKINGEN, M. A cidade revive! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: 2006, p. 112.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. In: Revista de Economia Política. Vol. 24, nº4, 2004, pp.483-486.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROSSO, K. **Intervenções urbanísticas como estratégia para o desenvolvimento local e revalorização da imagem da cidade**: análise da revitalização no município de Niterói (RJ). 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo: Espaço e Debates, nº 39, 1996, p. 53.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IGNÁCIO, J. **Notícia de uma viagem à Paraíba em 1924**. Mossoró, 1987, p. 9.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**; São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KOURY, M. **Parque Sólon de Lucena**: espaço público, potencial de urbanidade e desenvolvimento da cidade. João Pessoa: GREM / DCS / PROBEX-PRAC /UFPB, p. 34, 2004.

KOURY, M. **Pertença e uso do espaço público**: um passeio através do Parque Sólon de Lucena. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/19/06.html?studium=index.html>> Acesso em: 27 de out 2016.

LEITE, R. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. Revista ANPOCS, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

LEITE, R. **Contra-usos na cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora da UFS 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MENEZES, U. **Valor cultural, valor econômico:** encontros e desencontros. Seminário Internacional História e Energia. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, 2000.

MOTTA, P. **Modernização administrativa:** propostas alternativas para o Estado latino-americano. *Revista de Administração Pública*, v. 21, n. 4, p. 31-61, 1987.

PAES, M. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades.** GEOUSP – Espaço e Tempo, n. 17, 2005.

PALMER, V. **Fields studies in sociology:** a student's manual. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

PAULINO, M. **História e Urbanização:** Liminaridades no Parque Sólon de Lucena, João Pessoa/PB. 2010. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010.

REIS, F. **Patrimônio Cultural:** Revitalização e Utilização. I Simpósio Virtual de História do Vale do Paraíba, 2002. Disponível em: <www.lo.unisal.br/nova/publicacoes/patrimoniocultural.doc>. Acesso em: 27 de jun. 2016.

Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena (Lagoa). Disponível em: <<http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/?p=704>>. Acesso em: 27 de jun. 2016.

REZENDE, A. As seduções do efêmero e a construção da história: as múltiplas estações da solidão e os círculos do tempo. In: ERTZOGUE, M; PARENTE, T. **História e sensibilidade.** Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 37.

ROBBA, F; MACEDO, S. **Praças brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ROHAN, H. **Chorografia da Província da Parahyba do Norte.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba, ano II, vol.3. Parahyba: Imprensa Oficial, 1911, p.189.

ROLNIK, R. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCOCUGLIA, J. **Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002).** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

SCOCUGLIA, J. **Cidade, cultura e urbanidade.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERPA, A. **O Espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011.

SOUSA, K. **Sonhos urbanos**: o Parque do Açude Novo e a (re)construção da alma campinense Campina Grande (1969-1976). Campina Grande: EDUFPG, 2016.

SPINELLI, A; SILVA, G; MEDINA, J. et. al. **A revitalização do Parque Sólon de Lucena**: uma visão do morador. IX Fórum Internacional de Turismo do Igarassu, 2015.

TRAJANO, F. **A Lagoa no centro das atenções**. *Revista do I.A.B/PB*, n.3, set 2002, p. 5.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VELOSO, Mariza. **O Fetiche do Patrimônio**. *Revista Habitus*. Goiânia, v.4, n.1, p.437-454, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301>>. Acesso em: 12 de Nov 2016.

ZANCHETI, S.; LACERDA, N.; DINIZ, F. **Planejamento metropolitano**: uma proposta de conservação urbana e territorial. *EURE* (Santiago), v. 26, n. 79, p. 77-94, 2000.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. (org). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM USUÁRIOS DIVERSOS (SKATISTAS, IDOSOS, PASSANTES, AMBULANTES, PEDINTES, ETC.)

1. Você é natural de João Pessoa-PB?
2. Como você definiria sua relação pessoal com a Lagoa?
3. O que você achou da Revitalização empreendida nesse espaço?
4. Para você, foram necessárias as intervenções realizadas?
5. O que você ressaltaria como o principal ponto positivo decorrente da Revitalização da Lagoa?
6. Há algo que não deveria ter sido feito? O que?
7. Você acredita que a Revitalização da Lagoa gerou problema(s)? Qual/Quais?
8. Você tem conhecimento sobre algum tipo de consulta popular sobre a Revitalização da Lagoa antes de ela acontecer?
9. Que pessoas costumavam frequentar a Lagoa?
10. Que pessoas frequentam a Lagoa hoje em dia?
11. Como você define a Lagoa depois da Revitalização empreendida?

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM A GESTÃO MUNICIPAL

1. Como se deu a concepção inicial do Projeto de Revitalização do Parque Sólon de Lucena?
2. Quem são os entes públicos e privados envolvidos na idealização desse processo?
3. A execução do Projeto de Revitalização do Parque Sólon de Lucena se deu em consonância com o esperado por seus idealizadores?
4. O que a Senhora ressaltaria como o principal ponto positivo advindo a partir dessa intervenção?
5. Houve alguma espécie de convocação da população para opinar sobre essa intervenção na Lagoa?
6. Como se deu a participação popular nesse processo?
7. Houve participação dos comerciantes proprietários dos quiosques instalados nos limites do Parque Sólon de Lucena antes da sua revitalização? E dos ambulantes que costumavam exercer suas atividades nesse espaço?
8. Eram 42 (quarenta e dois) quiosques instalados no Parque Sólon de Lucena antes da sua Revitalização, após essa intervenção, restaram 14 (catorze). A Senhora sabe informar o destino dos demais proprietários dos quiosques que não permaneceram na Lagoa após o processo de revitalização empreendido?
9. Percebemos a diminuição considerável da presença de ambulantes no Parque Sólon de Lucena após sua Revitalização. Houve alguma medida por parte da Gestão Municipal visando acomodar esses ambulantes em outra localidade?
10. Também percebemos a ausência de outros atores sociais que costumavam frequentar a Lagoa antes da sua Revitalização, como os pedintes, moradores de rua, prostitutas, travestis. Houve ou há alguma espécie de projeto social destinado a esses atores em situação de vulnerabilidade social?
11. Qual o significado da Revitalização da Lagoa para a Gestão Municipal?